

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

**ESCOLHENDO COM QUEM SE CASA:
FACES AMBIVALENTES DO CASAMENTO NO BAIRRO ALTO DA
CONCEIÇÃO – MOSSORÓ (RN)**

MIRIAN ALVES FERNANDES

RECIFE-PE

2005

MIRIANALVESFERNANDES

**ESCOLHENDO COM QUEM SE CASA:
FACES AMBIVALENTES DO CASAMENTO NO BAIRRO ALTO DA
CONCEIÇÃO – MOSSORÓ (RN)**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, em cumprimento às exigências para obtenção do grau de mestre.

Orientador: Prof^º. Dr. Russel Parry Scott

RECIFE-PE

2005

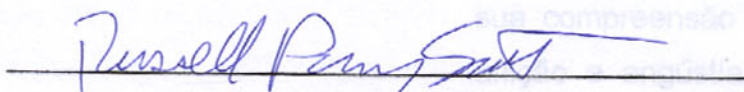
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

MIRIAN ALVES FERNANDES

**ESCOLHENDO COM QUEM SE CASA:
FACES AMBIVALENTES DO CASAMENTO NO BAIRRO ALTO DA
CONCEIÇÃO – MOSSORÓ (RN)**

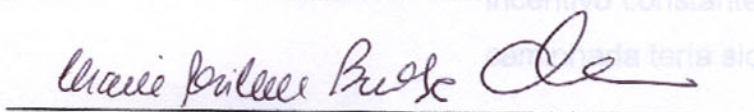
Aprovada em 30/05/2005

BANCA EXAMINADORA



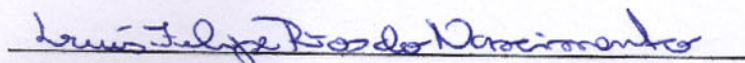
Prof^o Dr. Russel Parry Scott

Orientador – UFPE



Prof^a Dra. Maria Rosilene Barbosa Alvim

Examinador – UFRJ
INTERNO



Prof^o Dr. Luis Felipe Rios do Nascimento

SUPLENTE Examinador – UFPE
EXTERNO

À meu cônjuge Osimar, que sempre esteve do meu lado com seu afeto e sua compreensão em momentos de aflição e angústia. Esse trabalho é fruto de sua dedicação e seu incentivo constante. Sem sua ajuda a caminhada teria sido mais árdua.

AGRADECIMENTOS

A Deus, meu abrigo espiritual em horas difíceis.

A meus familiares que sempre compreenderam a necessidade de meu isolamento.

À Deurizene pelo seu esforço em conseguir pessoas dispostas a falar comigo. Sua ajuda nessa fase do trabalho foi muito útil.

A Jaime, vice-presidente do Conselho Comunitário do bairro Alto da Conceição pelo seu empenho em conseguir informantes que residem na zona Ribeirinha e de sua disposição em inserir-me no cotidiano dessas pessoas através de seu trabalho no Centro Social, sempre destacando para os moradores dali, a importância do meu propósito na comunidade.

Aos meus entrevistados por ter confiado na minha intenção e ter descrito aspectos de suas vidas a uma estranha.

Ao prof^o Scott, pelas suas contribuições, sempre tendo o zelo de esclarecer conceitos e idéias que no momento pareciam obscuras e de difícil compreensão. Agradeço ainda sua paciência e compreensão em momentos que me encontrava ausente do trabalho.

À Capes, pela bolsa de estudo.

Aos professores desse Programa de mestrado.

À Regina, recepcionista do mestrado em Antropologia pela atenção e prestatividade.

À Márcia Karina e a Elcimar Dantas que demonstraram tanta amizade.

À prof^a Maria Cristina Rocha Barreto pela tradução do resumo em inglês.

RESUMO

O trabalho apresentado mostra como os moradores do bairro Alto da Conceição localizado na cidade de Mossoró/RN constroem suas escolhas matrimônias, uma vez que no lugar existem relações de hierarquia que classificam seus residentes de acordo com a posição que ocupam no espaço de moradia. Nesse sentido, o trabalho aponta que em função dessas relações que exprimem sentimentos de distanciamento social, pertencimento e estigmas sociais entre vizinhos, os casamentos realizados ali são na sua maioria das vezes, de natureza homogâmica, dando continuidade a esse modo peculiar de viver no bairro. O interesse na homogamia pode ser compreendido na medida em que, quando se casa há a inserção de um novo membro no grupo, podendo implicar em tensões, conflitos ou desarranjos aos parentes do noivo ou da noiva caso a escolha do cônjuge não seja bem sucedida. Esse desajuste é mais provável de acontecer quando a eleição do cônjuge for fora dos valores e comportamentos adotados pelo grupo, seja através da raça, da classe, da religião ou de status. Portanto, na pesquisa se identificou que os moradores ao escolher alguém para casar, preferiram eleger alguém obedecendo às características de seu grupo, por isso, ao declarem as motivações que orientaram a seletividade do consorte, anunciaram critérios de ordem mais subjetiva como a questão do amor e da conduta do cônjuge como por exemplo, não ter vício, não gostar de beber, ser carinhoso, ser alegre, dentre outros, contribuindo assim, para a existência de “efeitos de lugar” vividos no bairro, já que a boa parte dos casamentos ocorridos ali, não colaboram em proporcionar relações mais homogêneas entre os moradores das subregiões presentes no bairro, deixando de classificar a pessoa de acordo com o lugar que ocupa no espaço de moradia.

PALAVRAS CHAVE: REDES SOCIAIS DE VIZINHANÇA E DE PARENTESCO, EXCLUSÃO E DISTANCIAMENTO

ABSTRACT

This work shows how dwellers from Alto da Conceição neighborhood (Mossoró/RN) build their wedding choices, once there are hierarchical relationships that classify their residents by the site they occupy in dwelling space. In this sense, the work points that, in function of these relationships that express feelings of social distantness, belongings and stigmas among neighbors, weddings have an homogamic nature, most of times, continuing this peculiar way of living of this neighborhood. The interest in homogamy can be understood in extent that when a wedding occurs there is also an insertion of a new member on the group. This could implicate in distresses, conflicts or disarrangements towards the bride or bridegroom relatives, in the case of an unsuccessful choice. These disarrangements is more likely to happen when the mate's choice is made taking values and behaviors that are alien to the group like race, class, religion or status. Hence, we have observed in this research that the dwellers prefer taking someone who obey the main group's characteristics as a mate. For this reason when declaring the motivations that guided their choice they announce subjective criteria like love and lack of vices in spouse's behavior, not drinking, being caring, content and so on. This contribute to the existence of "place effects" experienced in the neighborhood, once that an expressive part of the marriages doesn't provide more homogeneous relationships among people from subregions in the neighborhood, avoiding classifying individual by place of residence.

KEYWORDS: SOCIAL NEIGHBOR NETWORKS; KINSHIP NETWORK;
EXCLUSION AND DISTANTNESS

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1 - O DIFÍCIL CASAMENTO DA TEORIA COM A REALIDADE SOCIAL.....	16
1.1. ESPAÇO SOCIAL: CAMPOS DE SOCIABILIDADE E DE HIERARQUIAS EM COMUNIDADES URBANAS.....	16
1.2. O NOVO NO CLÁSSICO DA TEORIA SOBRE MATRIMÔNIO EM CONTEXTOS URBANOS	32
CAPÍTULO 2 - CONHECENDO O BAIRRO ALTO DA CONCEIÇÃO	51
2.1. ORIGEM E TRANSFORMAÇÃO DO BAIRRO	51
2.2. AS SUBDIVISÕES CRIADAS PELO BAIRRO	57
2.3. A COMPOSIÇÃO DA “FRANJA”	63
CAPÍTULO 3 - UM MUNDO SOCIAL DIVIDIDO: HIERARQUIAS E DESSEMELHANÇAS SOCIAIS ENTRE OS MORADORES DO BAIRRO E DE SUA “FRANJA”	70
3.1. 3.1.1. “EFEITOS DE UM LUGAR SOCIAL”: DISTINÇÕES SOCIAIS ENTRE OS MORADORES DA ZONA 1	71
3.2. “OS DESLOCADOS DO LUGAR” – O MODO DE VIVER NUM MUNDO SUBTERRÂNEO DA ZONA 2 – ZONA RIBEIRINHA.....	86
3.3. “A <i>FRANJA</i> ” – A FRONTEIRA URBANA DE UMA OUTRA ZONA	92
CAPÍTULO 4 - ESCOLHENDO COM QUEM SE CASA: FACES AMBIVALENTES DO CASAMENTO NO BAIRRO ALTO DA CONCEIÇÃO – MOSSORÓ (RN)	101
4.1. ESCOLHAS MATRIMONIAIS NA ZONA 1: UMA NOBRE SELETIVIDADE DO CASAMENTO?	102
4.2. 4.2. ENTENDENDO O SIGNIFICADO DA SELETIVIDADE DO CÔNJUGE NA ZONA 2	114
4.3. ADOTANDO CRITÉRIOS NA SELETIVIDADE DO CÔNJUGE NA <i>FRANJA</i> DO BAIRRO.....	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	140
ANEXO	

INTRODUÇÃO

O casamento como aponta Georges Duby (1989) representa uma das instituições sociais mais antigas da humanidade. Porém, em muitas sociedades as regras que o regulamenta variam muito de uma sociedade a outra, mas em todas elas, significa o reconhecimento oficial da união de um homem e de uma mulher.

Nas Ilhas Trobriand estudadas por Malinowski (1982) por exemplo, argumentou que o casamento representa uma nova etapa do indivíduo na sociedade, passando-o a ter acesso a novos papéis sociais, pois um homem casado só é respeitado e adquire status perante o restante do grupo quando tem uma mulher, filhos e um lar. O casamento é tão importante para essa sociedade, que ele organiza vários aspectos da vida dos trobriandeses, indo desde o aspecto econômico e se estendendo até aos ritos funerários.

Se o casamento possui o poder de propiciar um novo status ao indivíduo ou um novo papel social, é válido destacar também que o matrimônio proporciona a formação de novas alianças entre dois grupos, podendo elas ser motivadas por interesses econômicos, políticos, religiosos ou culturais como bem salientou Leach (1974).

Assim, pode-se dizer que cada sociedade motiva, proíbe, reconhece, classifica e desclassifica as escolhas matrimoniais de homens e de mulheres, produzindo casamentos homogâmicos ou heterogâmicos.

No primeiro tipo, os casamentos realizados ocorrem mais ou menos no mesmo grupo social, ou seja, os cônjuges eleitos podem pertencer à mesma religião, à mesma raça, à mesma classe social ou ao mesmo padrão cultural, ao passo que no casamento heterogâmico, os cônjuges não pertencem ao mesmo grupo social. Daí o casamento podendo ser hipergâmico ou hipogâmico. No primeiro caso, o indivíduo se casa num estrato social mais alto que o seu, enquanto que a hipogamia significa que o indivíduo se casa num estrato social mais baixo que o seu grupo de origem.

Em função dessas duas formas de casamento é natural que os pais se preocupem com o processo de seletividade do cônjuge de seus filhos, visando conforme o interesse envolvido, que o casamento seja homogâmico ou hipergâmico. Assegura Goode (1970) que até nas camadas mais pobres, os pais desejam casar seus filhos com pessoas de status social superior, aspirando com esse casamento uma mobilidade social. Nesse caso, aplicando alguns valores

da sociedade contemporânea ocidental, quando uma moça é pobre, mas é bela, é mais provável que o casamento hipergâmico ocorra. Já o inverso é mais raro.

Com base nessa argumentação, torna-se relevante identificar como são efetivadas as escolhas de casamento no bairro Alto da Conceição, localizado na cidade de Mossoró, RN em função desse espaço de moradia ser visível à formação de relações hierárquicas que se emergiram em virtude da própria expansão do bairro ao longo dos anos.

Nesse sentido, as pessoas são classificadas a partir do lugar onde se situa no bairro, podendo ser qualificadas no que Goffman (1988) denomina de “símbolos de prestígio” e de sentimento de “estigma social” ou podendo ainda ser tratadas como alguém que participa de uma rede de parentesco e de amizade em que a lealdade, o respeito mútuo e a cordialidade estão presentes nas relações vividas pelos indivíduos, já que estão ligados uns aos outros através do sentimento de pertencimento e de identidade própria do grupo ao qual se identifica. Nessas circunstâncias, pode-se dizer que são pessoas que pertencem como nomeia Magnani (2000) ao mesmo “pedaço”, logo o sentimento evocado sugere que pertence a uma “grande família.” Assim, o embate, a desconfiança e a insegurança são difíceis de serem acionados porque se compartilha conjuntamente dos mesmos gostos, possuem o mesmo estilo de vida e tem as mesmas preferências na medida em que tem em comum, a mesma procedência.

Em razão dessas relações de distinções entre seus moradores, o bairro se encontra embebido por valores e sentimentos que podem incluir e excluir, aproximar e distanciar, integrar ou segregar seus moradores, promovendo barreiras sociais que indica em qual camada social seus moradores estão situados, reduzindo as chances de sociabilidade e de construção de redes sociais que se estenda a todo o bairro, uma vez que o contato com alguns moradores é evitado porque aparecem associados à marginalidade, a pobreza e aos delitos ocorridos no espaço de moradia, dificultando o entrosamento com o restante dos que residem ali.

Em virtude da existência dessa cadeia de relações de distinções de pessoas e de lugares, o bairro que estudamos se encontra dividido em três partes segundo a compreensão dos seus próprios residentes, sendo que uma se subdivide em duas. Assim, para facilitar a identificação dessas divisões na leitura do trabalho, chamamos a primeira divisão de Zona 1. Esta, se subdivide em duas áreas, que estamos chamando de Centro do bairro e a outra de subárea da Zona 1. O Centro do bairro se localiza próximo do Centro da cidade de Mossoró e em função disso, é visto como mais bem situado porque abriga uma larga rede de serviços e comércio, ao passo que na subárea da Zona 1, o lugar caracteriza-se por ser mais residencial

do que comercial. Vale lembrar que essa está mais próxima da periferia, e ali o nível social de seus moradores começa a diminuir.

A outra divisão ocorrida no bairro Alto da Conceição estamos chamando de Zona 2. Nesta, apesar de pertencer ao mesmo espaço de moradia, os moradores sofrem com o sentimento de estigma social, em virtude de ser uma área muito pobre e algumas pessoas que residem ali estarem envolvidas em atividades criminosas e ilícitas. No bairro, essa área é conhecida pelos moradores de Zona Ribeirinha por se encontrar situada próxima às margens do rio Mossoró, sendo visto ainda, como uma área de risco em função das enchentes que inundam as casas no período chuvoso, necessitando seus moradores serem removidos para lugares seguros.

Já na última divisão do bairro, a qual estamos chamando de franja, fica localizado depois da linha de trem. Esta, funciona como demarcador físico e social, pois separa os que residem na Zona 1, dos que residem na franja. O uso do termo franja tomamos emprestado de Caldeira (1984) por achar mais adequado, uma vez que ela o emprega no sentido de periferia, de subúrbio e no caso, essa parte se encontra situado numa região de periferia.

Contudo, uma outra razão para escolhermos essa nomeação deriva principalmente em função do lugar atualmente não ser mais oficialmente o bairro Alto da Conceição, e sim, Belo Horizonte II, mas que continua a pertencer aquele através do cultivo permanente das redes de amizade e de parentesco que integra os moradores da subárea da Zona 1 com os da franja, ficando explícito que os moradores continuam a pertencer ao bairro Alto da Conceição porque estão ligados por sentimentos que os planejadores desconhecem que são os laços de sangue e de amizade que se formaram ali há muitos anos.

As distinções presentes no bairro só foram descobertas quando estávamos fazendo a pesquisa de campo, pois na medida que avançávamos na pesquisa, mais nos deparávamos com realidades distintas.

Ao iniciamos a pesquisa tomamos conhecimento logo no início que o bairro tinha sofrido recentemente uma reordenação urbana, e este foi o local por onde começamos a pesquisa. Conforme pudemos presenciar, tal iniciativa realizada pela Prefeitura Municipal através da Secretaria de Planejamento e Urbanismo não agradou aos moradores que foram atingidos, mas que lentamente vão precisando se adaptar à essa mudança.

Embora tenha havido o encurtamento do bairro, seus moradores continuam a manter ativos os laços que os prendem ao Alto da Conceição e vice-versa, e, em função desses laços que se apresentam de forma tão evidente, resolvemos incluir na pesquisa essa parte que foi desmembrada.

A explicação para ter iniciado a pesquisa por essa parte do bairro é justificada pelo fato da entrevistada conhecer uma moradora dali e foi através dela, que foi tendo acesso a outras pessoas que estavam dispostas a colaborar. Por intermédio dessas pessoas que tinham sido entrevistadas, tive contato com os moradores da subárea da Zona 1.

Foi a partir de então, que se iniciaram as dificuldades em avançar na pesquisa. Enquanto, na franja fui bem recebida e as pessoas estavam interessadas em cooperar conosco. Na subárea da Zona 1 as pessoas consentiram dar entrevista porque foram pessoas que pertenciam a seu círculo de amizades de quem indicou.

Como a indicação de pessoas para fazer entrevista tornou-se escassa, foi necessário se recorrer a aplicação de questionário para podermos continuar com a pesquisa no Centro do bairro localizado na Zona 1. Infelizmente, tal recurso não foi bem sucedido. Apenas conseguimos aplicar 10 questionários e desses 10, apenas duas pessoas resolveram conceder uma entrevista após muita insistência da entrevistadora.

Assim, novamente estávamos com o problema de encontrar pessoas interessadas em contribuir com o nosso propósito. A alternativa que nos restou foi buscar através das redes de amizade da própria pesquisadora para dar continuidade com a pesquisa. Novamente nos esbarramos com o receio das pessoas de serem entrevistadas, de modo que conseguimos apenas mais duas, mesmo assim se esquivaram de falar abertamente sobre suas vidas.

A resistência de falar de suas vidas a uma pessoa estranha ocorreu principalmente no Centro do bairro localizada Zona 1, e também, com menor intensidade na subárea da Zona 1, de modo que, justificamos a precariedade de maiores dados sobre os moradores dessas duas áreas, especialmente no que se refere às estratégias de seleção do cônjuge.

Quanto a Zona 2, as entrevistas foram conseguidas por intermédio do vice-presidente do conselho comunitário do bairro. Aqui, pensávamos que iríamos encontrar maior aversão dos moradores em colaborar conosco, uma vez que o lugar existe a presença do comércio de drogas e alguns moradores estarem envolvidos em atividades criminosas. O nosso receio era de ser confundida com alguém interessada descobrir quem eram os traficantes de drogas e líderes de quadrilha que moravam ali e como funcionava o comércio de entorpecentes desse setor do bairro para depois entregar à polícia. Apesar dessa primeira impressão, os moradores da Zona 2 conversaram conosco mais abertamente, contando maiores detalhes de suas vidas mesmo a uma estranha.

Em termos numéricos foram feitas 28 entrevistas, sendo que no Centro do bairro localizada na Zona 1 foram realizadas 4 entrevistas. Na subárea da Zona 1 foram realizadas 8

entrevistas e na Zona 2 foram feitas 6 entrevistas. Já na franja do bairro foram obtidas 10 entrevistas.

Além dessas entrevistas com moradores das três áreas também entrevistamos informalmente, o vice-presidente do conselho comunitário do bairro, a secretária da igreja católica, o padre da paróquia Nossa Senhora da Conceição, a coordenadora do centro social Maria Rita e também alguns moradores mais antigos do bairro. As entrevistas com essas pessoas tiveram o objetivo de buscar compreender a própria formação do bairro e qual a importância dessas instituições para a vida dos moradores do bairro Alto da Conceição.

Quanto aos nomes dos entrevistados, a entrevistadora deixou a critério dos próprios entrevistados a opção de ser identificados com os seus nomes verdadeiros ou fictícios. Tanto os moradores entrevistados no Centro do bairro na Zona 1 quanto os moradores da Zona 2 preferiram ser identificados pelo nome verdadeiro, com exceção de uma que escolheu eleger um nome fictício. Quanto aos entrevistados da subárea da Zona 1 e da franja, alguns preferiram se manter no anonimato e outros não se preocuparam em revelar seus nomes reais.

Nosso trabalho se encontra organizado em quatro capítulos. No primeiro capítulo nomeado de O difícil casamento da teoria com a realidade social, caracteriza-se como uma discussão teórica, assim, apresentamos inicialmente como um determinado espaço social é apropriado pelos atores sociais e como são construídas as relações de hierarquia e de sociabilidade num determinado espaço. Os autores que nos ajudaram com essa discussão sobre espaço, sociabilidade e hierarquias foram Santos (1985), Da Matta (1987, 1990), Magnani (1992, 2000), Zaluar (1994), Bourdieu (1983, 1997), Goffman (1988), Elias e Scotson (2000), dentre outros. Após fazermos uma discussão sobre espaço social, fizemos alguns apontamentos sobre o que seja casamento e quais são suas implicações na vida do indivíduo e para o grupo ao qual esse indivíduo pertence. Os autores que nos ajudaram nessa tarefa podemos destacar aqui, Lévi-Strauss (1982), Leach (1974), Malinowski (1982), Goode (1970), Firth (1998), Coulanges (2003), Duby (1989), Merton (1979), Giddens (1993), Lewkowicz (1993), Samara (1981), Woortmann (1995), dentre outros que também tem sua importância.

No segundo capítulo denominado de Conhecendo o bairro Alto da Conceição, enfatizamos o processo de expansão do bairro e como ao longo dos anos surgiram áreas distintas no bairro Alto da Conceição.

Já no terceiro capítulo intitulado, Um mundo social dividido: Hierarquias e dessemelhanças sociais entre os moradores do bairro e de sua ‘franja’, caracterizamos primeiro as três áreas que compõem o bairro. Em seguida identificamos o que significa morar

no bairro e como foram sendo tecidas as relações de hierarquia e de pertencimento no local de moradia, criando sentimento de inclusão e exclusão, distanciamento e aproximação de acordo com o lugar onde se localiza no bairro.

No último capítulo do trabalho nomeado de *Escolhendo com quem se casa: Faces ambivalentes dos casamentos no bairro Alto da Conceição – Mossoró (RN)*, identificamos como os moradores das três áreas que formam o bairro, estabelecem os critérios de eleição do cônjuge, buscando ao mesmo tempo mostrar, se as escolhas do consorte em cada parte do bairro promovem casamentos homogâmicos ou heterogâmicos.

Em síntese, queremos mencionar que o trabalho aqui apresentado, revelou como um mesmo espaço de moradia é usado e apropriado pelos seus moradores. Esse uso e apropriação do espaço onde se reside é responsável conforme identificamos na pesquisa, de estabelecer relações de distinções entre vizinhos, permitindo a formação de sentimentos que operam no sentido de inclusão e exclusão, ora de pertencimento ou de distanciamento social, capaz de classificar pessoas de acordo com o lugar onde se localiza no bairro, produzindo ainda, o que Bourdieu (1999) denomina de “*efeitos de lugar*.”

Se por um lado, os moradores do bairro Alto da Conceição convivem com “*efeitos de lugar*,” por outro lado, os “*efeitos de lugar*” também são identificados nas estratégias de escolha do cônjuge na medida em que seus moradores, reforçam esse modo de viver no bairro através da consolidação de casamentos em grande parte de natureza homogâmica, permitindo portanto, a reprodução do modo de se viver no bairro, pois seus moradores elegem como cônjuges pessoas com as características de seu próprio grupo social e nesse sentido, dão continuidade as relações de distinções estabelecidas entre as pessoas que ali residem.

CAPÍTULO 1 - O DIFÍCIL CASAMENTO DA TEORIA COM A REALIDADE SOCIAL

O bairro Alto da Conceição situado na cidade Mossoró, estado do Rio Grande do Norte, apresenta estratégias de seleção de cônjuges que nos leva a pensar em autores que serão importantes na compreensão de como se configura esse fenômeno a partir das particularidades do bairro, uma vez que se trata de um espaço que produziu ao longo dos anos, relações hierárquicas entre os seus moradores, capaz de anunciar diferentes tipos de sentimentos, seja de repulsa e exclusão, seja de identificação e aproximação, seja de simpatia e afetividade, ou de aversão e de indiferença, formando uma complicada rede que separa e classifica as pessoas, levando-as a atitudes e comportamentos que denuncia a própria lógica do bairro. Daí, a riqueza de se estudar como um local de moradia que possui distintas classificações entre seus moradores, elabora suas escolhas de seletividade de um cônjuge.

O percurso feito para entendermos essa lógica se faz através de autores que se debruçaram sobre o assunto, ou temas semelhantes, mas que serão importantes para nós. Aqui, nosso primeiro passo será fazer um debate sobre autores que cuidaram em pesquisar sobre espaço social através de suas diversas formas de se apresentar, seja enquanto campos de sociabilidade ou da construção de relações hierárquicas presentes no espaço, mas que são suficientes para fazermos uma leitura sobre o bairro Alto da Conceição. Em seguida veremos como alguns autores trataram da questão do matrimônio, depois, faremos uma discussão sobre motivações envolvidas na escolha do cônjuge e as transformações tecnológicas moldaram novos valores nos padrões familiares, afetando os relacionamentos entre homens e mulheres, e por último, veremos como na sociedade brasileira em virtude de fatores históricos viciados aqui, moldaram os padrões de família.

1.1. ESPAÇO SOCIAL: Campos de sociabilidade e de hierarquias em comunidades urbanas

Para pensarmos na dupla fronteira entre trabalho de campo e teoria, vejamos como alguns autores discutem a questão de espaço social. A princípio, destaca-se o

trabalho de Santos, no seu livro, *‘Quando a Rua Vira Casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um Centro de bairro’* (1985), que contou com a colaboração de uma equipe com diferentes tipos de profissionais como educadores, sociólogos, arquitetos e antropólogos. O interesse dessa equipe era estudar como num bairro tradicional do Rio de Janeiro, seus moradores usavam e se apropriavam do espaço para fins de lazer. Entretanto, ao chegarem no campo se depararam com uma outra realidade. Seus moradores viviam o drama das demolições, pois o bairro estava passando por um processo de reconstrução urbanística. Logo, a presença desses profissionais os fez pensar que eles estavam ali com a intenção de ajudá-los. O fato é que suas razões eram outras. Assim, essa dificuldade inicial foi possível se identificar à importância que tinha o bairro do Catumbi na vida de seus moradores. Pois, *‘demolir casas, afinal de contas, significa muito mais do que desfazer abrigos. Significa, às vezes, derrubar um modo de vida.’*

Além de assistirem o drama de ver suas redes serem desfeitas em função das demolições que acabavam por expulsar seus moradores originais com relações fortemente fincadas no bairro, ainda eram vítimas dos invasores. Eram pessoas que não tinham estabelecido vínculos afetivos com as pessoas dali e nem sequer pertenciam àquela comunidade. Eram tidos pelos moradores como os intrusos. Estavam associados à marginalidade e aos roubos existentes no local.

Ora, tal contexto é suficiente para se identificar quem é de fato e por direito morador do bairro, uma vez que a forma de inserção dos estranhos a comunidade se deu em virtude das demolições, levando seus antigos moradores a deixarem para trás suas casas e suas relações de vizinhança que mantinham com o bairro. Conseqüentemente, as casas desocupadas começaram a ser invadidas por pessoas que não tinham nenhum laço afetivo estabelecido, mas que insistiam em ficar apesar de não serem bem vistos e bem vindos pela comunidade.

Dos moradores antigos que insistiam em permanecer no local sobravam os conflitos entre os novos e os velhos moradores, brotando fronteiras e limites através de estigmas que iam se acentuando na medida em que se avançava a reconstrução do bairro e com ela também se avançava à vinda de mais pessoas indesejadas, reforçando cada vez mais, os problemas atuais do bairro e a busca de seus moradores em recuperar a identidade antiga do Catumbi.

Quando um grupo se encontra ameaçado no presente o que podemos advertir é que o que está em jogo nestas circunstâncias não são especificamente as estruturas físicas do espaço, mas sim, os vínculos afetivos, a idéia de amizade e toda uma trajetória de vida e

convivência compartilhada em conjunto, enfim, de laços de sociabilidade e da noção de pertencimento a um determinado grupo social, mas que se encontra ameaçado em função de objetivos e interesses que estão fora do bairro e da vontade de seus moradores.

Diante de interesses contrários, o que podemos entender é que,

“o suporte de antes, mesmo com o seu uso radicalmente alterado, segue sendo uma referência fundamental. A retórica ... não esquece de restaurar oficinas, fábricas, casas de comércio. Sugere cheiros e gostos. Vai também introduzindo atores, ao lembrar acontecimentos ... Relembra um pequeno escândalo ...; revive intrigas locais”. (Santos, 1985: 23).

Logo, no momento em que os atores sociais relembra determinados desenhos, eles não estão mencionando puramente os suportes materiais. Na verdade, o que fazem é evocar classificações, tipologias, estabelecendo fronteiras, determinando limites de uso e de apropriação do espaço. Uma vez que um espaço social seja ele qual for, é fortemente permeado por símbolos e significados que são capazes de orientar as práticas dos atores. Desse modo, a descrição de um espaço deve ir *“além da materialidade”*, cujo objetivo central é perceber *“as dimensões simbólicas”* nele inseridas, ou como diria o antropólogo brasileiro Roberto da Matta em seu livro *A casa e a rua* (1987) para que o pesquisador *“... possa ‘ver’ e ‘sentir’ o espaço, torna-se necessário situar-se. (...)”*

E mais, a análise de um espaço deve então,

“... levar em conta as atividades que se dão nos seus diversos recortes. (...). Os significados que um determinado suporte material (esquina, calçada, quintal, rua, etc.) pode assumir, resultam da sua conjugação com uma atividade e muda de acordo com ela. (...) O que pode acontecer varia. Mas, na variação mesma dos eventos possíveis, existe uma estrutura que torna o espaço apenas mais uma dimensão do social. Para proceder a seu levantamento é necessário registrar através dos quais os usuários se referem aos diversos recortes que distinguem e observar o que neles fazem ou consideram factíveis.” (Santos, 1985: 48)

Dessa pesquisa sobre o Catumbi, a compreensão elaborada sobre o espaço social é que ele necessita ser entendido não apenas como um espaço físico em si mesmo, mas sim, como um campo de sociabilidades, sendo, pois, inconcebível sua interpretação sem uma leitura do que se passa nele, sejam relações de afetividade e conflitos, cordialidades e desentendimentos, ou ainda através de festas, comemorações ou outros eventos que são responsáveis em emitir uma opinião sobre o lugar.

Esse trabalho torna-se importante para nós na medida em que se identifica como um espaço que pode ser organizado pelos seus moradores e que essa organização não

é de forma alguma aleatória nem muito menos, descabida de valores e sentimentos construídos na própria comunidade. Outro motivo relevante é a forma como os pesquisadores vão conhecendo o bairro através das histórias contadas pelos seus moradores e da forma como o bairro é apropriado por eles.

Outro elemento de utilidade para nós é o entendimento que um espaço social é revestido de vários significados conforme ele é apropriado pelas pessoas, sendo essas diversas formas de uso e de apropriação, o veículo de sustento das relações de amizade e trocas, favorecendo o cultivo permanente de diferentes graus de sociabilidade no cotidiano do bairro, conseqüentemente, a estabilidade da rede social formada a partir do ambiente onde se mora. Além disso, é possível compreender a maneira como eles classificam o local de moradia, como também podemos apreender o significado dos vínculos investidos no lugar e por isso mesmo, torna-se menos difícil se entender porque seus moradores insistem em não abandonarem o lugar onde mora apesar das adversidades vividas e enfrentadas por eles.

Ao se interessar pela categoria espaço, o antropólogo Magnani (1992) nos chama a atenção para a forma como ele se encontra organizado. Isto é, as atividades que os atores sociais desenvolvem no dia-a-dia, sejam no trabalho, em casa, na rua, no bairro, na festa, na igreja, no bar, na praça, etc., envolvendo valores e regras que podem produzir determinadas fronteiras e classificações entre as pessoas, mas que podem de antemão surgir sem significado aparente, pois elas são dadas de forma *‘naturalizada’*, mas que aqui cabe o papel do pesquisador para descobri-las, identificando sua coerência interna.

Essa *‘naturalização’* das regras do espaço é o que o autor nomeia de *“descontinuidade significativa”*. A compreensão desse termo é justamente o fato de que a princípio, o espaço se apresenta sem significado para os que não estão inseridos numa rede relações que pode envolver laços de amizade ou de relações tensas e conflituosas conforme o grau de sociabilidade investido. Porém, essa complicada rede de sentimentos só pode ser diagnosticada através de uma observação metódica, apurada e de um acompanhamento de como acontecem as atividades efetuadas pelos atores sociais e, quais são os valores que estão interligados a essas atividades, como também por meio da análise dos seus discursos, é que iremos captar seu sentido. Logo, estudar um espaço é:

“estabelecer recortes, fronteiras, e definir as unidades de análise. E como tais recortes e unidades não são dados de antemão, é preciso construí-los destacando-os do fundo muitas vezes impreciso e contínuo da paisagem urbana tal como é vista pelo senso comum”. (Magnani, 1992: 01).

Assim, a leitura de qualquer recorte espacial deve ser feita através dos tipos de “cenários” que envolvem diferentes tipos de contextos e variam conforme as interpretações e significados adotados pelos atores, buscando entender então, como eles classificam, reconhecem e definem fronteiras e marcos em suas redes de relações, permitindo que se identifique quem é capaz de zelar pelo código de amizade ou não, excluindo os que estão fora da rede de confiança e de fidelidade mútua elegida pelo grupo.

Se isso ocorrer é porque se trata do “*pedaço*”, ou seja, é aquele espaço sobre o qual se estende uma determinada rede de relações sociais que combina laços de parentesco, de vizinhança, de procedência, instituindo um código capaz de separar, demarcar e classificar e que atua no sentido de fornecer ao indivíduo uma identidade, uma idéia de pertencimento e de aceitação no grupo. (Magnani, 2000).

Por outro lado, fazer parte do “*pedaço*” , significa ser reconhecido a qualquer momento, ou em quaisquer circunstâncias, mesmo estando fora do “*pedaço*” . Pertencer a ele, é poder compartilhar dos mesmos gostos, das mesmas preferências; denota também o cumprimento de regras, deveres, obrigações e direitos.

Portanto, o “*pedaço*” é um espaço intermediário entre casa e rua, o público e o privado.

Logo,

“o pedaço não constitui um espaço do qual se faça parte ‘naturalmente’ (...) resultado de longo e complexo jogo de trocas, supõe um alto grau de investimento pessoal. Para ‘ser do pedaço’ é preciso mostrar presença, provar lealdade, exhibir manejo do código comum. E em troca: a segurança do já conhecido, a certeza de pertencer a uma rede e de poder invocá-la a qualquer momento”. (Magnani, 2000: 15-16).

Contudo, não pertencer ao “*pedaço*” , indica que as pessoas devem agir com bastante cautela e precaução. O combate, a hostilidade, a segurança, a fidelidade nas relações entre os indivíduos, não são totalmente transparentes e aponta para o “*perigo que o outro*” pode representar (Da Matta 1987, 1990; Santos, 1985).

Por isso, quando alguém não pertence a um pedaço, quer dizer que ele não se encontra inserido numa rede comandado por laços de sociabilidade, uma vez que tal categoria expressa o que a antropóloga Alba Zaluar (1994) designa como sendo “*(...) um circuito de trocas recíprocas geradas e mantidas por regras sociais negociadas*”. Conseqüentemente, na sociabilidade, o indivíduo apreende certas regras de convívio social,

onde são legitimadas por todos. São essas as bases de sustentação dos laços de afetividade e respeito mútuo entre os integrantes do grupo.

Por um lado, na medida em que o indivíduo passa a interagir com outros ele vai construindo e tecendo espaços de sociabilidade. Daí, a necessidade das pessoas manterem o contato físico permanente com o outro, pois, é através dessa maneira que os conflitos e as intrigas que surgem no momento são banidos. Por outro lado, sabemos que mesmo existindo laços de união e reciprocidade no interior das relações entre os indivíduos, às vezes, as disputas e os confrontos são acionados. No entanto, eles não são tão facilmente ativados nesse estágio de sociabilidade, a não ser que uma das partes envolvidas desconsidere alguma regra de convívio. Essas regras são, sobretudo, o respeito e a confiança que depositamos no outro.

Portanto, na sociabilidade as relações de amizade e afetividade são constituídas aos poucos no dia-a-dia, e, na medida em que elas avançam, vão se formando um elo mais estável e mais duradouro entre as pessoas.

Segundo França (1996), ao se falar de sociabilidade é imprescindível que se fale também de cotidiano, pois estas duas categorias aparecem interligadas. De acordo com sua explicação, o conceito de sociabilidade tem como alvo, não as relações estabelecidas formalmente, mas sim, as que ocorrem no cotidiano através de um processo lento e intenso em que são avaliados vários tipos de sentimentos e atitudes em relação ao outro, e, em virtude dessas avaliações é que é testada a confiança e, sobretudo, a fidelidade que depositamos na outra pessoa. Se a amizade conseguir resistir esse inquérito é porque se consolidaram laços mais sólidos. Caso isso ocorra, pode se afirmar que está instaurada a sociabilidade, haja vista que ela não se finaliza com o romper do dia. Na verdade, pode se prolongar durante anos; e muitas vezes só é desfeita com a morte.

O fundamento do conceito de sociabilidade que França (1996) destaca pode ser compreendido na seguinte passagem:

“a sociabilidade é uma força agregadora, esse sentimento ou pulsão que nos aproxima uns dos outros, cria identificações. (...). Ora, é a própria sociabilidade o ponto de sustentação da vida cotidiana (...)” (França, 1996: 106).

Se Magnani (2000) admite que os espaços são não simplesmente o efeito de *“fatores naturais”*, mas sim, que resultam do modo como os atores usam e se apropriam deles, Pierre Bourdieu (1996) atribuirá a tal atitude como a *“reprodução do espaço social”* pelos agentes sociais. Assim, de acordo com sua leitura, para se compreender um espaço

social se faz necessário realizarmos um estudo de natureza histórica comparativa ou de natureza antropológica comparativa para descobrirmos como o presente se encontra estruturado. Isto é, através desse recurso, o pesquisador apreenderá não somente a “*construção do espaço*” como também, compreenderá os seus mecanismos de “*reprodução*”.

Em linhas gerais, no que diz respeito à construção de um espaço social, Bourdieu nos adverte para alguns elementos importantes. Primeiro, que qualquer espaço social é regido e edificado por um certo “*capital econômico*” e um certo “*capital cultural*”. Segundo, que esses dois tipos de capital são responsáveis por distribuir os agentes sociais em diferentes tipos de gostos, de preferências e estilos de vida. E por último, que um espaço social dependendo do lugar onde os agentes sociais estejam localizados é capaz de produzir distinções ou distâncias sociais entre os agentes. Logo, os agentes sociais estão mais próximos ou distantes um dos outros conforme a disponibilidade do tipo de “*capital econômico*”, “*cultural*” e “*simbólico*” investidos em bens e serviços.

A respeito dos diferentes tipos de gosto, Bourdieu revela que ele não pode ser admitindo como resultado de uma escolha puramente subjetiva do agente social, mas sim, enquanto algo que é orientado pelo mundo objetivamente dado e que passa a ser interiorizado através do processo de socialização, devendo se levar em conta ainda os diferentes tipos de “*habitus*” do qual o agente social participa e entra em contato.

Assim,

‘Não seria necessário demonstrar que a cultura é adquirida ou que essa forma particular de competência a que chamamos de gosto é um produto da educação ou que nada é mais banal do que a procura da originalidade se todo um conjunto de mecanismos sociais não viessem dissimular essas verdades primeiras que a ciência deve restabelecer, estabelecendo em acréscimo as condições e as funções de sua dissimulação. É assim que a ideologia do gosto natural, que repousa na negação de todas essas evidências, tira sua aparência e sua eficácia daquilo que, como todas as estratégias ideológicas que se engendram na luta de classes cotidiana, ela naturaliza das diferenças reais, convertendo em diferenças de natureza diferenças no modo de aquisição da cultura. (...)’ (Bourdieu, 1983: 95.)

É necessário dizermos ainda que a diferença entre o “*capital cultural*” e “*capital econômico*”, permite aos indivíduos se diferenciarem no espaço social na forma de pensar, agir, ser, expressadas nos gostos e preferências nas artes, nas ciências, nas religiões, nas crenças, nos estilos de músicas, na maneira de ser, de se vestir e de falar, etc, criando a

partir de então, particularidades no espaço social que variam com o processo histórico da sociedade.

As implicações da forma como o espaço social é reproduzido pelos seus agentes sociais fica mais evidente numa outra argumentação de Pierre Bourdieu (1999) onde ele analisa as hierarquias dos espaços enquanto conseqüências do modo de reprodução do capital econômico e cultural na vida dos agentes sociais, que põe em cena distintos tipos de capital simbólico. Essa discussão pode ser encontrada no texto nomeado de *‘Efeitos de lugar’* no livro *A miséria do mundo*. Assim, os *‘efeitos de lugar’* nada mais são do que a identificação da posição que um determinado agente social ocupa no espaço físico, variando conforme o seu grau de disponibilidade econômica, uma vez qualquer espaço social seja ele qual for, se encontra hierarquizado pelas distintas posições e distinções ocupadas pelos sujeitos, portando valores que se permite aproximar e distanciar-se um dos outros.

A noção de hierarquização de um espaço social legitima as distinções dos lugares de acordo com o mercado imobiliário e da disposição do capital econômico empregado, portando-os de um certo capital cultural e simbólico ao mesmo tempo, capaz de transformá-los em *‘efeitos de lugar’* quando são utilizados pelos agentes sociais.

Desse modo, acrescenta Bourdieu:

‘O espaço ou, mais precisamente, os lugares e os locais do espaço social reificado, e os benefícios que eles proporcionam são resultados de lutas dentro dos diferentes campos. Os ganhos do espaço podem tomar a forma de ganhos de localização, eles mesmos suscetíveis de ser analisados em duas classes: as rendas (ditas de situação) que são associadas ao fato de estarem situadas perto de agentes e de bens raros e cobiçados (como os equipamentos educacionais, culturais ou de saúde); os ganhos de posição ou de classe (como os que são assegurados por um endereço prestigioso), caso particular ganhos simbólicos de distinção que estão ligados à posse monopolística de uma propriedade distintiva (as distâncias físicas podem ser medidas segundo uma métrica espacial ou melhor, temporal, na medida em que os deslocamentos tomam um tempo mais ou menos longo segundo as possibilidades de acesso aos meios de transporte, públicos ou privados, o poder que o capital, sob suas diferentes formas, dá sobre o espaço é também, ao mesmo tempo, um poder sobre o tempo). Eles podem também tomar a forma de ganhos de ocupação (ou de acumulação), a posse de um espaço físico (vastos parques, grandes apartamentos, etc.) podendo ser uma forma de manter à distância ou de excluir toda espécie de intrusão indesejável. (...). (Bourdieu, 1999: 163)

Se os espaços físicos produzem hierarquias e distinções que se traduzem em aproximações ou em distâncias sociais é porque eles estão recheados de um certo tipo de capital econômico, cultural e simbólico ao mesmo tempo, exigindo de seus ocupantes

certas condições e requisitos sob a pena de não se sentirem deslocados e excluídos do lugar onde estão localizados, pois os lugares estão fortemente embebidos de valores e significados que podem ser revelados enquanto “*efeitos de lugar*” .

Logo, como nos aponta Bourdieu:

“Os diferentes campos ou, se se prefere, os diferentes espaços sociais fisicamente objetivados, tendem a se sobrepor, aos menos grosseiramente: disso resultam concentrações dos bens mais raros e de seus proprietários em certos lugares do espaço (5ª Avenida, rua do Faubourg Saint-Honoré) que se opõem assim, em todos os aspectos, aos lugares que agrupam principalmente e por vezes exclusivamente os mais carentes (subúrbios pobres, guetos). Esses lugares de densa concentração de propriedades positivas ou negativas (estigmas) constituem armadilhas para o analista que, aceitando-os como tais, condena-se a deixar escapar o essencial: como o Madison Avenue, a rua dos Faubourg Saint-Honoré reúne comerciantes de quadros, antiquários, casas de alta costura, de calçados, pintores, decoradores, etc., isto é, todo um leque de comércio que têm em comum ocupar posições elevadas (portanto, homólogas entre si) em seus campos respectivos e que não podem ser compreendidos no que eles têm de mais específico a não ser que os coloquemos em relação com comércio situados no mesmo campo, em posições inferiores, mas em outras regiões do espaço físico. Por exemplo, os decoradores da rua Faubourg Saint-Honoré se opõem (e em primeiro lugar por seu nome nobre, mas também por todas as propriedades, natureza, qualidade e preço dos produtos em oferta, condição social da clientela, etc.) àquele que, na Faubourg Saint-Antoine, chamam-se marceneiros, como os hairdressers se opõem aos coiffeurs, os fabricantes de calçados aos sapateiros, etc., oposições que se afirmam numa verdadeira simbólica da distinção: referência à unicidade da ‘criação’ e do ‘criador’, invocação da antiguidade e da tradição, da nobreza do fundador e de sua atividade, sempre designada por palavras nobres, muitas vezes tomadas do inglês.” (Bourdieu, 1999: 162)

Somando essas observações de Bourdieu (1996) com as efetuadas por Roberto Da Matta, passamos a compreender que os lugares e as relações humanas estão recheados de certos efeitos que têm o poder de hierarquizar pessoas e coisas. Para entender o que isso representa Da Matta (1990) recupera do cotidiano da sociedade brasileira a seguinte indagação: “*Você sabe com quem está falando?*” para explicar que ela é lançada no sentido de se fugir do anonimato e da dureza das normas afim de um tratamento do que ele chama de cultura “*Vip*” , ou seja, tal indagação é suficiente para se ver que não se trata de qualquer um mais de alguém portador de certos prestígios que os faz distinguir de pessoas comuns numa sociedade em que se consolidou ao longo dos anos em função de suas raízes históricas hierarquias em que põe em prova quem deve receber um tratamento diferenciado e personalizado.

Para compreender essa complicada rede de relações hierárquicas e distintivas, Da Matta elabora a teoria do medalhão que pode ser incluída dentro de um sistema de classificação de pessoas em que se admite que uma pessoa possa ser tratada no universo social com distinção, por isso podendo se livrar das regras regulamentadas no convívio social. Daí, ser constante a expressão, *‘Você sabe com quem está falando?’* quando o medalhão precisa ser lembrado.

Para esclarecer melhor o que estamos tratando, vejamos uma passagem do livro de Da Matta (1990), *Carnavais, malandros e heróis* que aponta o significado social do medalhão,

(...) A teoria do medalhão é, pois, a fórmula indicada para a obtenção do sucesso num mundo social dominado pelo convencionalismo, pela ortodoxia das teorias e doutrinas, pela rigidez das práticas jurídicas, pelo modismo e conformismo que impedem as soluções originais e profundas; numa palavra, pelo sistema hierarquizado que coloca tudo em seus lugares, sempre acha o lugar de toda as inovações, detesta examinar-se e, por meio de suas forças e dinamismo, mudar o lugar das coisas que nele existem. (...). A possibilidade de clarificar a relação entre o nosso sistema de classificar pessoas e, como consequência, o rito autoritário do ‘você sabe com quem está falando?’ só deve ou pode operar funcionalmente numa sociedade de gentes, de pessoas que se lavam, de brancos, de boa gente, de medalhões, em oposição as gentinhas, ao zé-povinho, à arraia-miúda, ... os impuros em geral (...). (Da Matta, 1990: 166-7)

Os medalhões mais do que inferir uma honraria e um título, produzem uma distinção social para aqueles que os possuem, capaz de lançar no caso da sociedade brasileira, um Q.I social, ou seja, um *Quem Indica*, permitindo atravessar as relações impessoais que mapeiam o universo do anonimato, transformando o que deveria ser resolvido pela ordem das leis, em relações de favorecimento para que sejam atendidos os interesses de quem tem prestígio na cadeia de relações amistosas, envolvendo, sobretudo, direitos e obrigações que são consolidados na troca de pequenos favores, versados no *jeitinho brasileiro* percebido por Da Matta (1990).

Se por um lado, o indivíduo que é portador de certos privilégios na sociedade é tratado com distinção e honraria (Da Matta, 1990), por outro lado, aquele que é desprovido desses símbolos de reconhecimento está fadado a ser tratado com desdém e desprezo ou conforme a leitura de Erving Goffman (1988), com marcas que apontam para a produção de estigmas sociais que expõe o indivíduo a fontes de deboche e indiferença. Dependendo da intensidade dessas marcas, o indivíduo acaba por ser excluído de grupos que se nomeiam como normais em detrimentos daquele que é portador do estigma.

Goffman esclarece que o uso do termo estigma foi impresso inicialmente pelos gregos como forma de marcar pessoas que eram portadoras de certos atributos indesejáveis ou sinais corporais que denunciavam algum elemento negativo ao possuidor. Uma outra forma de emprego do termo para os gregos tinha a finalidade de anunciar que se tratava de uma pessoa cuja condição era de escrava, de criminosa ou de traidora através de marcas que eram feitas com cortes ou fogo. Tal prática era suficiente para se identificar que se tratava de um estigmatizado e em função dessa condição era tido como alguém *‘poluído’* e que por isso mesmo deveria ser *‘evitado’*, principalmente em lugares públicos.

Um outro uso para termo estigma se refere a uma explicação religiosa dada pela igreja católica a uma pessoa que apresentava sinais de erupções no corpo que lembravam as chagas de Cristo e de seu sofrimento na cruz antes de sua ressurreição. Uma outra característica para identificar que se tratava realmente de um estigma era o aroma de flores que sucedia logo após o aparecimento dos ferimentos. Esses estigmas eram considerados uma prova da graça divina.

No sentido moderno, o termo tem a conotação de declarar que se trata de uma pessoa que possui atributos depreciativos e podem estar relacionados a deformidades físicas e mentais ou a fatores de natureza social como homossexualismo, alcoolismo, prostituição, vício, raça, credo religioso, pobreza, nacionalidade. Quem é portador de um desses atributos depreciativos sofre com o fato de ser excluído do convívio social de grupos que se consideram *‘normais’*.

Desse modo,

“As atitudes que nós, normais, temos com uma pessoa com um estigma, e os atos que empreendemos em relação a ela são bem conhecidos na medida em que são as respostas que a ação benevolente tenta suavizar e melhorar. Por definição ... acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida. Construímos uma teoria do estigma, uma ideologia para explicar a sua inferioridade e sem dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças, tais como as classes sociais. Utilizamos termos ... de estigma como aleijado, bastardo, retardado, em nosso discurso diário como fonte de metáfora e representação, de maneira característica, sem pensar no significado original.” (Goffman, 1988: 14-5)

Se o estigma designa marcas que são consideradas depreciativas e que funcionam na vida diária como elemento de exclusão para as pessoas que são portadoras dessas marcas de rejeição social e que põe em cena uma noção negativa da pessoa, os

‘*símbolos de prestígio*’ promovem uma ‘*valorização do indivíduo*’, colocando-o em condições cobiçadas e de prestígio, além de ter o poder de diferenciá-lo em relação a outros indivíduos que ocupam uma posição inferior numa determinada hierarquia.

Nessas circunstâncias são levados em conta os atributos positivos que aparecem associados à história de vida e a identidade do indivíduo, denunciando que se trata de alguém que é portador de ‘*símbolos de status*’ e em razão dessa característica é visto como alguém especial, de honra ou de posição de classe “*desejável*”. Os atributos associados aos ‘*símbolos de status*’ aparecem associados segundo Goffman, a identidade social relacionada à posição de classe e a ocupação que o indivíduo pratica.

Uma vez que, a

“... a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias. Os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontradas. (...). Então, quando um estranho nos é apresentado a sua categoria e os seus atributos, a sua ‘identidade social’ – para usar um termo melhor do que ‘status social’, da mesma forma que atributos estruturais, como ‘ocupação’ é analisado”.(Goffman, 1988: 11-2)

Todavia, para os que não conseguem atingir os ‘*símbolos de status*’, resta-lhes serem tratados como “*cidadãos de segunda classe*”, devido ao fato do estigmatizado carregar suas marcas de forma perceptível nos seus recursos de linguagem, na sua aparência e nos seus gestos. Por isso, acabam buscando se aliar a seus “*iguais só para não ter que enfrentar o problema*” do estigma.

No dia-a-dia, embora nem sempre o contato com alguém estigmatizado possa ser evitado em função da necessidade de se manter relações com serviços públicos ou patrióticos como numa eleição, por exemplo, ou em situações em que envolvem relações comerciais, o comportamento previsto com alguém que é portador de “*símbolos de prestígio*” com alguém que é estigmatizado, é uma atitude “*çortês*” como nos diz Goffman (1988), mas não significa a aceitação de um ou de outro, pois estão separados como declara Bourdieu (1983) por “*estruturas sociais o bjetivadas*”.

Se para Goffman (1988), o indivíduo é estigmatizado por outros grupos em virtude da sociedade reforçar nas relações cotidianas a classificação de pessoas, separando e dividindo quem possui “*símbolos de prestígio*” dos que são considerados como “*cidadãos de segunda classe*”, Simmel (1967), nos explica que esse tipo de classificação do indivíduo

ocorre porque a mentalidade das pessoas na cidade caminha, pois, em direção ao individualismo, a exclusão e a indiferença.

Essa indiferença entre os indivíduos no tecido urbano foi bem captada por Simmel (1967), no seu texto, *A metrópole e a vida mental*. Segundo ele, as condições conflituosas da vida moderna resultam da exigência do indivíduo em resguardar sua autonomia e individualidade nas grandes metrópoles, uma vez que, a cidade se constitui na sede da economia monetária, nesse sentido, é proveitoso dizer, que, as relações sociais são estabelecidas em bases racionais, ou seja, as relações entre as pessoas são definidas e movidas pelo lucro e pelo interesse, pois a mente do metropolitano tornou-se calculista e as relações emocionais passaram a ser fundadas na individualidade e no distanciamento entre os indivíduos.

Tal comportamento suscita nos indivíduos atitudes ‘*insensíveis*’, classificadas por Simmel como *atitude de reserva* ou *atitude blasé*. Eis, portanto a nova mentalidade do homem moderno, o indivíduo se relaciona com o outro num espírito de distanciamento e impessoalidade visando nas suas relações sociais à manutenção da individualidade e do anonimato na metrópole. Em outras palavras, a nova diáde da cidade invoca a fragmentação da identidade donde nasce um sujeito falso, grosseiro e egoísta que tem como preço à solidão, o medo da liberdade e o desencanto com a vida.

Enquanto Goffman (1988) questiona nossa conduta diante de alguém que sofre com o fato de ser portadora de estigmas e Simmel (1967) do indivíduo assumir na cidade uma *atitude blasé*, Northbert Elias e Scotson (2000), procuram entender a lógica das relações de vizinhança de uma pequena comunidade de nome fictício, Winston Parva na Inglaterra onde seus moradores convivem diariamente com diferenças que sugere o que Goffman chama de ‘*símbolos de status*’ em oposição aos indivíduos estigmatizados, mas que se complementam e faz de Winston Parva uma singularidade.

Desse modo, essas oposições são responsáveis em mapear relações conflituosas e tênues que envolvem, sobretudo, posições de poder, de prestígio e de inferioridade, dividindo seus moradores em duas condições distintas, entretanto, interdependentes. São os ‘*Estabelecidos*’ e os ‘*Outsiders*’. Os primeiros sustentam suas redes de relações de poder e prestígio no critério da antiguidade, ou seja, firmam suas estratégias de reconhecimento social no fato de terem maior tempo de permanência no bairro, e se encarregarem de ancorar suas bases de apoio nas relações de vizinhança com raízes fortemente fincadas e que perpassam gerações, enquanto que os ‘*Outsiders*’ só passaram a fazer parte do bairro recentemente. Não conseguem criar raízes no local de moradia uma vez que estão sempre

se mudando. São pessoas desprovidas de estórias e tempo de vida na comunidade e em função dessa posição, dificilmente são aceitas nas redes de amizade e de confiança estabelecida no local de moradia. Na verdade, aparecem associados à violência, aos roubos, à delinquência e à desintegração do local. Logo, sofrem do estigma de serem considerados intrusos e estranhos, passando a ser rejeitados pelo restante da comunidade.

O emprego das categorias: *Estabelecidos* e *Outsiders* serve para identificar dois tipos de posição presente na vida de um bairro que põe em proveito um em detrimento do outro, mas que é justamente essa disparidade entre os moradores que promove sua complementaridade e determina uma convivência negociada em que o espaço de um não é invadido pelo outro. Se não existissem os *Estabelecidos* não haveria relações de prestígio e poder ao passo que não haveria relações de exclusão nem fronteiras sociais entre as pessoas do mesmo bairro se não houvesse a presença dos *Outsiders*. De uma outra maneira se tornaria inviável se pensar em segmentos distintos que dividem o mesmo local de moradia se não fosse através do princípio de interdependência. Ou como apontam Elias e Scotson:

‘(...) As categorias estabelecidos e outsiders se definem na relação que nega e que as constitui como identidades sociais. Os indivíduos que fazem parte de ambas, ao mesmo tempo, separados e unidos por um laço tenso e desigual de interdependência.’ (Elias e Scotson, 2000: 08)

A noção de *Estabelecidos* e *Outsiders* que se situa dentro de um sistema comandado por relações hierárquicas só começa a fazer sentido quando nos voltamos para a formação do bairro e para o aparecimento de relações conflituosas com a chegada de novos vizinho no bairro.

A criação do bairro foi fruto do empreendedor Charles Wilson, que no ano de 1880, abriu num pequeno vilarejo na região central da Inglaterra uma companhia com interesse voltado para a construção de casas, fábricas e lojas comerciais e que sete anos depois resolve construir nessa localidade 700 casas todas idênticas e com um andar. Com o tempo novas casas foram edificadas e passou a ser denominada de zona 2. Tanto as primeiras casas quanto as que foram construídas logo depois fizeram parte das obras de Charles Wilson. Com o sucesso das casas, uma empresa particular resolve construir 1930, novas casas, no entanto o local escolhido para tal projeto não era bem visto pelos moradores tanto da zona 1 quanto da zona 2 pelo fato dela não ter sido aproveitada por Charles Wilson em função do local ser situado numa área pantanosa e *‘infestada de ratos’*. Esse local era nomeado pelos moradores das duas áreas como *‘beco dos ratos’*.

Essa característica negativa associada ao lugar onde iriam ser levantadas novas casas já era responsável em suscitar a primeira forma de estigma que mais tarde aparecerá associado a outros elementos discriminatórios aos novos residentes do bairro.

Apesar dos moradores terem sido contra a edificação dessas casas, a opinião deles não foi levada em conta pela empresa responsável pela obra e elas foram erguidas. Depois de prontas se passaram muitos anos para que elas fossem ocupadas, mesmo assim, muito lentamente.

Interessante identificar que nenhum morador das duas áreas se interessou em residir ali, apesar da proximidade com a rede de parentesco, uma vez que, nas duas áreas, boa parte dos vizinhos serem parentes e se orgulharem de manter vivo os laços de amizade e apoio mútuo mesmo depois do matrimônio. O fato é que estavam ali há muitas gerações. Entretanto, as novas casas não despertaram o interesse dos antigos moradores. Conseqüentemente, somente muito vagarosamente é que elas foram sendo ocupadas depois de um longo tempo sem nenhum inquilino.

Assim, as ocupações das casas foram feitas por pessoas desconhecidas e sem raízes fincadas no bairro. Muitas delas eram imigrantes que fugiam da guerra e eram atraídas para o local em função da existência de fábricas e oficinas.

No início os moradores recolheram na vizinhança roupas, calçados, móveis e alimentos e doaram aos novos moradores do loteamento. Mas com o tempo essa rede de ajuda e solidariedade cessou e o que restou foi um descontentamento por parte dos antigos moradores que viam os recém chegados como pessoas com valores, crenças e tradições que não compartilhavam com os deles, já que eram imigrantes vindos de vários países e regiões. Em virtude dessa característica não conseguiam se entender. Logo, começaram a ser tecidas barreiras sociais aos novos moradores. Com o tempo essas barreiras foram sendo acentuadas pelo fato dos aldeãos ver os recém chegados com pouca coesão interna. Outro problema levantado era o fato deles não conseguiram fixar residência no novo local de moradia. Viviam se mudando, o que dificultava mais ainda a formação de laços de amizade e de confiança com os moradores da zona 1 e da zona 2 que já moravam ali há muitas gerações. Nasceram, cresceram e se casaram ali. Muitos deles já tinham até bisnetos. É como declarou um jornalista local: *‘Não se sabe quem é parente de quem. Eles são tantos que continuo a descobrir parentes.’* Assim, tornava-se inviável se firmar laços de amizade e afetividade com os vizinhos das duas áreas antigas de Winston Parva.

Além de não conseguirem fixar residência por muito tempo. Os aldeãos acusavam e viam os moradores do loteamento como pessoas desintegradas; seus filhos não

tinham interesse nos estudos, se envolviam com drogas e com a marginalidade, eram considerados desordeiros e viviam causando confusões pelo bairro. Afirmavam que antes da vinda desses novos moradores, o bairro era calmo e tranquilo, mas com a chegada deles, a vida no local tornou-se insuportável. Eram vistos ainda como pessoas ‘*sujas*’, assim como suas casas.

Essas opiniões que os aldeões tinham sobre os recém chegados causavam descontentamentos por parte dos novos moradores pelo fato de todos serem classificados como pessoas inferiores e intrusas no bairro e em função dessa opinião eram excluídas e rejeitadas constantemente pelos antigos moradores. Assim, os moradores do loteamento viam os antigos moradores da aldeia como um grupo ‘*fechado*’ e ‘*ésnobe*.’ Que não promoviam oportunidades para se conhecerem melhor e refazer uma nova leitura sobre eles. Entretanto, com o tempo, eles acabaram se acostumando com essa posição que tinham adquirido no bairro. Conseqüentemente, essa aceitação se tornou suficiente para se consolidar na pequena comunidade de Winston Parva duas posições ao mesmo tempo, opostas e distintas entre seus moradores: Os *Estabelecidos* e os *Outsiders* através de relações de interdependência.

Ou mais exatamente como declaram Elias e Scotson:

{...}. A configuração das pessoas do loteamento teria sido incompreensível sem um claro entendimento da observada entre as pessoas da ‘aldeia’ e vice-versa. Nenhum desses grupos poderia ter-se transformado no que era independentemente do outro. Eles só puderam encaixar-se nos papéis de estabelecidos e outsiders por serem interdependentes. (...) (Elias e Scotson, 2000: 181)

Desse modo, os conflitos de relacionamento dão origem a existência de um sistema hierárquico comandado por relações de poder e prestígio capaz de classificar quem é de ‘*dentro*’ e quem é de ‘*fora*’, ou mais precisamente, quem é *Estabelecido* ou *Outsiders* na vida do bairro.

Essas duas formas de posição que ocupam os moradores da pequena comunidade de Winston Parva nos permitem fazer uma associação com as particularidades presentes no bairro Alto da Conceição, pois elas são capazes também de proporcionar distintas relações de envolvimento e reciprocidade entre seus moradores, inserindo-os numa rede social onde é possível se definir diferentes tipos de troca e pequenos serviços, que mais tarde será responsável por sedimentar laços mais sólidos e permanentes ou o inverso, quando se trata do grupo que se encontra numa posição inferior ou de

“*estigmatiza do*” como nos diria Goffman, pelo fato de ser morador da zona Ribeirinha ou então da “*franja*” do bairro, ambas discriminadas, acabam sendo excluídas de algumas redes presentes no local de moradia.

Então, resta-nos buscar identificar como um bairro que possui a capacidade de classificar pessoas dependendo da área onde se mora, elabora suas estratégias de seleção de cônjuges, mas para atingirmos tal propósito é preciso que façamos uso de trabalhos que cuidaram em estudar a questão do matrimônio para, a partir daí, termos como compreender o que ele representa na vida das pessoas e como se dão as escolhas de seletividade dos cônjuges.

1.2. O novo no clássico da teoria sobre matrimônio em contextos urbanos

A instituição matrimônio através dos estudos de parentesco sempre foi fonte de interesse da antropologia, se constituindo mesmo como um de seus pilares mais importantes, conjuntamente com os estudos sobre religião que tinham como objetivo fundamental, explicar as diferenças entre as culturas, buscando, nas suas perspectivas iniciais na formação disciplinar, a compreensão da universalidade humana a partir de uma leitura evolucionista das instituições sociais. Desse modo, as diferenças entre os povos eram tidas como estranhas, bizarras e grotescas e a explicação para a existência desses comportamentos extravagantes dos povos recém descobertos em função das viagens marítimas e que eram contadas através de relatos de viajantes, missionários, comerciantes denominados de “*leitura de viagem*”, eram vistos enquanto “*curiosidades*”, mas que necessitavam de uma explicação para tais adversidades. (Laplantine, 1993).

Desse modo, é nesse cenário de excentricidades que um dos focos centrais da antropologia, os estudos de parentesco se tornará um dos pontos chave na compreensão da organização social das sociedades “*primitivas*” e que logo mais tarde também será alvo relevante nos próximos trabalhos na área de antropologia. É o que destaca Laplantine em *Aprender Antropologia*:

“O que é também muito característico dessa antropologia do século XIX, que pretende ser científica, é a considerável atenção dada: 1) a essas populações que aparecem como sendo as mais ‘arcaicas’ do mundo: os aborígenes australianos, 2) ao estudo do ‘parentesco’, 3) e ao da religião. Parentesco e religião são, nessa época, as duas grandes áreas da antropologia, ou mais

especialmente, as duas vias de acesso privilegiadas ao conhecimento das sociedades não ocidentais; elas permanecem ainda, notamo-lo, os dois núcleos resistentes da pesquisa dos antropólogos contemporâneos.” (Laplantine, 1993: 66)

A verdade é que desde a sua formação, que a antropologia se ocupou em estudar as formas de parentesco, visando uma explicação para o estado de selvageria que se encontravam essas sociedades recém descobertas. Logo, a prática da poligamia era associada a uma promiscuidade sexual dos ‘*primitivos*’, além da existência do sistema de filiação matrilinear, que juntas, representariam provas científicas do estágio de inferioridade da humanidade, ao passo que a monogamia era um resultado do processo de evolução da cultura, significando um estágio superior, ou em outras palavras, a monogamia era uma das evidências cabais da evolução cultural, e, seu último estágio se encontrava localizado na sociedade européia, tida como superior e civilizada devido à complexidade de suas instituições sociais.

Embora Laplantine afirme que a religião e o parentesco sejam os temas mais distintos da antropologia, Klaas Woortmann em *Reconsiderando o Parentesco* (1977) considera apenas os estudos de parentesco enquanto um tema central na antropologia mesmo antes dela adquirir status de cientificidade e que se prorroga nos estudos posteriores da chamada antropologia clássica mesmo quando a abordagem principal não seja justamente o parentesco, mas mesmo assim, não se consegue escapar dessa discussão, pois todas as organizações sociais das sociedades pesquisadas pelos antropólogos, lembrando que se tratavam de sociedades simples, estavam orientadas com base no parentesco, seja nos estudos sobre magia e religião, seja nos estudos voltados para análise da tecnologia ou até mesmo quando se cuidaram em tratar de assuntos relacionados aos sistemas políticos, sempre o parentesco esteve presente. É como assinala Woortmann,

“Até recentemente, o parentesco constituía a principal área de preocupação da antropologia, e grande parte da teoria antropológica foi gerada, direta ou indiretamente, a partir dos estudos de parentesco. É bem verdade que, mesmo nos dias áureos do ‘estrutural funcionalismo’, verdadeira trincheira dos estudos de parentesco, vários antropólogos ocupavam-se com outros problemas também, além do parentesco, como, por exemplo, Malinowsky [sic] e Evans-Pritchard, com seus estudos sobre magia, religião e bruxaria, ou Firth, com seus estudos sobre economias primitivas e camponesas. No entanto, o parentesco constituía, por assim dizer, a pièce de résistance dos estudos antropológicos. De fato, a antropologia, ou pelo menos uma de suas mais influentes tradições, enquanto campo de investigações distinto no conjunto das ciências sociais, foi construída sobre os alicerces dos estudos de parentesco.” (Woortmann, 1977: 149)

É compartilhando dessa afirmação de Woortmann (1977), que faremos um esforço em trazer para o estudo das sociedades urbanas, o que sempre esteve presente nos trabalhos realizados pelos antropólogos: a questão do matrimônio. Nesse sentido, faremos um diálogo com algumas obras que forem mais importantes para nós da tradição antropológica, uma vez que o matrimônio muito foi enfocado sobre a luz dos estudos de parentesco em sociedades simples, mas que atualmente pouco tem despertado o apetite desses profissionais em buscar a chave de abertura na compreensão de como o matrimônio se apresenta a nós mesmos e qual o seu papel na nossa sociedade, já que se fala atualmente em crise e declínio dessa instituição social (Castells, 1999); (Singly, 2000); (Perrot, 1993).

Automaticamente, agora é a vez de transformar o *familiar* em *exótico* (Velho, 1978), quando se trata de estudar o significado do casamento e quais as motivações envolvidas no processo de seleção de cônjuges em nosso contexto e quais as interferências implicadas durante a escolha. Apesar de pouco interesse explícito por esse tema por parte dos antropólogos, é louvável a contribuição de alguns historiadores e sociólogos nessa área, e, por essa razão também faremos uso desses estudos na medida que parecerem viáveis na nossa tarefa.

Encontramos então como uma das primeiras abordagens de cunho evolucionista em relação aos estudos de parentesco, as contribuições de Morgan em *A Sociedade Antiga* publicada em 1877, que retratava as etapas que passariam (ou já passaram) todas as sociedades humanas: a selvageria, a barbárie e a civilização. Logo, a família na forma como a concebemos hoje, é fruto das conseqüentes transformações pelas quais ela passou durante muito tempo.

Segundo Morgan, houve cinco tipos de família: a consangüínea, a punaluna, a sindiásmica, a patriarcal e por último, a monogâmica. A primeira se baseava no casamento entre irmãos e irmãs carnais e colaterais no interior de um mesmo grupo. Esse tipo seria o mais primitivo que possa ter existido de família. A segunda se baseava no casamento entre irmãos e irmãs carnais e colaterais, com os maridos de todas elas e as esposas de todos eles em vários grupos. A terceira se baseava na união de um só casal, mas sem coabitação exclusiva. O casamento durava enquanto os cônjuges o desejassem. A quarta consistia no casamento de um só homem com várias mulheres. Na última forma de família classificada por Morgan se configurava na união de um só homem com uma única mulher, com coabitação exclusiva dos cônjuges. Esta, representando o estado superior de família.

Enquanto a família consangüínea reflete uma condição anterior, caracterizada pela promiscuidade sexual e pela poligamia, a família monogâmica está predisposta de acordo com o pensamento de Morgan, a evoluir ainda mais na medida em que seja acatada a igualdade entre os sexos e que seja definidos direitos iguais entre marido e mulher.

Em relação ao casamento Morgan acrescenta o seguinte:

“A união pelo casamento de um só par tinha já existido no estágio da barbárie sob a forma de uniões temporárias de casais que se faziam e desfaziam consoante a vontade dos participantes. Esta forma tinha tendência a tornar-se cada vez mais estável à medida que a sociedade antiga se desenvolvia, que as instituições melhoravam e que, progressivamente, se elevava o nível das invenções e das descobertas. Mas faltava ainda o elemento essencial da família monogâmica, a coabitação a dois. Já em épocas recuadas da barbárie o homem começou a exigir a fidelidade da mulher, sob pena das mais severas sanções, mas reivindicava para si o direito de não se submeter a essa exigência. Esta obrigação deve ser necessariamente recíproca, e respeitá-la implica direitos e deveres correlativos. (...). Podemos afirmar, com base nos conhecimentos que nos fornece uma história que remonta a quase três mil anos, que as características da família monogâmica evoluíram progressivamente e constantemente. Esta forma de família está destinada a aperfeiçoar-se ainda até que seja admitida a igualdade dos sexos e se reconheçam iguais direitos aos dois cônjuges. (...).” (p.127-8)

Outro elemento de peso exposto na obra, *A Sociedade Antiga*, é a afirmação de que foi através da idéia de propriedade que se originou o casal monogâmico, conseqüentemente, a família monogâmica, pois a partir do instante em que a família monogâmica estabelece um estatuto e determinou seus direitos e, conjuntamente a idéia de propriedade, os homens passaram a se preocupar com a transmissão de bens. Nesse caso, a necessidade de identificação da paternidade, tornando-se fundamental.

Numa passagem dessa obra, Morgan destaca não só a importância da transmissão dos bens aos parentes mais próximos, mas também a mudança da autoridade feminina para a masculina.

“As formas de família punaluana e consangüínea não eram compatíveis com a existência de uma autoridade paterna. Quando a organização gentílica apareceu no punaluano, reuniu definitivamente as diversas irmãs, seus filhos e os descendentes destes em linha feminina numa só gens, que veio a ser a unidade do sistema social a que deu origem. Foi a partir deste estado de coisas que a família sindiásmica se desenvolveu gradualmente e, com ela, o germe da autoridade paterna: Esta autoridade, a princípio fraca e flutuante, foi crescendo constantemente à medida que a família assumia um carácter (sic) mais acentuadamente monogâmico, que se desenvolvia paralelamente ao progresso irreversível da sociedade. A autoridade paterna encontrou o seu fundamento e estabeleceu-se automaticamente com a apropriação massiva dos

bens e a vontade de os transmitir aos filhos, que transformou a filiação matrilinear em filiação patrilinear.” (Idem.; 213)

Além da mudança de autoridade centrada na mulher para ser focalizada no homem, um outro fator fundamental na organização da sociedade foi à transmissão de bens localizados no seio da família reduzida, que permitiu que surgisse e fosse organizada a propriedade privada e ao mesmo tempo, durante um processo evolutivo, a distribuição da sociedade em classes sociais desiguais e que mais tarde será recuperada por Engels.

Interessado nos apontamentos de Morgan, Friedrich Engels (1987) no livro, *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, assinala a importância que teve aquele autor ao demonstrar a existência de uma forma anterior de família e a evolução de um modelo superior. Todavia, seu maior interesse parte das instituições fomentadas por Morgan quando menciona a origem da propriedade e as conseqüências que ela traria as estruturas orgânicas da sociedade. A partir daí, Engels resgata e acrescenta que a família monogâmica para ganhar forma precisa do investimento da fidelidade entre os cônjuges e a confirmação da paternidade na medida em que a produção dos bens materiais na sociedade civilizada molda novos valores para o casal e a família. Automaticamente, torna-se fundamental a produção de riquezas e sua acumulação no interior da família.

Enquanto Engels (1987) através das idéias de Morgan (s/d) admite que o casamento monogâmico só foi possível na medida em que foi reconhecida a importância da paternidade e da fidelidade conjugal como medidas necessárias no que se refere à acumulação de bens, Simmel (1993) em um texto intitulado, *Sobre a sociologia da família*, acredita que a partir do instante em que a monogamia se transforma em algo “*permanente*”, começa a se propiciar, de fato, uma estabilidade conjugal, e logo em seguida, o casamento passa a ser direcionado a partir de interesses subjetivos e não com fins estrategicamente econômicos e sociais. Teria que ser orientado através de um novo tipo de sentimento até então desconhecido, o amor. Conseqüentemente, começou a se exigir dos cônjuges a fidelidade, e o amor tornou-se a razão para se contrair o casamento.

Embora a estabilidade conjugal tenha sido proporcionada por um sentimento afetivo e dado cabo à poligamia segundo a argumentação de Simmel (1993), para o historiador francês Fustel de Coulanges (2003) em seu livro *A Cidade Antiga*, o casamento enquanto instituição monogâmica e conseqüentemente a fidelidade conjugal foi resultante do culto aos mortos, ou mais precisamente como afirma o próprio Coulanges: “*A primeira instituição estabelecida pela religião doméstica foi, de fato, o casamento*”, pois a força

que tinha a religião doméstica na vida tanto do homem quanto para a mulher na medida em que, o culto aos antepassados era repassado com o casamento de varão para varão e que cabia somente a mulher e aos filhos desse casamento à manutenção das oferendas e das cerimônias de culto aos antepassados de seu marido, visto que, quando solteira cultuava as divindades de seu pai, mas após o casamento deixa de pertencer a elas para herdar as de seu esposo.

Nesse sentido,

“A mulher casada tem a inda o culto dos mortos; mas já não é aos antepassados que essa mulher oferece o banquete fúnebre, pois não mais tem esse direito. O casamento desligou-a por completo da família de seu pai e quebrou todas as ligações com ela. Agora, é aos antepassados de seu marido que vai levar a oferenda, agora que são de sua família e se tornaram seus antepassados. O casamento deu-lhe segundo nascimento. A partir de agora ocupará o lugar de filha de seu marido (...). Não se pode pertencer nem a duas famílias, nem a duas religiões domésticas; a mulher passa a pertencer completamente à família de seu marido.(...). (Coulanges, 2003: 51)

Se por acaso, o marido venha a falecer, a mulher passa a homenagear não somente os antepassados dele, mas passa a partir de então, a também cultuá-lo. Por essa razão necessita de uma relação conjugal estável para que o culto do fogo dos antepassados e logo depois, a do próprio marido sejam reavivados e não cesse com a morte do varão. Daí, o repúdio a prática da poligamia com o receio de não ser realizada a religião doméstica.

A esse respeito Coulanges (2003) declara que,

“A instituição do casamento sagrado deve ser tão antiga na raça indo -européia como a religião doméstica, porque não se verifica uma sem a outra. Esta religião ensinou ao homem que a união conjugal é bem mais que a relação de sexos ou o afeto passageiro, unindo os dois esposos pelo laço poderoso do mesmo culto e das mesmas crenças. A cerimônia das núpcias era, além disso, tão solene e produzia efeitos tão profundos, que não nos devemos surpreender se esses homens julgaram não ser permitido nem possível ter-se mais do que uma mulher. Essa religião não podia admitir a poligamia.” (2003: 51-2).

Desse modo, não se herda a terra ou qualquer outro tipo de propriedade, mas sim, os deuses representados pelos parentes mortos em linha agnática, devendo nesse caso ser herdados pelo o primogênito que passa a ser o representante legítimo da família logo depois do falecimento de seu pai, pois lhe é assegurado à guarda do nome de família. Logo, a religião doméstica tornou-se a principal força que integrava a família a seus

descendentes, conjuntamente com seus antepassados na medida em que não era suficiente que existisse laço de sangue, mas era *‘indispensável’* que houvesse laço do culto, pois o parentesco era determinado pela religião doméstica. Assim definido, se entende que o *‘homem morre, o culto permanece; o fogo nunca deve se apagar nem o túmulo ficar abandonado; persistindo a religião doméstica.’* (p. 78)

O principal objetivo do culto aos antepassados recai no receio dos parentes do falecido ser condenado ou amaldiçoado pelos seus entes mortos caso não seja praticado a consagração aos mortos. Além disso, a decência e a dignidade do morto não dependia do comportamento que ele tinha levado em vida, mas dependia da dedicação de seus parentes em cultuá-lo através das cerimônias sagradas. Em troca, recebia proteção no lar na forma de felicidade, harmonia, riqueza, virtude e prosperidade.

Se a mulher desejasse contrair um novo matrimônio após a morte de seu marido teria que ter sido autorizado por ele em vida, inclusive, cabia a ele a escolha de um novo pretendente. Caso isso viesse a ser concretizado, a esposa deixaria a responsabilidade de cultuar os deuses de seu cônjuge para adotar os antepassados de seu novo consorte.

Quando Fustel de Coulanges (2003) retrata que foi o culto aos mortos enquanto religião doméstica que favoreceu o casamento monogâmico, e, principalmente, a estabilidade conjugal, é interessante saber a partir de agora qual a definição do matrimônio e o que ele representa na vida de uma pessoa e da comunidade. Grosso modo, significa o reconhecimento social da união entre um homem e uma mulher em que os filhos nascidos dessa união são reconhecidos como filhos legítimos de ambos os cônjuges. (Guia Prático de Antropologia: 1971; Leach: 1974).

Concordando com essa definição, porém acrescentando outros aspectos, um outro historiador francês, Georges Duby (1989) assinala que o casamento é um *“ato social”* que representa um dos mais formidáveis em relação a outros eventos da vida humana porque ele aparece revestido de vários valores e sentidos conforme a sociedade analisada. Porém em todas elas, o casamento representa um mecanismo de regulamentação que une um homem e uma mulher ao mesmo grupo de origem ou então, a um novo grupo dependendo dos preceitos elegidos pela cultura aos quais os noivos pertencem e que pode ter como finalidade exclusiva à procriação.

Outro aspecto considerado por Duby (1989) em relação à sociedade Ocidental na chamada idade média é a classificação do casamento em dois tipos: um de caráter religioso e outro denominado de *‘leigo’*, mas cuja finalidade era a manutenção dos bens e a herança de família. No primeiro, o objetivo central era por parte da igreja, a

regulamentação das relações “*carnais*” e coibir o coito que não tivesse por interesse a procriação. O único motivo resguardado para o sexo seria com fim no nascimento de filhos. Do contrário era visto como um pecado e “*uma perturbação da alma*”, passando a ser um impedimento à “*contemplação*” divina, ferindo fortemente os preceitos religiosos ditados pela igreja. Nesse sentido, a igreja considerava o casamento um mal menor, é que o esclarece Duby (1989):

‘Para esse fim, a Igreja propõe primeiro uma moral da boa vida conjuga l. Seu projeto: tentar retirar da união matrimonial essas duas corrupções maiores, a mácula inerente ao prazer carnal, as demências da alma apaixonada, desse amor selvagem no estilo de Tristão que os penitentiels [Penitências] procuram sufocar quando eles perseguem os filtros e as outras beberagens sedutoras. Quando se unem, portanto, os cônjuges não devem ter outra idéia na cabeça além da procriação. Se eles se permitem sentir algum prazer na sua união, ficam logo ‘maculados’: ‘transgridem’, diz Gregório, o Grande, ‘a lei do casamento’. é mesmo que permaneçam insensíveis, devem se purificar se quiserem, a seguir, aproximar-se dos sacramentos. Que eles se abstenham de todo contato carnal durante os períodos sagrados, se não Deus se vingará; Grégoire de Tours adverte os seus ouvintes: os monstros, os estropiados, todas as crianças doentias, sabe-se muito bem, foram concebidas na noite de domingo.’ (Duby, 1989:18)

Já o segundo tipo de casamento, foi suficiente em fazer brotar a “*caça aos bons partidos*” quando se trata de uma sociedade hierarquizada com valores voltados para a nobreza. Assim, era costume na idade média do Ocidente durante o século XII, as classes mais privilegiadas se preocuparem com a escolha do cônjuge com receio da fortuna ser fragmentada e se perder conseqüentemente, a posição de destaque na sociedade. Logo, além da finalidade do casamento para a procriação, uma outra função de responsabilidade dessa instituição social era sem sombra de dúvida, “*assegurar sem prejuízo a transmissão de um capital de bens, de glória, de honra, e de garantir à descendência uma condição, uma ‘posição’ pelo menos igual àquela de que se beneficiavam os ancestrais.*” (p.15).

Quando Raymond Firth (1998) estudou os Tikopias identificou a importância que tem o parentesco na organização social desses povos, afirmando que ele se encontra presente em todas as suas instituições. Na verdade, se constituindo mesmo enquanto pilar desse grupo social, ou nas palavras de Firth, “*como princípio articulador*”, pois permeia todas as instâncias da sociedade Tikopia. É ele quem regulariza a propriedade, estabelece os vínculos entre os parentes vivos e não vivos. Promove a conexão entre os anciões e os chefes uma vez que eles são reconhecidos como autoridades, passando então, a ser também responsáveis e indicados para comandar as instituições políticas e religiosas da aldeia. É

ele ainda que põe em evidência as obrigações e o sistema de cooperação mútua entre os tikopias na sustentação da economia primária que vai desde o plantio e se estende ao cozimento dos alimentos, integrando os parentes do marido e da esposa. Aliás, o primeiro forno acesso na residência dos recém-casados é chamado de pelos tikopias de *‘forno da união’*, que tem o valor de uma cerimônia pública, oficializando, assim, o casamento para a comunidade.

O parentesco é responsável também por boa parte da existência das evitações, dos tabus, dos deveres e privilégios presentes em Tikopia. É ele quem organiza a base das prescrições de certos tipos de relações sexuais e de casamentos, sendo que o casamento promove a união entre os parentes maternos e paternos que se desdobram na manutenção do novo lar e do nascimento dos filhos do casal. Essa ajuda vinda dos laços de parentesco não é tida como um fardo. Na verdade é admitida como uma obrigação por parte daqueles com quem se compartilha laços de sangue, porque

‘(...) o casamento significa a conversão de parentes consangüíneos remotos em parentes afins próximos. Um irmão de grau distante torna-se um cunhado imediato, por exemplo, um pai classificatório ou um irmão da mãe, um sogro imediato. Isso implica a adoção de uma nova restrição na fala e outro comportamento, com a criação de obrigações recíprocas formais definidas e muita cooperação informal. As pessoas envolvidas tornam-se pariki umas das outras. Mas a distância anterior do parentesco permite que a mudança ocorra com o mínimo de atrito. Além disso, o par recém-casado e sua futura prole têm a dupla cooperação do grupo do marido e do da mulher, estabelecidas pelo casamento.’ (Firth, 1998: 444)

Firth (1998) a todo instante relata as implicações que tem o parentesco na vida dos tikopias, sendo sobretudo formado, através de laços biológicos da relação entre pais e filhos e se complementam com os laços de casamento, produzindo relações de afinidade entre os parentes do marido e os parentes da esposa, constituindo o que ele denomina de *‘tipos de elos na cadeia de parentesco’*.

Se o parentesco se expressa entre os tikopias como uma força vital que organiza a comunidade, encontramos no casamento o combustível que alimenta essa força, pois é através dele que o indivíduo é emancipado na sociedade, pois a vida doméstica proporcionada pelo casamento implica a conexão da aldeia com o lar. É através do ambiente familiar que ocorre a eficácia do vínculo com a comunidade.

Na cultura balinesa por estudada Geertz (1989), o casamento aparece como o primeiro passo para o indivíduo adquirir uma posição de prestígio e status, mas que de fato só passam a ser adquiridos com o nascimento dos filhos, pois a procriação significa o

reconhecimento da posição que um homem ocupa na sociedade, representando o elo entre os pais, os filhos e a permissão dos pais na participação da vida pública nas esferas econômica, política e espiritual na comunidade de Bali. Quem não tem filhos não pode ser inserido nas discussões da esfera pública. No entanto, os homens solteiros que têm filhos podem participar das reuniões, mas com pouco poder de atuação. Aqui, podemos ver que o casamento com fins na procriação se apresenta enquanto modelo ideal na organização da sociedade dos balineses.

Nas Ilhas Trobriand estudadas por Malinowski (1982), o matrimônio representa para os homens uma mudança de status, uma vez que o homem só passa a ter direitos na vida social depois de casado, pois todo homem aspira, quando jovem, ter uma casa, uma mulher e filhos, já que o trobriandês “*adora crianças*”, embora a paternidade seja apenas social e não está vinculada a laços de origem biológica. Nas ilhas Trobriand, o homem só é respeitado se tiver um lar. Porém, a grande vantagem do casamento para os homens recai nos benefícios econômicos que ele traz, uma vez que, quando uma mulher se casa, o irmão da esposa é obrigado a pagar o tributo anual na forma de alimentos. O celeiro da casa de sua irmã deve ser conservado sempre cheio. Do contrário é vergonhoso. Aliás, o pagamento do tributo constitui um “*dever moral*” e é pago regularmente pelo o irmão da esposa enquanto durar o casamento.

O resultado dessa prática promove para o homem uma posição de prestígio na sociedade. O título de riqueza atribuído a uma pessoa é reconhecido através da doação de alimentos nos festejos e cerimônias públicas em que cada trobriandês dá sua contribuição. Quem doa mais é porque pode esbanjar fartura. No caso do homem ter várias mulheres, significa ser um homem rico porque todos os irmãos de suas esposas deverão pagar o tributo. É daí que provem sua posição de prestígio. Porém, só quem pode ter várias mulheres são pessoas de posição elevada como os chefes, ou então quando se trata dos feiticeiros que também ocupam uma posição importante na comunidade, pois a prática da poligamia não é acolhida pela opinião pública quando se trata de pessoas comuns. Entre os trobriandeses a fidelidade conjugal é levada bastante a sério. Quando ocorre o adultério, a punição para o desvio é combatida com o assassinato ou com o suicídio dos infiéis se forem descobertos.

A severidade para tal penalidade passa a ser compreendida na medida em que se admite tanto o rapaz quanto à moça ter relações sexuais antes do casamento. Na verdade, a vida sexual dos trobriandeses se inicia cedo. Ainda na infância ouve falar da vida sexual dos adultos, inclusive presenciam as relações sexuais de seus pais. Nessa fase a

criança pode até representar o ato sexual, mas é tida pelos adultos como *'brincadeiras de criança'*. Quando entra na adolescência já conhecem as tramas da sedução e pode freqüentar a casa de solteiros, chamada de *'bukumatula'*. São desses encontros furtivos e passageiros que se transformam em paixão e deriva uma união permanente. Logo, a finalidade principal para a realização do casamento não é o sexo, mas sim, o amor.

O casamento além de ser considerado uma união formal entre um homem e uma mulher e dele gerar filhos legítimos, uma outra finalidade do casamento é a formação de alianças. Esse novo ingrediente cabe a Lévi-Strauss (1982) o mérito de verificá-las através do estudo do parentesco. Para esse autor é através do parentesco que são definidas as regras de permissão ou impedimento na escolha do cônjuge, tornando o pretendente elegível ou não conforme o interesse em formar alianças políticas, econômicas ou religiosas.

Tomando emprestado a aceção de Maine, Leach (1974) define o casamento como um *'pacote de direitos'*, mas também aparece fincado em certas obrigações. É por essas razões que tanto nas sociedades de pequeno porte como nas sociedades complexas, que estamos considerando aqui as sociedades urbanas, a escolha do cônjuge sempre foi alvo de interesse por parte dos parentes, principalmente quando se refere a grupos que ocupam uma posição de prestígio na sociedade. Logo, o casamento passa a ser um acontecimento social relevante para os indivíduos e que por conta disso, não se casa com qualquer um em função de outros interesses que não seja exclusivamente pautado na idéia de amor.

Preocupado em entender o que se tem por traz do processo da escolha de um cônjuge e logo depois a consolidação do casamento, William Goode (1970) no seu texto, *A escolha do cônjuge e o casamento*, afirma que a seleção de um cônjuge tem por finalidade o matrimônio e por isso envolve várias regras que variam de uma sociedade para outra. As regras podem ser definidas e controladas através da religião, da raça, do prestígio, da beleza, da classe, de habilidades, enfim, essas regulamentações são medidas tomadas pelo grupo ou pela família na tentativa dos casamentos serem homogâmicos, uma vez que quando se casa implica a inserção de novas obrigações e papéis, acarretando conseqüentemente, novos ajustamentos e tensões para o grupo.

Nesse sentido, o controle na escolha do cônjuge em grupos que ocupam uma posição de prestígio e status na hierarquia social desperta interesse em casamentos entre seus semelhantes, visando sobretudo, a continuidade da riqueza, do poder, do prestígio, ou da herança, garantindo assim, as características do grupo e impedindo que a fortuna, a

herança ou prestígio da família seja ameaçado com um casamento desvantajoso, evitando ainda, a instabilidade do grupo. Logo, a homogamia é uma tentativa de reduzir o casamento com cônjuges provenientes de outros estratos sociais, religiosos, étnicos ou culturais, assegurando casamentos com cônjuges pertencentes a valores e status assimilados ao seu grupo.

De uma outra forma a homogamia também ocorre em grupos com pouco prestígio e status social. Nesse tipo de situação, os cônjuges se assemelham entre si através de padrões culturais semelhantes, uma vez que o contato com outros segmentos sociais seja mais difícil de ocorrer porque estão separados por “*distâncias sociais*” no sentido empregado por Bourdieu (1999). Nesse tipo de contexto, é comum os pais do cônjuge almejar um casamento fora do seu grupo, desejando uma mobilidade social. Caso essa união venha a ocorrer, o casamento realizado é definido como hipergâmico.

Por conta dos atributos atribuídos a seletividade de um cônjuge, Goode (1970) irá apontar que os casamentos são de dois tipos: homogâmicos que são aqueles que ocorrem mais ou menos dentro do mesmo perfil que o grupo elege para si como raça, religião, prestígio, classe, enquanto o outro tipo de casamento denominado de heterogâmico ocorre quando os indivíduos se casam fora das características de seu grupo. Esse último tipo de casamento produz o que alguns autores chamam de hipogamia e hipergamia.

Segundo o Dicionário de Ciências Sociais, esses dois conceitos foram criados para explicar a origem do sistema de castas da Índia a partir do matrimônio. Todavia, ambos são utilizados como categorias de análise da teoria da estratificação social.

Para definir esses dois termos tomaremos como apoio à explicação levantada por Robert Merton (1979) no seu texto, *Casamento intergrupal e estrutura social*. Primeiramente ele realiza uma discussão em torno do que seja casamento e logo depois, assinala que não existem sociedades onde não haja um sistema de casamento e que em todas as sociedades possuem um conjunto de regras que controlam a seleção de um cônjuge. No entanto, nem sempre as regras são suficientes para inibir um casamento desaprovado pelo o grupo. Por isso, o que se tem são casamentos hipergâmicos, hipogâmicos. No primeiro caso, o indivíduo se casa num estrato social mais alto, enquanto que a hipogamia significa que o indivíduo se casa num estrato social mais baixo que o seu.

Merton (1979) explica também que o desajuste causado por um casamento realizado fora do grupo, seja ele hipergâmico ou hipogâmico, não se traduz apenas dependendo do contexto, em desarranjos econômicos, políticos, religiosos ou étnicos, na

verdade, libera também relações conflituosas e tensas entre o grupo de parentes de origem de cada cônjuge e entre os cônjuges, uma vez que, as diferenças culturais tornam-se mais explícitas. Conseqüentemente, o choque entre padrões de comportamentos culturais tornar-se inevitável.

Embora ainda existam casamentos arranjados ou por conveniência quando se trata de famílias ou grupos influentes numa sociedade comandada por cadeias de prestígio, poder e influência, é também verdade que hoje os cônjuges tem mais liberdade de escolha, podendo a finalidade primeira do casamento ser o comprometimento com a idéia de amor. De acordo com a explicação de Goode (1969), a maior flexibilidade na eleição do consorte é fruto das transformações tecnológicas que vem ocorrendo na sociedade, principalmente no Ocidente.

As transformações tecnológicas afetaram várias instâncias da sociedade, seja na esfera econômica, política, religiosa, social ou cultural, podendo seus efeitos ser sentido no que se refere aos valores tradicionais da família, na medida em que, novos padrões são redefinidos. (Castells 1999; Bauman 2003)

A respeito dessas mudanças que vem ocorrendo nas sociedades, Giddens (2000) esclarece que até países como a China, onde a taxa de divórcio era considerada pequena em relação aos países da Europa, atualmente vem apresentando aumento significativo a ponto do Governo daquele país tentar criar barreiras para tornar o divórcio mais complicado.

Não só nesse país quanto na Índia era muito comum o casamento ser um acordo firmado pelas famílias, mas em virtude do processo de modernização vivido nesses países, não só os cônjuges estão tendo mais liberdade de escolha como também se registra um aumento no número da dissolução de lares.

Vale lembrar que nos países asiáticos era muito comum ainda na infância à criança ser prometida a seu noivo. No caso do Japão, por exemplo, os casamentos podiam ser feitos fora do grupo enquanto necessidade de se fortalecer o poder e prestígio de certas famílias de comerciantes influentes com famílias de samurais. Logo, era muito corriqueira a adoção de um marido para a filha. O marido adotado se transformava em herdeiro de seu sogro. Porém, teria que deixar de usar seu nome de família para adotar o nome de família da noiva, indo inclusive morar na casa de sua sogra. (Benedict, 1997).

Na Nova Guiné entre os Arapesh, a menina quando ainda criança vai morar na

casa de seu noivo que já é adolescente, passando a ser educada e criada por ele. Uma das vantagens desse tipo de costume é que a rejeição ao noivo prometido é menos desastrosa na medida que desde criança convive com a pessoa que mais tarde será seu marido e desde muito cedo aprendeu a se interessar por ele, aprendendo com o passar dos anos a ter principalmente respeito e afeição, já que foi sustentada e foi educada por ele desde a infância. Em troca, tornar-se uma boa esposa, dando-lhe inclusive filhos a esse homem que cultivou inhames, caçou, matou canguru e “que formou seu corpo” (Mead, 1999)

Em relação a outros países do Ocidente, inclusive no Brasil o que se tem averiguado não é somente o acréscimo de separações, mas vem se acentuando um novo estilo de relacionamento conjugal que antes era tido como uma ofensa moral aos *‘bons costumes’*, ou seja, no passado à relação sexual só era bem vista quando havia a concretização do casamento, cuja finalidade principal tratava-se da procriação. Porém, na atualidade, a coabitação tem deixado de ser uma prática condenada para se espelhar na idéia de *‘relacionamento puro’*.

Logo,

‘(...) o casamento significa que um casal está vivendo uma relação estável, e pode na verdade promover essa estabilidade, uma vez que envolve uma declaração pública de compromisso. No entanto, ele não é mais a principal base definidora da união.’ (Giddens, 2000: 67)

Mora-se junto até o dia em que ambos achar conveniente. Não há tantas exigências que obriguem o casal a permanecerem lado a lado até que a morte os separe como predizia os valores editados pela igreja aos cônjuges. Os relacionamentos passam agora a ser pautados numa relação que Giddens classifica de *‘democracia das emoções’*, ou seja, o casal busca no relacionamento compartilhar e discutir a vida conjugal e resolvem ficar juntos sob a condição de se amarem.

O termo *‘democracia das emoções’* é aplicado por Giddens com o objetivo de se fazer uma analogia com a democracia. Assim, do mesmo modo que acontece com o sistema democrático, a *democracia das emoções* se leva em conta os direitos, os deveres e as liberdades de escolhas de ambos os parceiros, tendo em vista que a relação passa a ser discutida constantemente com fins, a um ajustamento que pode levar a um amadurecimento da vida afetiva do casal. O diálogo transforma-se num ingrediente de peso no relacionamento, entendendo ainda, que ambos possuem o livre-arbítrio de determinar o

tempo que se deseja ficar sem estar diretamente preso a amarras econômicas ou morais como havia no passado.

É ainda com base nessa noção de *democracia das emoções* que se pode alcançar o que esse autor chama de *‘relacionamento puro’*. Esse tipo de envolvimento só tem sentido quando ambos resolvem sedimentar a relação na *“confiança ativa”* e mútua, não sendo obrigatoriamente um relacionamento heterossexual, mas pode ser elástico aos casais homossexuais.

Enquanto a *democracia das emoções* pode levar a um *relacionamento puro*, a noção de *‘amor romântico’* deixa de ser associado à possibilidade de que existe uma pessoa especial e que o relacionamento entre duas pessoas é para sempre. A facilidade de dissolver o casamento levou o que Giddens (1993) qualificar de *‘amor confluyente’*, ou seja, a noção de que há um amor eterno com alguém especial passa a ser encontrado em romances. Hoje, os vínculos afetivos estão todo o tempo posto a prova, cabendo ao outro a tarefa de buscar a cada novo dia cultivar o relacionamento, podendo a partir de então, alcançar o que esse autor está nomeado de *‘relacionamento puro’*. Nesse sentido,

‘O amor confluyente é um amor ativo, contingente, e por isso entra em choque com as categorias ‘para sempre’ e ‘único’ da idéia do amor romântico. A ‘sociedade separada e divorciada’ de hoje aparece aqui mais como um efeito da emergência do amor confluyente do que como sua causa. Quanto mais o amor confluyente consolida-se em uma possibilidade real, mais se afasta da busca da ‘pessoa especial’ e o que mais conta é o ‘relacionamento especial.’” (p. 72)

A favor desse argumento, Peter Berger (s/d), fala da valorização do matrimônio na atualidade embora vários autores como Castells: 1999; Singly: 2000; Biserra: 2000; Silva: 2000; Perrot: 1993 terem afirmado a crise dessa instituição social no momento presente, Berger explica que no contexto atual as pessoas cobram muito mais de seus companheiros, de modo que o diálogo passa a ser o elemento central na relação a dois. Daí a dificuldade de encontrar alguém para compartilhar a vida.

As exigências aparecem direcionadas para a satisfação sexual, o amor romântico, o autodescobrimento e a realização através do amor compartilhado e cooperado. O casamento como um fardo pesado (Torres 2000; Almeida 1998) deixa de sê-lo para muitas pessoas e passa a ser orientado pela conversação diária entre ambos os cônjuges. Assim, não é que o casamento deixou de ser importante, mas ao contrário, ele agora é mais exigente a ambos, a partir do instante em que a cumplicidade torna-se a chave da estabilidade conjugal.

Essa cumplicidade emocional sugere a base do que Giddens chama de relações puras. Giddens (1993) sustenta que o *‘relacionamento puro’* resulta do *‘amor confluyente’*. De modo semelhante Peter Berger (s/d) aponta que o cimento das relações conjugais está na *“cumplicidade”*, na *“conversação”*, na *‘satisfação sexual’* e no *‘autodescobrimento’* entre ambos na relação a dois.

Já Bauman (2004) considera os *‘relacionamentos puros’* um ideal, mas que na prática o que está ocorrendo são o que ele chama de *‘relacionamentos de bolso’*, pois, tornou-se habitual se trocar de relacionamentos com tamanha facilidade que se tira e se põe no bolso no momento que se deseja. O resultado dessa atitude é que as relações humanas estão perdendo cada vez mais a noção de compromisso e durabilidade para assumir o que Bauman classifica de *‘amor líquido’*, ou seja, os relacionamentos cada vez mais estão caminhando para um afrouxamento dos laços permanentes.

Agora, o que importa é satisfação e não vontade de consolidar vínculos resistentes e sólidos com uma pessoa. O que está em moda é o *‘viver juntos’* e não o *‘até que a morte nos separe’*, uma vez que as relações estão desse modo, menos propensos a obrigatoriedade de ter que permanecer com a alguém a contra gosto, levando as pessoas então, a relações instantâneas e vulneráveis, ou ainda, ao *‘amor líquido’* recomenda um *‘homem sem vínculos’*.

Conseqüentemente,

‘O ‘relacionamento puro’ tende a ser, nos dias de hoje, a forma predominante de convívio humano, na qual se entra ‘pelo que cada parte pode ganhar’ e se ‘continua apenas enquanto ambas as partes imaginem que estão proporcionando a cada uma satisfações suficientes para permanecerem na relação’. (...). O compromisso outras pessoas, em particular o compromisso incondicional e certamente aquele do tipo ‘até que a morte nos separe’, na alegria e na tristeza, na riqueza e na pobreza, parece cada vez mais uma armadilha que se deve evitar a todo custo. (...). Para esfregar sal na ferida, a dependência – devido à ‘pureza’ de seu relacionamento – não pode nem precisa ser recíproca. Assim, você está amarrado, mas seu parceiro continua livre para ir e vir, e nenhum tipo de vínculo que possa manter você no lugar é suficiente para assegurar que ele não o faça. O conhecimento amplamente compartilhado – na verdade, um lugar-comum – de que todos os relacionamentos são ‘puros’ (ou seja, frágeis, físsiparos, tendentes a não durar mais do que a conveniência que trazem, e portanto sempre ‘até a segunda ordem’) dificilmente seria um solo em que a confiança pudesse fincar raízes e florescer.’ (Bauman, 20 04: 111-2)

A história do casamento no caso do Brasil é marcada por práticas que desafiavam os preceitos ditados pela Igreja e ao mesmo tempo, contrariava os interesses

manobrados pelo Estado durante o período colonial. Na verdade, era costume corriqueiro as relações ilegítimas, a mancebia e o concubinato, visto que na época colonial, os colonizadores que aqui chegavam escolhiam as índias para viverem. Muitos até se casavam conforme os *“costumes da terra”*, mas a igreja não reconhecia como matrimônio e para o Concílio de Trento não tinha nenhum valor religioso. Na verdade, a igreja católica considerava essas uniões uma verdadeira blasfêmia. Alguns desses colonizadores já eram casados, mas ao aqui chegar se deleitava no pecado (Silva 1998; Kuznesof 1988).

O costume da mancebia não foi exercido apenas com índias. Na realidade, também foi muito praticado com negras em função do sistema escravocrata firmado no Brasil. Era muito comum então, os senhores de engenho manter relações ilícitas com escravas, às vezes, até mantinha a amante negra no engenho enquanto sua esposa legítima vivia na cidade. Dessas uniões nasceram muitos filhos. Alguns reconhecidos como herdeiros, contudo, na prática muitos eram considerados filhos bastardos e não tinham direito à herança, uma vez que o próprio código Civil brasileiro se encarregou de não reconhecê-los apesar do laço de sangue. Logo, só eram aceitos como filhos, aqueles gerados dentro do casamento, isentando o progenitor das responsabilidades que incumbia a um pai (Freyre 1997; Samara 1981).

Para entendermos o fundamento dessa prática é importante conhecermos algumas razões. Primeiro havia especialmente durante os séculos XVI à XVIII, e estendendo também no século XIX, mas com menos intensidade no Brasil, a escassez de mulheres brancas. Outra razão para a existência desse fato deve-se, ao costume de algumas famílias importantes reservar filhas para a carreira religiosa, reduzindo ainda mais as chances de se realizar uniões legítimas. Tentando evitar essa prática, o governo português resolveu inibi-la através da exigência que os cargos administrativos só poderiam se ocupados por homens casados e o administrador que estivesse envolvido com relações impróprias perderia o cargo. Apesar dessas medidas, Lewkowicz (1993), aponta que elas não foram suficientes porque os brasileiros *“não gostam de casar e a sociedade acomodou-se a um estilo de vida em que a ilegitimidade tornou-se algo comum, acabando por aceita-la.”* (p. 13) É significativo salientarmos que mesmo sendo habitual a mancebia, o ideal era de fato o matrimônio.

Se por um lado, a igreja se encorajava em coibir o amancebamento em função de tal prática se vista por essa instituição como ultrajante, por outro lado, o Estado português enxergava nas uniões ilegítimas um perigo à segurança e o controle da população. Daí, o motivo do casamento ser incentivado de ambos os lados.

Não obstante, a força da igreja na vida dos brasileiros durante os séculos XVIII e XIX, podia ser sentida não somente em relação a vocação religiosa, mas também cabia-lhe a tarefa de organizar a prática familiar e o casamento através de uma disciplina moral que controlava as uniões ilegais e a uma conduta desviante. Essa moral religiosa foi traduzida na vida cotidiana em relação às mulheres enquanto símbolo de castidade, transformando-se mesmo num critério rigoroso para se consolidar um matrimônio, especialmente para as consideradas como *“moças de família”*.

Nessas circunstâncias, era papel das famílias importantes providenciar um bom casamento para as filhas e os filhos, de modo que, o controle sobre a escolha do cônjuge era muito mais eficaz na medida em que se busca *“casar famílias”*, cuja finalidade principal do casamento não era uma aventura amorosa dos filhos, mas algo que poderia por em risco o nome da família, e, principalmente, a fortuna e o patrimônio familiar (Petrucelli s/d; Lewin 1993; Ellen Woortmann 1995)

Em função dessa necessidade tornou-se habitual o casamento consanguíneo no Brasil, precisando algumas famílias recorrer ao Concílio de Trento para que ele fosse realizado. Um dos motivos também para a realização de casamentos homogâmicos no Brasil se deve além de interesses de se formar alianças e fortalecer alguns grupos políticos ou econômicos, Ellen Woortmann (1995), associa ao fato das mulheres pouco saírem de casa e se reduzir às chances de se conhecer um pretende, já que suas redes se reduziam ao grupo de parentesco.

Semelhantemente com essa declaração de Ellen Woortmann, Jane Almeida (1998) também acredita que em função do contato das moças se resumir aos parentes. associado a esse aspecto, a exigência dos pais em encontrar um bom partido no caso de famílias influentes, fortaleceu a prática de casamentos homogâmicos na sociedade brasileira. No caso de famílias com menor poder aquisitivo, a moral familiar evitava que as moças namorassem vários rapazes antes de se casar. Conseqüentemente, se casava logo com o primeiro namorado sob pena de ser tachada de *“vassourinha”*. Assim, o que ocorria era que as moças geralmente se casavam com seus vizinhos ou então com seus primos.

Diante de duas posturas diferentes de uniões na cultura brasileira e que derivam de um longo processo histórico e cultural vivenciado aqui, e que já foram apontadas logo acima, uma calcada numa ética religiosa que se exigia a fidelidade conjugal e monogâmica, a outra numa direção que se tinha maior flexibilidade em aceitar uniões extraconjugais, possibilitando ao longo dos anos, expressões divergentes de relacionamentos que podem ser identificadas a partir do estrato social. Em função dessas

duas formas de uniões divergentes, Klaas Woortmann (1987), conseguiu distinguir o que está em jogo quando se trata da durabilidade ou não dessas uniões, tomando como requisito de investigação a camada social a qual o indivíduo pertence.

Conseqüentemente, a durabilidade do matrimônio aparece mais fortemente presente em camadas médias ou de elite em função do prestígio e do status que o casamento possibilita, podendo envolver ainda, interesses econômicos e políticos, enquanto que nas camadas mais pobres, as uniões matrimoniais são mais instáveis, pois pouco se tem a perder e dividir, caso se dissolva. Para as mulheres o casamento significa uma estratégia de sobrevivência para garantir seu sustento e de seus filhos. Para os homens uma fonte de “*serviços domésticos e sexuais*”.

CAPÍTULO 2 - CONHECENDO O BAIRRO ALTO DA CONCEIÇÃO

2.1. Origem e transformação do bairro

Mossoró retrata já algum tempo um novo *‘fenômeno urbano’* (Velho: 1978). Novos impulsos políticos e sociais mudam nomes de ruas e formas dos espaços urbanos, apagando os rastros de suas memórias. A exemplo de outros bairros, o Alto da Conceição sofreu ao longo dos tempos várias mudanças, a começar pelo seu nome. Antes o local era conhecido como Mariseira dos Macacos. Depois passou a ser denominado de Alto dos Macacos. O segundo nome pelo que se consta nos escritos locais, se deve à existência de muitos macacos na região. O que também é contado pelos moradores do bairro. Sempre quando tinha contato com alguém de lá e que falava a respeito do que eu pretendia ali, a primeira coisa mencionada por eles era a mudança do nome do bairro embora não soubesse afirmar com clareza o motivo de tal ocorrência. Quanto a primeira nomeação não foi possível descobrir o que levou a mudança do nome original de Mariseira dos Macacos para o de Alto dos Macacos.

Entretanto, a alteração para o segundo nome foi fruto da iniciativa de Sílvio Policiano de Miranda, que administrou a cidade em 1896 a 1898. Durante sua gestão, na ocasião de uma reunião na casa do professor Manuel Antônio de Albuquerque ficou resolvido a mudança do nome do bairro de Alto dos Macacos para Alto da Conceição como também foi determinada a construção de uma capela no mesmo bairro, recebendo o nome de Nossa Senhora da Conceição no dia 03 de dezembro de 1896.

A respeito desse fato nos fala Brito (2003):

‘Um dos mais populosos e promissores bairros da cidade. Antes, Mariseira dos Macacos e depois, Alto dos Macacos, transformou-se em Alto da Conceição, desde o ano de 1896, quando uma comissão composta de Manoel Francisco de Borja, Silvério José de Moraes, sob a presidência do professor Manoel Antônio, deliberou que a partir daquela data (03 de dezembro), o local não se chamaria mais Alto dos Macacos, mas sim, Alto da Conceição. A santa, lá do céu, honrada e agradecida, sorriu e abençoou a idéia, nascendo o progresso e o desenvolvimento do antigo quarteirão. Um ano depois, ‘pelas 4 horas da tarde do dia 07 de Novembro’, o padre João Urbano auxiliado por Seu Izódio,

procedia a benção da pedra fundamental da capela. Mais tarde, no ano de 1941, a 15 de agosto, Dom Jaime transformou a Capela em sede da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, começando a partir de então uma segunda fase na sua história.” (BRITO, 2003: 39-40)

Quanto a esse aspecto, consta em documentos da paróquia Nossa Senhora da Conceição que antes não existia igreja. O que havia era uma capela que foi construída com a ajuda de moradores do próprio bairro em trabalho de mutirão. Destes, é dado destaque à pessoa de Manoel Antônio de Albuquerque. Ele é descrito como sendo um homem “simples”, mas muito preocupado em alfabetizar as crianças do bairro. Costumava também reunir pessoas em sua residência com o intuito de ensinar a doutrina da igreja, rezando terços e missas e em função dessa dedicação com a vida religiosa resolveu no ano de 1895, construir uma capela para Nossa Senhora da Conceição de quem era devoto.

Para tal finalidade foi feita doações e promoveram-se festas para arrecadar dinheiro e construir a capela. A finalização da capela somente ocorreu em 1904, sendo inaugurada no dia 08 de dezembro do mesmo ano. Nessa ocasião segundo a versão encontrada nos registros da paróquia, houve a mudança do nome do bairro, deixando de ser Alto dos Macacos para assumir o nome da santa capela, Nossa Senhora da Conceição, assim o bairro foi nomeado de Alto da Conceição. Parece que desde o início, os moradores do bairro sofreram influência da igreja católica em suas vidas. Tal influência se repetirá com os demais moradores que residem mais próximo da referida igreja, conforme se terá à oportunidade de se ver no decorrer do trabalho quando tivermos discutindo a respeito das diferenças entre eles. Desse modo, parece que uma parte do bairro se consagrou como sendo um local propício a vida religiosa.

Segundo Brito num artigo seu publicado pelo o jornal O Mossoroense de 10 de dezembro de 1936, afirma que foi através da capela que o bairro Alto da Conceição foi sendo povoado, deixando de ser apenas um quarteirão para se transformar num bairro.

No ano de 1941, o bairro Alto da Conceição ganha de fato uma igreja, deixando de ser apenas uma capela para se transformar numa paróquia, tendo como pároco Frei Querubino Monnes, que foi substituído por Frei Angelino Shaffelt em 1966 em função de sua morte quando estava em viagem à Paris. A construção da igreja contou novamente com o auxílio dos moradores do bairro que doarem materiais de construção, além de doarem também o terreno para a igreja.

Apontam os moradores mais antigos, que a comunidade não apenas colaborou com auxílio financeiro na aquisição de materiais de construção e doação do terreno. Na

verdade, a ajuda foi muito além do dinheiro, pois o que ocorreu foi que a própria comunidade se envolveu diretamente na edificação da igreja. As mulheres e as crianças deram sua colaboração carregando tijolos, telhas, retirando pedras, trazendo água, enquanto os homens se encarregaram da parte mais pesada da obra. É que nos fala Dona das Dores, Dona Lucinda e seu Antônio, Dona Gracinha, Dona Francisca, dentre outros que fazem parte da comunidade, e, que, ainda hoje suas vidas permanecem envolvidas com as atividades desempenhadas pela igreja. veja na Foto 1, como é a igreja Nossa Senhora da Conceição atualmente.



FOTO 1 – Igreja católica do Alto da Conceição

O fato de terem dado suas contribuições para a construção da igreja, ou como afirma o dito popular: ‘pondo a mão na massa’, é algo que é lembrado por essas pessoas com muito orgulho e entusiasmo. É como se a igreja representasse um pouquinho do suor de cada morador que se envolveu na obra. Nesse sentido, por um lado pode se dizer que a igreja do Alto da Conceição é fruto da dedicação dos fiéis para com a igreja. Por outro lado, esse trabalho de mutirão serve para se pensar a força que tem a igreja na vida dos moradores, como ainda serve para se identificar o grau de sociabilidade que ela promove na comunidade, permitindo desse modo, se perceber como uma ‘rede forte’ pode atuar nas

relações de vizinhança e de amizade, integrando os moradores num objetivo comum, e ao mesmo tempo fazendo com que eles participem do cotidiano do bairro através da igreja.

Por redes entendemos parafraseando Jean Baechler (1995), um conjunto de laços estabelecidos entre pessoas com as quais nos relacionamos, e, que, com o passar do tempo, aprendemos a compartilhar sentimentos de amizade e afetividade e que podem ser construídas em vários ambientes: na família, no local de moradia, em associações, no futebol, no carteadado, na igreja, num bar, no trabalho ou na aula de dança e que podem ainda, ser acionadas quando necessárias. As redes podem se consideradas *‘fortes’* ou *‘fracas’*, mas para isso irá depender dos vínculos e do tipo de investimento na rede. Logo,

‘(...) quanto mais intensos forem os laços numa rede, tanto mais essa rede tende a fechar-se sobre si própria e a dissociar-se das outras redes numa espécie de enquistamento social, e inversamente: a extensão, a flexibilidade, a adaptabilidade das redes são tanto maiores quanto mais se basearem em laços fracos, que permitem esperar que, gradualmente, criem-se pontes capazes de ir muito além do círculo de origem dos laços de sociabilidade.’ (Baechler, 1995: 80)

Outro papel importante da igreja na vida comunidade foi a sua co-participação na fundação da primeira escola do bairro de nome Ambulatório José Pereira Lima. Sua inauguração ocorreu em 15 de março de 1952. A iniciativa se deve primeiramente a pessoa de Jorge Pereira Lima. Dona das Dores, umas das moradoras de vida muito ativa nos trabalhos da igreja, declara que Jorge Pereira Lima estava interessado em fundar uma “obra filantrópica”, mas não sabia ao certo qual seria o local adequado. Foi então quando ela alegou o seguinte:

‘Oh Seu Jorge Pereira, funde lá no Alto da Conceição que lá só tem um grupo, só tem um grupo pra milhares de pessoas. Tudo lá é muito carente. Aí ele disse: ah!, é lá que eu vou fundar mesmo porque é lá que eu vivi minha molecagem. Pois você nem acredita que ... eu só tinha tido essa conversa com ele, que eu trabalhava com o cunhado dele na loja, numa loja de tecidos que se chamava Rainha do Oeste. Ai eu trabalhava lá e em conversas surgiu isto e ele foi embora e eu fui pra Janduís. Quando eu cheguei esta escola estava pronta. Só esperando que eu chegasse para ser a diretora.’ (entrevistada cedida em 30-03-04)

Atualmente essa escola ainda é mantida pela igreja, mas tem convênio com Estado. No passado estava ligada diretamente com a igreja Nossa Senhora da Conceição. A escola tinha um ambulatório que prestava serviços a população. Hoje foi desativado. Durante a pesquisa de campo tive a oportunidade de entrevistar Dona Lucinda, que

trabalhava lá aplicando injeções, fazendo curativo, aplicando soro, tirando pressão. Assim como Dona Das Dores, Dona Lucinda também é uma católica muito presente nas atividades da igreja e também mora perto da igreja.

Além dos moradores sempre comentarem a respeito da modificação do nome do bairro, também adoram falar que foi no bairro deles onde Lampião e seu bando entraram na cidade e que foi nas margens do rio Mossoró onde ele se escondeu enquanto seu bando atacava a cidade.

Outro aspecto destacado pelos moradores é a presença da estrada de ferro. Alguns moradores mais antigos relembram dessa época com ânimo e nostalgia. Falam do barulho do trem quando passava em frente as suas residências, que corriam para o olhar o trem passar. Uns relembram das viagens que fez de trem. Já outros mencionam a facilidade que era viajar para cidades vizinhas a Mossoró por onde ele passava.

Em função da estrada de ferro, muitas casas foram construídas pela ferrovia para abrigar seus trabalhadores e suas famílias. Estas casas edificadas ficavam localizadas no bairro. Além da edificação dessas residências, a ferrovia também construiu no bairro uma escola de 1ª a 4ª série de nome de Manoel Justiniano de Melo para os filhos de seus trabalhadores.

Indagada sobre o fato que o bairro Alto da Conceição seria também conhecido como um bairro dos ferroviários, Dona Maria das Dores nos conta o seguinte:

“Tinha muito ferroviário, mas antes, antes mesmo, o primeiro nome do bairro era Alto dos Macacos. Depois passou a ser Alto da Conceição em homenagem a Nossa Senhora da Conceição que é hoje a padroeira do bairro. Agora muitos chamavam Alto dos Ferroviários porque tinha o escritório da rede ferroviária bem aí por traz do mercado. E tinha também a escola dos ferroviários e foi construído um bloco de casas bem grande. Numerosas casas. Várias casas para os ferroviários habitarem né. Não eram todos que moravam nas casas não. Pelo menos eu tinha um irmão que era ferroviário e não morava lá, mas grande parte dos ferroviários moravam lá nessas casas. Eram umas casas muito boas. Muito bem equipadas e tudo ali naquele centro né, onde tinha aquele bloco é onde abriu o escritório da rede ferroviária. Havia escola, as casas para os ferroviários”. (moradora da área em que fica próxima a igreja católica. Entrevista realizada em 30-03-04 – nome real)

O fato do bairro ser conhecido como um bairro dos ferroviários não é apenas assegurado pelos moradores do bairro Alto da Conceição, Felipe (2001) também assinala em seu trabalho, que em função do advento da agroindústria, Mossoró produz “novos arranjos no espaço urbano”, ou seja, alguns bairros podem ser caracterizados pelos tipos de operários que eles abrigam. Assim os bairros Bom Jardim, Paredões, Baixinha, “todos são

povoados pelos trabalhadores das salinas”, enquanto Alto da Conceição e Lagoa do Mato destacam-se principalmente os trabalhadores ferroviários.

Já uma outra entrevistada esclarece que na escola fundada pela a ferrovia somente podiam estudar quem fosse filho de ferroviário. Do contrário a escola não aceitava. Disse ainda que a escola se preocupava o ensino de boa qualidade. Com o fim da ferrovia ela foi transferida para o bairro Carnaubal e depois passou a ser uma escola que se estendia até o segundo grau, que é hoje o ensino médio. Outra preocupação da ferrovia com os seus empregados e com os seus filhos foi providenciar um cinema que teve como nome, Cine Caiçara, localizado no Centro da cidade. Atualmente no local funciona uma igreja evangélica.

Ainda falando sobre a presença da estrada de ferro na vida do bairro, um outro entrevistado declara que os trabalhadores da ferrovia ganhavam bem em relação a outros tipos de trabalhadores. Entretanto, a valorização por esse tipo de trabalhador é fruto das conquistas trabalhistas, pois antes se pagava mal e o que se ganhava não era suficiente para o sustento familiar. Assim, foi através da força do sindicato que houve melhoria nas condições de vida para o trabalhador da ferrovia. Desse modo, foram construídas muitas casas para os funcionários da ferrovia para morar com a família.

Com as suas próprias palavras comenta Seu Agostinho, que mora na área em que hoje não pertence mais ao bairro Alto da Conceição:

“Olhe, ferroviário até 60 ou menos, 59, ferr oviário era um passa fome. Eles passavam muita necessidade. Era um trabalho muito difícil. Eu trabalhei na estrada de ferro. Trabalhei no ano de 61 até mais ou menos 62, eu trabalhei na estrada de ferro. Mas depois eu saí. Não deu certo pra mim. Agora ferroviário, eles passavam uma dificuldade muito grande. De 60 a 61, aí começou a melhorar pra eles e eles começaram a ganhar dinheiro. O sindicato dos ferroviários tinha um poder muito grande, aí eles começaram a ganhar dinheiro. E ferroviário hoje tem pouco, já morreram quase tudo. O meu sogro era ferroviário. E ferroviário ganhava bem. Tinha casa pra morar. Se não tivesse casa pra morar, mas tinha condições de pagar aluguel que ganhava bem né. Todo mundo queria ser ferroviário. Mas aí desmancharam a linha.”
(entrevista cedida em 24-03-04 – nome real)

Através desses relatos podemos ver que a ferrovia além de ter sido importante na vida dos moradores, também foi capaz de favorecer as primeiras distinções entre os moradores. Com as transformações do bairro no decorrer dos anos, novas diferenças foram traçadas e incorporadas na vida cotidiana dessa comunidade, permitindo que se identifique

como as redes de relações vividas no local de moradia, são capazes de hierarquizar e classificar as pessoas dependendo do local onde elas estão situadas.

Hoje os trilhos já não fazem mais parte da paisagem do bairro, apenas em alguns locais é que se pode vê-los. Mas ainda se pode ver o que restou dessa época através das ruínas da antiga escola destinada aos filhos dos ferroviários, da ponte de ferro que insiste em ficar de pé apesar da ferrugem (confira Foto 2) e da estação. Quanto à estação, uma parte dela foi recuperada pela a prefeitura e transformada num espaço cultural. Em relação aos trilhos, recentemente eles foram removidos para ser vendidos pela prefeitura municipal.



FOTO 2- Ponte ferroviária localizada no do Alto da Conceição sobre o rio Mossoró

2.2. As subdivisões criadas pelo bairro¹

Com o passar dos anos o bairro foi se expandindo e tomando uma nova configuração, mas o que nunca perdeu de fato a sua supremacia foi a Avenida Alberto

¹ Veja no final desse capítulo o mapa oficial do bairro e de seus limites.

Maranhão, pois até hoje ela é tida como a principal rua do bairro. O seu destaque se dá principalmente em função da rede de comércio no local, abrindo diferentes tipos de serviços e de lojas. Nela se encontram dois pequenos Shoppings Center, uma agência bancária, panificadoras, farmácias, lojas de peças de carro, moto e tratores, lojas de material de construção, de artigos veterinário, revendedores de bombas e motores, Comarca de Mossoró – 2º juizado especial, sorveterias, serviços de engenharia, posto de saúde e medicina do trabalho, oficinas para carros e motos, postos de gasolina, alfaiataria, praças públicas, pizzarias, bares e restaurantes, dentre outros tipos de lojas e serviços.

Esses pontos de serviços e comércio são mais intensos na medida em que se aproxima do Centro da cidade, ao passo que o inverso, o local vai cedendo lugar a residenciais. Outro elemento que pode ser destacado é que esses locais variam de acordo com a arquitetura e aparência. Alguns são mais bem equipados, sofisticados e agradáveis aos olhos, enquanto que o requinte se reduz quando nos aproximamos da periferia e nos distanciamos do Centro. Quanto às outras ruas do bairro também existem áreas de interesse comercial, principalmente como será destacado mais na frente em relação a Paraíba e aos Pereiros. Já em outras ruas o local cede lugar, especialmente a moradia, mas ainda tem locais onde outros tipos de serviços são encontrados no bairro como escolas, centro social, sindicatos, empresa de extração de sal, armazéns de sal, Procon de Mossoró, igrejas que não seja católicas, dentre outros serviços.

Ao se caminhar pelas ruas do bairro se identificará que sua paisagem arquitetônica é muito variada, denunciando automaticamente a qual esfera social seus moradores estão situados. Desse modo, as primeiras diferenças podem ser percebidas pelo aspecto físico de suas residências. Ao andarmos por distintas partes do bairro se verá que os arranjos imobiliários são bastante requintados e sofisticados enquanto que em outras, o lugar de moradia ganha aspecto de periferia. Esses elementos que permitem marcar diferenças entre os moradores do bairro e que serão mais bem situadas em um outro momento do trabalho.

Com o processo de expansão urbana, o bairro Alto da Conceição produziu distintas áreas, inclusive com nomes também diferentes, mas que na realidade pertencem ao Alto da Conceição conforme ficou esclarecido numa visita ao IBGE. Desse modo encontramos, a Paraíba, os Pereiros e a zona Ribeirinha.

A origem do nome Paraíba se deve a presença de comerciantes provenientes desse estado, vindos principalmente de Campina Grande. Desse modo, os paraibanos que se fixaram no local acabaram por determinar o nome do lugar. Conta Brito (2003), que no

passado essa área existia apenas o quarteirão dos Fernandes, mas com a chegada dos paraibanos o local transformou-se numa área de atividade comercial intensa, deixando de ser tratada como uma área perigosa, pois “só os valentes a visitavam” para dá lugar ao comércio. Podemos mencionar aqui a contribuição de Francisco Marques de Souza, considerado como um dos comerciantes mais ilustres. Ele foi o responsável por construir vários prédios nessa localidade, possuindo também um grande círculo de amizade na cidade. Outra figura apontada como importante foi José Pereira de Araújo que chegou com a sua família e estabeleceu residência. Foi ele quem instalou a primeira fábrica de calçados na cidade. De lá para cá, o lugar ainda mantém sua grande vitalidade comercial, e ao mesmo tempo conservando o seu nome de origem, Paraíba.

Esse local de nome Paraíba lança uma desorientação espacial entre os moradores que encontram dificuldade em saber os limites do bairro, uma vez que a área já fica no centro da cidade e é um espaço muito mais comercial, abrigando posto de gasolina, agência bancária, pequenos shoppings center, e estabelecimentos dedicados a materiais de construção, de peças e serviços de automóveis e equipamentos e vários tipos de ferragens pesadas destinadas a indústria.

Apesar de boa parte dos moradores tanto do bairro estudado como de outras parte da cidade considerar esse local como pertencente ao centro da cidade e do local ser destacado do restante do centro em virtude dos tipos de serviços e lojas que são encontrados ali, tanto para o IBGE como para a Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo asseguraram que a Paraíba na realidade é parte ainda do bairro Alto da Conceição. Aliás, para esses órgãos, essas subdivisões: Paraíba, Pereiros e Zona Ribeirinha não existem. Elas são originadas naturalmente com a própria transformação do bairro, e que acabou por cair no gosto dos moradores dessa comunidade em estabelecer pontos de referência para uma melhor comodidade.

Na outra parte denominada de Pereiros, que recebe o nome em função da existência desse tipo de vegetação no local, aparece situado entre a Paraíba e a Zona Ribeirinha. Vale salientar que esse trecho conhecido por Pereiros tanto possui características residenciais quando se trata de se afastar do Centro e se aproximar da periferia e quanto mais nos afastamos da periferia e nos aproximamos do Centro, esse aspecto de local de moradia vai se diluindo para caracterizar em um espaço comercial, ficando difícil definir onde termina os Pereiros e começa a Paraíba. Lugar este, já consagrado como reduto comercial.

Ao caminhar por esse trecho do bairro, poderá se verificar muitas oficinas de carros, caminhões e motos. Lojas de peças para automóveis e motos. Essas ruas de natureza comercial com nomes de personalidades ilustres (Tiradentes, José de Alencar, Tavares de Lira, Almirante Barroso e Coronel Gurgel) se configuram no que Magnani (1998) classifica de ‘manchas’ ao estudar a paisagem urbana. Logo,

“A cidade, ademais, não se oferece para uso e desfrute como uma totalidade indiferenciada, ou então repartidas em unidades discretas (...) é possível distinguir a existência de áreas claramente demarcadas pela oferta de determinados bens ou serviços: são as manchas, áreas contíguas do espaço urbano, dotadas de equipamentos que marcam seus limites e viabilizam, competindo ou complementando-se, uma atividade ou prática predominante. (...). Numa mancha de lazer, por exemplo, os equipamentos podem ser bares, cinema, teatros – os quais seja por competição ou complementação, concorrem para o mesmo efeito. Uma mancha caracterizada por atividades por atividades ligadas à saúde, por exemplo, geralmente se constitui em torno de uma instituição tipo âncora – um hospital – agrupando os mais variados serviços (farmácias, clínicas particulares, serviços radiológicos, etc.). E assim por diante” (Magnani, 1998: 69 -70).

Desse modo, quando percorremos por esse trecho do bairro, é sentido um cheiro forte de óleo e graxa que se torna visível quando se olha para o chão, paredes e calçadas, refletindo um o tom preto e brilhoso do óleo misturado com a graxa. Além da cor, da oleosidade e do cheiro intenso reinante nesse ambiente. Outra característica do lugar é ocupação basicamente de homens, daí se ouvir relatos predominantemente em torno do universo masculino como futebol, mulheres, farras e bebidas.

A última subdivisão encontrada no bairro como próprio nome já informa fica localizada por trás da igreja católica Nossa Senhora da Conceição em direção as margens do rio Mossoró. Através de seu aspecto físico já dá para se ter uma idéia de que o local é muito desprovido e carente.

As casas por si só já refletem graus de exterioridade da pobreza e da miséria em que vivem as pessoas dali. Muitas casas não possuem revestimento nas paredes. As residências possuem apenas uma porta e uma janela muito simples na frente da casa. Tanto a sua largura, o seu comprimento e a sua altura são bastante reduzidos, se resumem a poucos metros quadrados.

As ruas apesar de serem calçadas são muito estreitas e o esgoto corre a céu aberto, causando um mau cheiro além da proliferação de moscas e pernilongos no lugar. As portas da frente geralmente estão abertas, o que oferece uma olhadela no interior das casas. Dentro há pouca mobília. Pode se vê cadeiras, ora de madeira, ora tubulares como

são chamadas no mercado. Em algumas se tem uma estante, ou uma banquinha para colocar o que em quase todas as casas desse setor possuem, uma televisão. O chão das casas não possui revestimento de cerâmica, sendo o piso de cimento ou de terra batida. Nas paredes ainda se encontram vestígios da última enchente. Tanto as paredes como o chão dessas casas é visível a umidade. As pinturas pelo menos do que se pode ver, já lançam sinais de desbotamento, denunciando a necessidade de reparos.

Saindo dessa descrição material do espaço, para se olhar para outros lados da vida dessas pessoas, se ver que elas conservam o hábito de sentar-se nas calçadas com seus vizinhos na parte da tarde e pedaço da noite. Aparentemente, se parece com um bairro calmo e tranquilo, mulheres na calçada, crianças brincando na rua, mas basta conversar com alguém de lá e se verá que o local de moradia como mim disse uma entrevistada: “é bem movimentado”. A movimentação da qual ela se refere se trata do tráfico de drogas no local.

No passado, essa área chamada de Zona Ribeirinha era conhecida também pelo nome de favela “Cururu”. A origem do nome deriva da presença de muitos sapos no local, uma vez que o lugar está localizado às margens do rio Mossoró. Entretanto, a cheia do rio Mossoró em decorrência das chuvas as casas eram invadidas pelas águas, causando sofrimento e dor para as pessoas que perdiam o pouco que tinham na enchente. Assim, tentando resolver esse problema, o governador José Agripino no ano de 1985, construiu casas populares onde antes era apenas uma fazenda, mas em função da presença de carnaúba no local onde as casas foram edificadas, o lugar passou a ser denominado pela comunidade de Carnaubal. Todavia, atualmente adquiriu status de bairro e passou a ser oficialmente reconhecido como Belo Horizonte I. Apesar dessa iniciativa do governo, alguns moradores resolvem se desfazer de suas casas alegando que era muito longe do centro da cidade, retornando a Zona Ribeirinha.

Tal tática também foi utilizada na gestão da prefeita Rosalba Ciarlini nos 90, ao tentar resolver o problema das enchentes no local de moradia, mas novamente não se obteve sucesso. Desta vez o local escolhido foi o bairro Bom Jesus que também é muito afastado das redes de serviços que uma cidade promove, restando como saída à venda da casa.

Em décadas anteriores, houve várias tentativas de tentar reduzir as dificuldades das pessoas que moram nessa parte do bairro Alto da Conceição. De fato, a primeira ajuda veio através da gestão do governador Lavoisier Maia onde foi publicado no Diário de Natal em 02/10/1979 seu interesse em prestar auxílio por meio da fundação de

um Centro Comunitário no local. Nele, seriam oferecidos cursos profissionalizantes para comunidade, que segundo ele, estava “procurando resolver os problemas dos mais desassistidos, conjuntamente Governo e Comunidade”, pois eram pessoas que “necessitam da ajuda dos homens públicos. E, é meu interesse ver vocês terem melhores condições de vida”.

Outra ajuda prestada aos moradores dessa localidade foi através do Movimento Brasileiro de Alfabetização – Mobral, que agiu em parceria com governo do estado, prefeitura municipal, diocese e a universidade do estado do Rio Grande do Norte por intermédio do curso de Serviço Social no final da década de 70 do século passado.

No ano de 1985, a moradora do bairro Vera Lúcia do Nascimento também preocupada com as condições precárias em que viviam essa comunidade resolve fundar um centro social que também contou com a ajuda de moradores que começaram a fazer bingos, festas, campanhas para arrecadar dinheiro para se comprar o terreno para construir o centro. No entanto, ao invés do centro foi construída uma creche, a qual ficou conhecida como a creche de Vera. A principal meta da creche era alfabetizar as crianças da Zona Ribeirinha que ainda não eram alfabetizadas. Com o tempo, a creche foi se expandindo e se transformou numa escola filantrópica que mantinha convênio com a prefeitura. Depois ela foi municipalizada e recebeu o nome de Escola Municipal Albaniza Bezerra em homenagem a uma moradora da comunidade que muito se preocupou com as condições de vida dos moradores dali. No passado ela fundou um centro social, mas não conseguiu resistir por muito tempo e precisou ser fechado.

Atualmente essa localidade tão carente ainda pode contar com a colaboração dessa moradora de nome Vera, carinhosamente chamada por Verinha, aliás, é uma pessoa bastante conhecida e respeitada na comunidade. O respeito a ela se deve a sua inquietação em tentar melhorar as condições de vida dessa comunidade tão carente e excluída até mesmo do bairro. Assim ela reativou o antigo Centro Social e realiza seu trabalho beneficente juntamente com a ajuda de outros moradores através de um trabalho voluntário, conjuntamente com a ajuda financeira cedida pela prefeitura. Desse modo, o Centro Social oferece cursos profissionalizantes como corte e costura, cabeleireiro, confecção de vassouras, bisqüi, bijuteria, eletricista, dentre outros.

O Centro Social promove também reunião com os idosos todas as quartas-feiras em que na ocasião são trabalhados a auto-estima dos idosos e os seus direitos enquanto cidadão brasileiro. Nos encontros são realizadas festinhas, passeios, bingos, exposição de pequenas peças ou danças apresentadas pelos próprios idosos. Após as

reuniões são oferecidos lanches para eles e que variam de acordo com o cardápio. No cardápio é incluído: sopa, salada de frutas, suco, leite, pão, farinha de milho com carne moída, frutas e no final do mês é comemorado com bolo e refrigerante os aniversariantes do mês, mas são nas sextas-feiras onde o movimento no Centro Social é intenso em função da distribuição de mais de trezentos pratos de sopa para os moradores dessa comunidade ribeirinha.

Numa entrevista, Verinha nos falou da intenção em ampliar seu trabalho com a comunidade. Segundo ela, seu sonho atual é poder ajudar aos jovens e crianças dessa comunidade que estão envolvidos no mundo das drogas e da marginalidade. Muitos já foram presos e trocaram tiros com a polícia, mas para a concretização desse sonho é necessário contar com a mobilização de outros segmentos da sociedade como governo municipal e estadual, igreja, profissionais ligados à saúde, psicólogos, educadores, assistentes sociais, escola, pais e a própria comunidade.

Se no passado e no tempo atual as sucessivas tentativas de tirar essa parte do bairro da miséria, da pobreza e da marginalidade se mostraram ineficientes, por outro lado, parece que tais objetivos fazem reforçar a imagem de um local excluído e perigoso, levando outros moradores que não possuem a sensibilidade com causas sociais a se isolarem, condenado às pessoas que moram ali a viver num mundo subterrâneo, sem acesso a vida social com o restante do bairro. Essa atitude de afastamento e inevitabilidade acaba por ser responsável em demarcar diferenças e classificar, desclassificando, as pessoas de acordo com o lugar onde se mora, ou melhor, colocando cada um em seu devido lugar, produzindo assim, o que Bourdieu (1997) chama de efeitos de lugar e Goffman (1988) de estigmas sociais. Esse sentimento de rejeição social será discutido no capítulo posterior.

2.3. A composição da “franja”

Outra transformação significativa ocorrida no bairro Alto da Conceição foi seu encurtamento pela Prefeitura Municipal de Mossoró. Ora, na medida que em que o bairro foi crescendo tornou-se difícil identificar onde o bairro terminava. De modo que antes não existia o bairro Belo Horizonte II. Tudo era englobado como sendo Alto da Conceição. Além do bairro Belo Horizonte II ser parte integrante do Alto da Conceição, outros bairros que tinham seus limites com ele também era fonte de desorientação por parte de alguns

moradores em não saber definir em qual bairro moram. Estamos nos referindo aqui aos bairros: Lagoa do Mato, Alto do Xerém e Carnaubal.

No entanto, antes mesmo desse encolhimento acontecer, já havia algo que tinha um poder de demarcação no bairro. Estamos nos referindo aqui aos trilhos da estrada de ferro. Morar antes dele apesar de ser Alto da Conceição já era suficiente para se saber a qual estrato social a pessoa pertencia. Logo, os trilhos constituem num elemento de distinção física e social entre os moradores de ambos os lados. No cenário atual do bairro, novamente se serve dele. Desta vez ele é utilizado tanto para separar os dois bairros como também para delinear uma divisão que já havia entre os moradores de ambos os lados. Logo, os trilhos assumem mais do que nunca, num mecanismo que tem o poder de separar esses dois bairros como ainda adquire um poder de classificação, ou seja, se a pessoa mora do lado tido como privilegiado ou desqualificado na escala de valores adotados e reconhecidos pelos moradores de ambos os lados.

O que os moradores toma como referência, depois da linha, é na verdade classificado como periferia de uma cidade. Aqui ao invés de utilizamos esse termo, preferimos classificar a extensão que se formou no bairro Alto da Conceição ao longo de seu processo de urbanização, uma vez que antes o local era pouco povoado, de “franja” trabalhado por Teresa Caldeira (1984), por achar mais adequado.

A adoção dessa categoria “franja” se deve em função das ramificações que se produziram no bairro Alto da Conceição ao longo dos anos na medida em que ele foi sendo povoado, ocupando áreas até então precariamente habitadas e que atualmente foi desconsideradas de pertencerem ao bairro do Alto da Conceição pela prefeitura.

Para ela, a expressão “franja” é empregada para:

“designar os limites, as franjas da cidade, talvez em substituição a expressões mais antigas, como ‘subúrbio’. Mas a sua referência não é apenas geográfica: além de indicar distância, aponta para aquilo que é precário, carente, desprivilegiado em termos de serviços público e infra-estrutura urbana.”
(Caldeira, 1984: 07)

A partir de então, toda vez que tivermos utilizando o termo “franja”, estaremos falando da parte que não é mais considerada como Alto da Conceição, mas que ainda continua a manter elos de ligação com ele. Seja através da igreja, das redes de amizade ou das redes de parentesco, impedindo assim, que o Belo Horizonte II se desprenda inteiramente do bairro que ajudou a lhe formar por meio do processo de urbanização. Assim entendido, parece justo o emprego do termo “franja”. Outra razão para a sua adoção

é o seu sentido original tratado por Caldeira, já que o local é tido como um bairro de periferia.

A “franja” do Alto da Conceição localizada após os trilhos da estrada de ferro segundo depoimento dos moradores mais antigos era antes de ser povoada, de propriedade de Genésio. Não apenas essa parte que hoje se chama Belo Horizonte II, mas incluía outras áreas que hoje, devido o processo de expansão urbana deu origem a outros bairros como Belo Horizonte I, Lagoa do Mato, Alto do Xerém, Aeroporto e parte do Campo de aviação, além de trechos menores situados no próprio Alto da Conceição.

Os moradores mais antigos da “franja” mencionam ainda que antes do povoamento do lugar, havia pouquíssimas casas e muito marmeleiro, xiquexique, pião, palmatória, dentre outras espécies típicas do semi-árido. Existiam ainda duas lagoas. Uma para o banho, lavagem de roupas e consumo de água para animais. Já a outra chamada pelas pessoas do local de lagoa de João Pedro que era destinada para beber e cozinhar.

Relataram ainda que foi o próprio João Pedro quem edificou a cerca que proibia terminantemente que se tomasse banho ali. João Pedro era conforme as falas de alguns entrevistados e que moram no local há muito tempo, era um homem de temperamento arredo e de poucas palavras. Mas muito preocupado em manter a água da lagoa limpa para o consumo humano. Pois não havia água encanada. A única fonte de água disponível nessa localidade provinha da lagoa. Daí, a iniciativa de edificar a cerca para evitar que fosse poluída, monitorando a presença das pessoas nesta fonte de água potável. Declara Dona Amélia, que essa lagoa resistiu aproximadamente até a década de 80 do século passado. Depois o local foi aterrado para construção de casas. Hoje a lagoa deu origem ao bairro Lagoa do Mato, todavia ela ainda resiste na memória das pessoas.

Através da pesquisa se descobriu que a ocupação da “franja” foi dada especialmente por pessoas que já moravam no Alto da Conceição e em virtude do matrimônio (por razões que serão trabalhadas mais adiante) começaram a ocupar o lugar que antes cedia grande espaço a vegetação nativa, existindo pouquíssimas residências ali.

Uma das explicações levantadas pelo fato de resolverem morar na “franja”, ocorreu em função da desvalorização do lugar. Os terrenos de propriedade de Genésio, que, já não via na agricultura uma atividade lucrativa resolve se desfazer das terras e se dedica a outro tipo de exercício: a fabricação de remédios feitos por ele mesmo. Conseqüentemente, se tornou uma figura conhecida em Mossoró, principalmente pelas camadas mais pobres que não tinham condições econômicas de buscar ajuda médica,

restando como alternativa, recorrer a Genésio. Hoje ele ainda é vivo, entretanto suas faculdades mentais deficientes o impedem de responder a estímulos vitais.

Durante a pesquisa o que se identificou através das falas dos moradores foi um descontentamento em relação ao encolhimento do bairro. As pessoas que residem na parte desconsiderada do bairro e que agora é dado como Belo Horizonte II, admitem os transtornos ocorridos por essa iniciativa da prefeitura. Segundo elas, a maior dificuldade se oriunda da indefinição no que se refere ao afirmar com precisão onde de fato se mora. A desorientação de menor impacto é sentida principalmente em relação às empresas prestadores de serviços de água, energia elétrica e telefonia quando vão endereçar o extrato da conta aos seus clientes que residem nessa parte atingida pela mudança. O bairro mencionado no extrato dessas operadoras é muito impreciso, ou seja, às vezes vem com o nome já definido pela mudança, noutras vezes vem o nome de outros bairros que fazem fronteira com o Belo Horizonte II como Lagoa do Mato, ou Alto do Xerém, ou ainda endereçada com o nome antigo do bairro, Alto da Conceição.

Em razão dessa desorientação espacial, alguns moradores vivem o dilema de não ter ciência em definir seguramente onde moram. Numa das conversas que tive com um morador a respeito dessa problemática, ele informou num tom descontraído e brincalhão que não sabia mais onde morava. Só sabia que morava em Mossoró.

Outro comentário citado por outra moradora foi o fato de um proprietário de um mercadinho com o intuito de atrair consumidores, contratar um carro de som para fazer propaganda de seu estabelecimento percorrendo várias ruas do bairro e de bairros circunvizinhos, cujo endereço anunciado refere-se ao Alto da Conceição. No entanto, ele já não pertence mais a ele. Na verdade, o comércio do anunciante está localizado no Belo Horizonte II e não ao indicado pela propaganda.

Já uma outra moradora relata o constrangimento que passou em função da alteração do local de moradia. Segundo ela, tudo começou quando precisou realizar uma viagem a Fortaleza e acertou com um senhor que costuma fazer viagens em transporte particular para a referida cidade. Assim é obrigação da pessoa que presta esse tipo de serviço pegar o passageiro em sua residência.

Desse modo, o bairro indicado pela pessoa interessada foi o Belo Horizonte II, o que acabou por transformar numa verdadeira busca mal sucedida para se localizar o endereço, pois para o senhor que não morava no bairro e desconhecia a mudança, acreditava que se tratava do antigo Carnaubal e que a incompreensão só foi esclarecida quando a pessoa interessada em fazer a viagem ligou para saber o motivo da demora, uma

vez que já tinha ultrapassado a hora marcada. Após a explicação o motorista disse para a passageira que ela deveria ter dito que era no Alto da Conceição, pois teria evitado o desperdício de tempo para chegar ao endereço. Essa imprecisão casou além do atraso em seguir viagem, provocou irritabilidade nos demais passageiros que esperaram muito tempo para o carro passar em suas residências.

Esses desarranjos vividos pelos moradores em virtude do encolhimento do bairro Alto da Conceição e na adoção de um outro nome para o local de moradia levaram os moradores, os líderes do bairro e o conselho comunitário realizarem um protesto junto à prefeitura, mas que não foi tão bem sucedido. Conta seu Agostinho que o estrago iria ser maior caso eles não tivesse se mobilizado, pois era objetivo da prefeitura além de reduzir o Alto da Conceição, extinguir outros bairros que fazem fronteira com ele, como Alto do Xerém e Carnaubal, para deixar apenas como Lagoa do Mato. Assim, atendendo ao protesto, a prefeita Rosalba Ciarline apenas encolheu o Alto da Conceição e substituiu o nome do bairro Carnaubal para Belo Horizonte I e a parte excluída do Alto da Conceição passou a ser nomeada de Belo Horizonte II.

Para muitos moradores, a redução do bairro é fruto da “falta de planejamento da prefeitura” e de políticos preocupados em “aparecer”. Mudaram o nome do local sem consultar a comunidade. Se eles queriam fazer alguma benfeitoria a população que reside nessa área, buscassem outro interesse e não mudanças que prejudicasse o dia-a-dia deles. De acordo com os moradores a pessoa mais comprometida com essa mudança que afetou a vida de muitas pessoas foi o vereador Carlinhos Silveira, que reside no Alto da Conceição.

Apesar da insatisfação ainda ser presente nas falas dos moradores, a verdade é que segundo a Secretaria de Planejamento e Urbanismo do município e do próprio IBGE, assinalaram que o que ocorreu foi que o bairro Alto da Conceição foi se expandindo sem planejamento. De modo que foi preciso que se reconheçam essas áreas como novos bairros da cidade. Daí, ser admitida oficialmente como Alto da Conceição até a linha de ferro. Depois dela são espaços que foram sendo povoados naturalmente e o que a prefeitura fez foi reconhecê-los como novos bairros e que contou com o aval da Câmara Municipal de Vereadores através de um projeto de lei.

Enquanto lentamente se inicia o processo de aceitação do desligamento do bairro Alto da Conceição por parte de seus moradores, a Zona Ribeirinha não pode ser despreendida deste bairro em virtude dele está localizado dentro dos novos limites definidos pelo IBGE e Secretaria de Planejamento e Urbanismo do município em meados de 2002.

De modo que não se dá para escondê-lo. Todavia, são ignorados pelos demais moradores por razões que serão conhecidas em outro momento do trabalho.

Por fim, queremos esclarecer que as subdivisões criadas pelo bairro, apresentadas aqui como Paraíba e Pereiros serão considerados nos próximos capítulos como Zona 1 para evitar tantas subdivisões, uma vez que, ambas estão situadas na parte mais comercial do bairro, sendo os Pereiros já no final de sua extensão se caracterizando como uma área mais residencial do que comercial. Quanto a Zona Ribeirinha, essa será denominada de Zona 2 e a franja como a parte que foi desmembrada do bairro, mas que ainda faz parte desse lugar de moradia através do cultivo permanente das redes de amizade e de parentesco.

MAPA DO ALTO DA CONCEIÇÃO E DE SEUS LIMITES



CAPÍTULO 3 - Um mundo social dividido: Hierarquias e dessemelhanças sociais entre os moradores do bairro e de sua “*franja*”

A construção de hierarquias existentes no bairro Alto da Conceição aparece diretamente relacionada à formação do próprio local de moradia, permitindo que seus moradores possam ser classificados e diferenciados dependendo do lugar onde se situa no bairro, movendo relações sociais também diferenciadas. Morar no bairro e na sua *franja* significa ser visto com olhos, ora de simpatia, ora de desprezo. Ora de aproximação, ora de distanciamento. Essas diferenças podem despertar relações em que se permite o acionamento de redes que primam pelo orgulho de se pertencer a uma rede de apoio e ajuda mútua, capaz de fazer do lugar, um ambiente onde o discurso assumindo é de que “*todos*” fazem parte de uma “*grande família*”, comandada por relações de amizade e de parentesco que atuam diariamente na vida cotidiana de seus habitantes. Contudo, essa noção de “*grande família*” pode ser facilmente anulada quando se põe em cena a outra parte do bairro, tida como privilegiada, onde predomina como conduta de boa vizinhança, o manter-se afastado onde põe “*cada um no seu canto*”, reduzindo as chances de se ter redes de ajuda entre vizinhos e redes de parentesco mais expressivo. Conseqüentemente, o resultado desse procedimento de isolamento entre vizinhos nessa parte do bairro ocasiona o abreviamento das oportunidades de se construir laços de sociabilidade no local de moradia.

Logo, o modo de vida dos moradores do Alto da Conceição e de sua *franja* pode despertar elos sociais mais sólidos ou não entre seus residentes, dependendo de onde se situa dentro de um sistema de classificação de pessoas e lugares que soa no sentido de estabelecer códigos de convivência que exprime como os moradores devem se comportar dentro dessa cadeia de códigos sociais vigentes e discriminatórios. É com base nesses comentários que trataremos esse capítulo e que a partir de então, poderemos compreender a própria lógica interna do bairro e que fazem dele um lugar rico para ser pesquisado.

3.1. “Efeitos de um lugar social”: distinções sociais entre os moradores da Zona 1

Cada lugar detém uma dada demarcação de visões de mundo diferenciada. Daí pode-se afirmar que as diferentes formas de se viver no bairro Alto da Conceição e na sua *franja*, expressam nitidamente o que Bourdieu (1997) qualifica de “*efeitos de lugar*”, cujas diferenças são perceptíveis a primeira vista em função da forma como os lugares são apropriados e utilizados pelos atores, além dos arranjos físicos do espaço que tomam contornos distintos que vão desde o aspecto das construções das casas e tipos de materiais empregados, a ruas com esgoto correndo a céu aberto.

O resultado dessas diferenças é a constituição de relações comandadas por um sistema atualizado de hierarquias, que na prática, separa e divide, inclui e exclui os moradores em segmentos diferentes, podendo ser sentidos mesmo para um transeunte, que verá ao caminhar pelas ruas do bairro, os tipos de arranjos arquitetônicos e as suas diversas formas de ocupação e uso do espaço, somado a um conjunto de atividades realizadas pelos atores e que vão mudando a partir dos vários tipos de ambientes existentes ali.

Dentro dessa perspectiva, o bairro se apresenta dividido em três áreas claramente diferenciadas. Uma, que pode ser classificada como local melhor situado no bairro, mas que vai se alterando quanto mais se distancia das áreas de serviços que uma cidade pode oferecer a seus habitantes; outra que pertence ao bairro, no entanto, sofre com a exclusão dos demais moradores em função dela ser tida como uma área muito “*perigosa*”, “*violenta*” e propensa à marginalidade.

A última área, atualmente já não pertence ao bairro devido à reordenação dos bairros feita pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo, conjuntamente com o IBGE, mas a verdade é que essa parte desmembrada do bairro, de fato, nunca conseguiu se desvincular dele por razões que ficarão mais claras posteriormente no decorrer do texto.

Tentando melhor direcionar o leitor como se apresentam essas divisões do lugar, denominaremos assim, essas três áreas por Zona 1, Zona 2 e *franja*. A Zona 1 aparece subdividida em duas áreas porque uma é mais comercial e a outra é mais residencial. Desse modo, na primeira subdivisão a chamaremos de Centro do bairro e a outra, a chamaremos de subárea da Zona 1. Quanto a Zona 2, está é formada pela zona ribeirinha. Quanto a *franja*, está faz parte da área que foi desmembrada do bairro. No diagrama abaixo demonstramos aproximadamente como seriam na prática essas divisões:

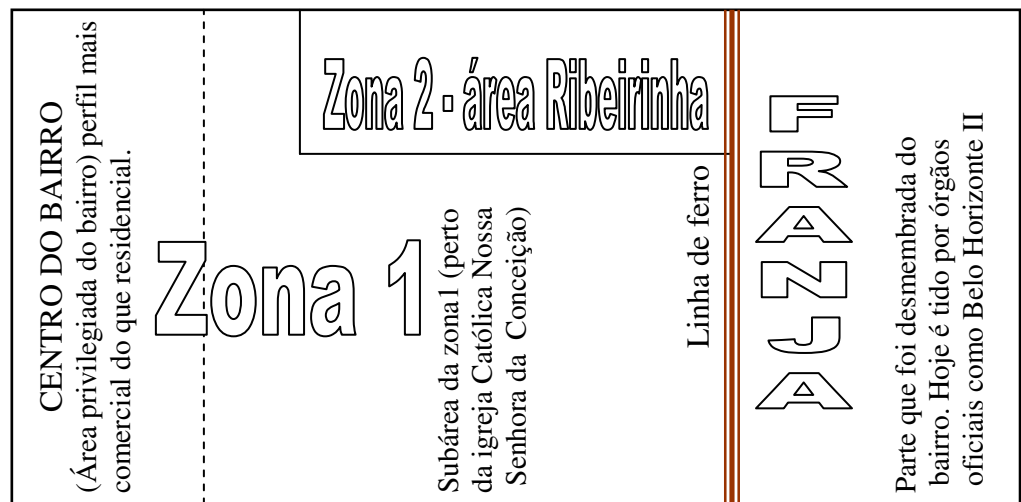


FIGURA 1 - Representação das divisões sociais do bairro Alto da Conceição

Na primeira área do bairro, a qual se subdivide em duas partes é expressiva a diferença entre elas. Numa, o lugar se caracteriza mais enquanto perfil comercial do que propriamente residencial embora as residências se destaquem das demais pela exuberância e requinte das construções. Já na sub-área da zona 1, embora ainda seja expressiva a quantidade de pontos comerciais e de serviços já se pode encontrar maior quantidade de casas, que na medida em que nos aproximamos da *franja*, cada vez mais elas vão se multiplicando e cedendo lugar a casas mais simples e modestas, uma vez que já estamos nos dirigindo rumo à periferia.

Nessa primeira área da zona 1, a qual estamos chamando de Centro do bairro é visível o perfil socioeconômico mais elevado de seus moradores. Aqui, as casas são maiores tanto em termos de altura quanto de largura. Com muros altos ou áreas espaçosas rodeadas com grades de ferro. As janelas e portas também dispõem de grades, muros com cercas elétricas, interfone. Medidas que distancia a rua do acesso à residência, ao mesmo tempo em que tal formato denuncia a preocupação e o cuidado com a segurança, pois a presença de grades e janelas como afirma Caldeira (2000) é uma solução encontrada pela população que vive em perímetros urbanos de se proteger dos perigos e da violência que o modo de vida na cidade promove.

Além do uso desses recursos cuja finalidade é proteger-se, Caldeira ainda assegura um outro uso, cuja intenção aparece associado ao valor estético, ou seja, fornecem um

código de distinção ou mais precisamente, a *“estética da segurança”*, e que permeia não só o objetivo de segurança, mas sugere a inserção a outro universo: o de mostrar *“símbolos de prestígio e de status”*, indicando que se trata de pessoas que ocupam um lugar diferenciado do restante da população. São pessoas classificadas de classe média segundo Caldeira.

Outra característica distinta nessa parte do bairro é a não presença de pessoas sentadas na calçada conversando com seus vizinhos como de costume em outras partes do bairro. Do mesmo modo, crianças não são vistas na rua. Ao contrário do que se ver no restante do bairro.

Vale lembrar que essa parte do bairro muito do que foi obtido se deu através da observação, já que os moradores dessa área não demonstraram nenhum interesse em ser entrevistados, nem mesmo se dispuseram a responder a um questionário. Muitos nem sequer me atenderam. Dos que resolviam vir até a me para ouvir o que eu tinha a dizer, disseram que não estavam interessados ou simplesmente que estavam de saída e não podiam me receber. Apesar da resposta negativa, ainda insisti em poder aplicar o questionário no dia e horário disponível para eles, o que não obtive sucesso.

Assim, boa parte das informações que trago são frutos das observações feitas no local. Apesar do insucesso houve 4 pessoas que resolveram colaborar comigo concedendo uma entrevista depois de muito ter insistido e ter enfatizado a importância que dariam a pesquisa sobre o lugar onde moravam. Vale lembrar ainda que essas quatro entrevistas foram obtidas através da tentativa de se aplicar o questionário e também através do uso de redes de amizade que foi convencendo a outras pessoas a contribuir com a pesquisa que estava sendo realizada no bairro. Mesmo com o consentimento dessas pessoas, o falar de suas vidas a uma pessoa estranha não foi algo tão simples. Eram respostas breves e diretas, principalmente quando passamos a perguntar sobre a vida conjugal dessas pessoas, demonstrando até um certo embaraço e um certo constrangimento em responder ao que se pedia.

A escolha por essa técnica tinha justamente o objetivo de selecionar pessoas para fazermos a entrevista numa segunda etapa da pesquisa e ao mesmo tempo se ter uma amostra confiável do perfil socioeconômico dos moradores daquela área do bairro. Porém, só conseguimos aplicar 10 questionários e desses, apenas duas pessoas se dispuseram a conceder uma entrevista.

Do que se pode abstrair dessa dificuldade em fazer a entrevista ou até mesmo aplicar um questionário que tinha por intuito conhecer o perfil socioeconômico dos

moradores e em seguida identificar como elaboram suas estratégias de eletividade do cônjuge, foi constatar em relação ao restante do bairro que são pessoas que além de terem pouca sociabilidade no local onde moram, são pessoas de difícil acesso e que preferem não se misturar com o restante dos moradores, ocupando posições de destaque nessa cadeia de hierarquias composta no bairro. Nesse sentido, o que poderia ter sido um problema na pesquisa de campo, acabou transformando-se num dado interessante.

Além do uso das redes dos moradores em busca de se localizar pessoas dispostas a cooperar com a pesquisa, recorreu-se também as redes da própria entrevistadora, fruto da época em que foi professora substituta na Universidade² do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, mas que atualmente não ocupa essa função. Porém, após o término do contrato, ficaram as amizades, e também, em função do esposo da entrevistadora ser professor da referida instituição de ensino atualmente. Assim, começamos a indagar a nossas redes de amizade a fim de encontrar pessoas que residiam nessa parte do bairro a conceder entrevista. Contudo, foi inviável, pois as pessoas que foram indicadas não aceitaram ser entrevistadas.

Através dessas redes que foram acionadas descobri que as pessoas recomendadas para fazer entrevista, mas que recusaram, pertenciam a uma camada social mais privilegiada em relação ao restante dos moradores do bairro e de sua *franja*. São pessoas com nível educacional mais elevado. Trabalham em profissões em que a renda salarial é mais bem remunerada. São médicos, advogados, engenheiros, juizes, psicólogos, dentistas, micro empresários, jornalistas, dentre outras. Logo, tais profissões denotam que se trata de pessoas com padrão de vida superior e que são suficientes para afirmarmos a existência de hierarquias dentro do próprio local onde moram quando passamos a compará-las com outros moradores situados no restante do bairro, cujas profissões são mal remuneradas ou então, nem sequer possuem uma profissão definida, haja vista, que às vezes, muitos vivem apenas de *‘bicos’*.

Apesar dessas informações que são sem dúvida, valiosas, infelizmente elas não foram suficientes para atender ao nosso principal objetivo, que era conhecer como num bairro como um todo e que dispõe de um sistema de relações permeadas por relações de hierarquia, constrói suas estratégias de seleção de cônjuge, visando identificar se nessas escolhas os casamentos realizados poderiam levar a uma homogamia ou a uma heterogamia.

² É inegável que nesse tipo de ambiente é possível se encontrar diversos estratos sociais reunidos num mesmo lugar, indo das camadas mais populares a camadas mais privilegiadas da sociedade.

Das quatro entrevistas conseguidas com muito esforço nessa parte do bairro que estamos chamando Centro do bairro, podemos apreender que as hierarquias e diferenças se apresentam de forma explícita não somente em relação ao modelo e acabamento das residências e o tipo de mobília que os olhos puderam alcançar, uma vez que as entrevistas foram feitas na área. Local que separa e divide a casa da rua. Na verdade, o modo de falar, o tipo de roupas usado pelas pessoas que foram sendo entrevistadas, a boa aparência física, pele bem tratada, cabelos bem cuidados, já anunciavam que se tratava de pessoas que pertenciam a uma classe social mais bem situada economicamente, sendo o inverso registrado na Zona 2 e também em alguns casos, na *franja*. Tal observação é comprovada no decorrer da entrevista.

Desse modo, assim como nessa parte como na subárea da zona 1, se identificou que as pessoas que moram nessa localidade do bairro são provenientes de outras cidades do estado, sendo boa parte delas vindas de cidades circunvizinhas à Mossoró como Caraúbas, Paus dos Ferros, Martins, Frutuoso Gomes, Açu, Governador de Dix-Sept Rosado, Baraúnas, Apodi, São Rafael, Almino Afonso, dentre outras. Vieram para cá há muitos anos em busca de melhores condições de vida ou então, com a finalidade de propiciar aos filhos a continuidade nos estudos, uma vez que nas suas cidades de origem, o ensino só abrangia até as primeiras séries iniciais do que se denomina hoje de ensino fundamental. Para outros, a vinda a Mossoró tornou-se inevitável com a transferência do emprego do marido para esta cidade. Vejamos então dois depoimentos que ilustram algumas dessas situações:

‘Eu morava em Caraúbas e casei lá, aí meu marido era alfaiate e lá era muito ruim para o trabalho dele, aí a gente veio para Mossoró logo que casamos porque aqui tinha melhores oportunidades. A cidade era maior e deu certo. Aqui foi melhor para o negócio dele.’ (Dona Rosa – nome real – entrevista concedida em 03/07/04)

‘Moramos lá (na cidade de Governador de Dix -Sept Rosado) vinte anos só viemos para cá para os nossos filhos estudarem. Aí moramos vinte anos lá, quer dizer, antes de vinte anos nós botamos o maior para casa de parentes para vir para estudar enquanto a gente viesse, aí quando foi veio três, aí quando foi na quarta, a menina precisava estudar e não tinha como botar, aí foi quando eu comprei essa casinha aqui, aí ela veio na frente e eu fiquei lá na fazenda. Aí fiquei na fazenda resolvendo uns problemas lá, depois foi que veio as sextas consecutivas. Aí, foi preciso acabar com o gado, acabei com resto lá e fomos levando.’ (Seu Donato – nome real – entrevista realizada em 25/06/04)

Outros itens que também anunciam diferenças em relação a outras partes do bairro referem-se ao nível de escolaridade melhorada não somente em relação aos pais dos entrevistados, mas se estende aos próprios entrevistados e aos seus filhos. Os pais do entrevistados tiveram acesso pelos menos ao ensino fundamental e os entrevistados alguns tiveram acesso ao nível superior. Já os filhos dos entrevistados fizeram faculdade e teve um dos filhos dos entrevistados que estava se preparando para cursar doutorado na Alemanha. Quanto à renda familiar os entrevistados preferiram omitir a informação. Houve dois entrevistados que na oportunidade da aplicação do questionário afirmaram um valor, mas que durante a entrevista, solicitaram a pesquisadora que alterasse o valor revelado para menos.

O que mais impressionou nessa parte do bairro foi o receio de serem bisbilhotados, evitando se estender a detalhes e buscando respostas curtas e diretas, ao mesmo tempo em que se esforçavam em mostrar que pertenciam a um estrato superior em relação aos demais moradores do bairro, inclusive confessando que conheciam poucas pessoas no local de moradia e que suas redes de amizade estavam situadas mais para fora do bairro.

O contato entre vizinhos parece sempre ser evitado até mesmo quando se trata da vida religiosa. Nessa área do Alto da Conceição o interesse pelo universo religioso não é tão presente quando confrontado com o restante do bairro. Apesar do pouco interesse pelo universo sagrado, se declaram católicos e quando resolvem ir à missa nos domingos, a igreja escolhida não é a do próprio bairro onde moram, mas sim, a do Centro da cidade, porque segundo eles, *‘É mais organizada’; ‘Tem um horário bom para ir assistir a missa’; ‘É mais perto de casa’; Não frequento a igreja daqui porque não tenho identificação com ela. Eu gosto mais da do Centro. Lá eu conheço mais gente.’*

Reforçando essa dificuldade em construir laços mais fortes entre os que residem ali, podemos complementar essa informação associando-a as razões pelas quais gostam de morar no Alto da Conceição. Segundo depoimento das pessoas entrevistadas, o fato de apreciarem morar ali, decorre do fato dele está situado próximo a áreas de serviços como farmácias, supermercados, bancos, lojas, shopping, enfim, como afirma uma entrevistada: *‘Aqui é tão bom. É ce ntro aqui. É perto de tudo. Tem supermercado, tem shopping, tem tudo. Farmácia. Tudo tem aqui’*, e não ao cultivo de laços de amizade vividas no local de moradia, o que os faz diferenciar do restante do bairro.

Outro elemento justificado para gostar de morar no bairro é o fato dos vizinhos não frequentarem suas casas. *‘Cada um tem sua vida e sua casa. É eu pra cá e eles pra lá’; ‘Não, não gosto de está na casa de vizinho não’; ‘Aqui é assim, é bom dia, boa tarde e*

só. Não tem esse negócio de vizinho está na casa do outro não. Aqui é cada um no seu canto.”

Aqui, a política de boa vizinhança é garantida através do manter-se afastado, sendo conseqüentemente, os laços de amizade frágeis e precários até mesmo com os parentes, pois declaram que eles também residem no mesmo local, mas *“difícilmente”* vêm-se. A justificativa dada a esse distanciamento até mesmo com seu grupo de parentesco de origem é o discurso que estão sempre ocupados em suas atividades conforme é demonstrado nessa fala: *“Não tenho tempo para visit ar. Quando dá eu vou lá, ou às vezes ele andam aqui, mas é muito difícil.”*

A conduta dos moradores em criar barreiras de aproximação entre seus vizinhos e parentes, reforçando o não contato entre eles nos faz lembrar da leitura de Simmel (1967), sobre o distanciamento causado pela vida diária na cidade que conduz os indivíduos da metrópole a uma *“atitude blasé”* ou a uma *“atitude de reserva”* em que as relações entre as pessoas passam a ser movidas por interesses voltados para o dinheiro e o lucro, desencadeando assim, o esfriamento das relações humanas.

Em contrapartida, se os laços de amizade com a vizinhança e até mesmo com os parentes de origem aparecem mais reduzidos e menos importante, a relação entre pais e filhos é bastante valorizada, enfatizando com orgulho quando se têm filhos casados, o fato deles continuarem assiduamente freqüentando a casa dos pais depois de contrair matrimônio. Ressaltam que visitam suas casas apesar de residirem fora do bairro como podemos ilustrar nessa frase: *“Todos os dias el es vêm. Não tem nem perigo de não vir aqui. Só se não der.”*

Outra informação que a princípio parece irrelevante em relação a essa parte do bairro que estamos chamando de Centro do bairro, mas que adquiri um significado importante, transformando-se mesmo num dado que é digno de atenção quando o pomos em contraste em relação à subárea da Zona 1 e demais áreas estudadas foi à identificação do nome verdadeiro do entrevistado. Todavia, só alcançou importância devido à própria postura assumida pelos entrevistados no que se refere à opção de revelar suas identidades.

O curioso é que no Centro do bairro, os entrevistados não tiveram receio em ser identificados pelos seus nomes verdadeiros, pois declararam que não eram conhecidos ali, o que dificultava serem reconhecidos. Essa informação ganha fôlego quando a associamos ao pouco investimento em firmar vínculos com outros moradores do bairro. Em compensação, na subárea da Zona 1, quase todos os entrevistados pediram para não ter seus nomes revelados com temor de verem sua identidade descoberta. Logo, tal

preocupação nos faz confirmar que possuem uma cadeia de laços de amizade mais ampla no bairro e que sua estória de vida e comentários ou detalhes que viessem a expor para a entrevistadora sobre o bairro e seus moradores pudesse comprometer-lhes posteriormente, já que moram ali há muitos anos.

Se uma parte da Zona 1, os moradores entrevistados não demonstraram preocupação em ter seus nomes reais apontados, já na subárea da Zona 1, isso foi motivo de inquietação. Entretanto, essa apreensão é invertida quando começamos a explorar o universo privado de suas vidas. Assim, nessa primeira parte da Zona 1 os entrevistados antes de responder a qualquer coisa, davam uma pausa como se estivessem selecionando o que deveria ser falado ou omitido, ao passo que na subárea da Zona 1, já se dirigindo rumo à *franja* do bairro, houve maior descontração nas respostas e elas pareceram mais sinceras do que no Centro do bairro.

Nesse sentido, podemos assinalar que quanto mais nos aproximamos das camadas mais populares, mais se torna acessível o diálogo com elas, inclusive falam com maior profundidade sobre suas vidas mesmo a um estranho. Entretanto, em estratos mais elevados, o grau de conversação é precário, e, às vezes, duvidoso e impreciso, principalmente quando o interesse do pesquisador põe em cena minúcias da vida privada.

No que se refere aos problemas de assaltos no bairro, os moradores dessa área acreditam que as pessoas que praticam esse tipo de delito não moram ali, mas admitem que residem em bairros próximos. Os bairros próximos dos quais eles se referem são: Belo Horizonte II, Carnaubal, Alto do Xerém e Lagoa do Mato. Estes fazem fronteiras com o bairro.

Vejamos então qual a leitura de duas moradoras em relação aos assaltos realizados no bairro e de onde elas acreditam que sejam os infratores:

‘Não. Aqui é calmo. É ali para aquele lado do mercado, ali paro lado da igreja. Para acolá. Para cá não. Mas teve algumas vezes que teve uns assaltos por aqui. Roubaram a casa de uma mulher ali e uma loja. Dizem que é gente lá do Carnaubal. Aí eu não sei se é.’ (Dona Josenira – nome verdadeiro- entrevista realizada em 19-07-04)

‘É calmo. É mais calmo do que violento. São poucos casos em que a gente escuta falar de violência. Às vezes são mais assaltos a residências, mas eu não acredito que seja do bairro. Eu acho que é desses bairros próximos, Belo Horizonte sabe, esses bairros mais próximos daqui. Eu acredito que sejam de lá.’ (Lúcia – nome fictício- entrevista concedida em 01-07-04)

Em relação ao segundo depoimento é válido lembrar pelo que foi captado por nosso gravador e também por nós, sendo que foi anotado no nosso diário de campo, mas que a transcrição não consegue transmitir foi o tom de voz e o semblante da entrevistada ao assegurar que os assaltantes eram provenientes do *‘bairro Belo Horizonte e bairros mais próximos daqui’*. Tanto na sua fala como nos seus gestos ficou evidente seu desprezo, discriminação e repúdio a esses locais de moradia.

Conforme apontam os depoimentos, o que ocorre é um discurso em defesa do lugar, tentando mostrar que o local onde moram é calmo e tranqüilo e que as pessoas que moram ali não têm nada a ver com os roubos e assaltos praticados no bairro. Os assaltantes logo aparecem associados a pessoas que residem fora do bairro. Tal opinião ganha respaldo em função das manchetes divulgadas pelos jornais de circulação local que promovem a construção de uma imagem negativa e depreciativa desses bairros, relacionado-os a locais perigosos e violentos.

Vejamos então uma matéria divulgada no Jornal *O Mossoroense*, cujo título da manchete é a seguinte: *“População vítima de traficante chama atenção da polícia.”*

A população residente nos bairros Belo Horizonte e Carnaubal está cobrando uma ação mais enérgica por parte das corporações policiais existentes na cidade, sejam elas, federal, civil e militar, no tocante ao tráfico de drogas ora reinando naquela área da cidade de Mossoró, que se constitui atualmente na segunda região onde mais se evidencia este tipo de crime. O Mossoroense conversou com várias pessoas na última quarta-feira, dia 4 de novembro, por ocasião da morte do servente de pedreiro Emanuel França Maia neto, 28 anos, que foi assassinado por Jean Pierre Jarrier, com vários tiros de revólver, cuja rivalidade provém do tráfico de drogas, e documentou o descontentamento e o medo que imperam naqueles dois bairros. Segundo o confeitiro Manoel de Souza Ramos, a praça Wilma de Faria hoje se encontra relegada ao abandono por parte das autoridades que administram a segurança da população. ‘Quando chega a noite, a gente se acha obrigada a ficar dentro de casa. Nossos filhos ficam sem condições de sair e brincar na praça porque ela está superlotada de pessoas comercializando todo tipo de drogas’, disse. A praça Wilma de Faria, construída para servir ao lazer da população, já contabiliza uma série de crimes, todos motivados pela comercialização de maconha, crack, cocaína. A venda e compra do produto não é feita somente à noite, mas também durante todo o dia. ‘Quando você passa por aqui e vir uma pessoa sentada em baixo do pé de uma árvore, não desconfie, ela está esperando alguém que venha buscar drogas’, declarou a doméstica Maria Laurecir de Góis. (O Mossoroense – 07/11/04)

Se nessa primeira parte da zona 1 houve dificuldades em realizar a pesquisa, já na subárea da zona 1 elas foram sendo reduzidas na medida em que nos aproximávamos da *franja*. Vale lembrar que a facilidade também foi possível em grande parte em função das redes de amizade entre os próprios moradores, pois quando terminávamos uma entrevista, perguntávamos se conheciam alguém disposto a nos ajudar. Porém, ainda houve relutância por parte de alguns moradores quando estávamos ainda próximos do Centro do bairro, mas quando mais nos distanciávamos dele, mas as pessoas se dispunham a colaborar conosco.

Enquanto no Centro do bairro há maior expressividade de uma área comercial e os moradores possuem um padrão mais elevado, já nessa subárea da Zona 1, se inicia um processo de distinção da Zona 1, ou seja, as diferenças podem ser sentidas primeiramente em relação ao fato do lugar ir perdendo mais esse perfil comercial para dá espaço a residências. Depois, as diferenças vão se definindo quando as comparamos em relação ao perfil socioeconômico e por último, na forma como conduzem seu modo de interagir com outros moradores, permitindo o surgimento de relações hierárquicas dentro do bairro e da *franja* e ao mesmo tempo, criando elos de integração que contribuem na renovação sempre constante de ser pertencer ao mesmo local de moradia, capaz de identificar quem é quem na cadeia de amizade e laços de parentesco presentes ali.

Diante desse quadro de heterogeneidade, a primeira evidência da existência de distinções entre os moradores do Centro da Zona 1 com os da subárea da Zona 1 diz respeito aos tipos de arquitetura das casas e seus arranjos físicos. Aqui não há uma uniformidade. Há tipos de casas bem variadas. Umas vistosas e outras mais modestas, denunciando assim, a qual estrato social a pessoa pertence, ou como declara Bourdieu (1999), *“o espaço social se retraduz no espaço físico”*. Logo, o espaço habitado nos confere a existência de significados que podem se classificados aqui como elementos de diferenciação social entre os moradores, ou ainda, como *“uma espécie de simbolização espontânea do espaço social.”*

Outra característica que podemos apresentar é o nível de escolaridade dos moradores que vai caindo, sendo que o grau de escolaridade maior atingido é o terceiro grau. Porém, registrou-se que alguns filhos dos entrevistados chegaram a fazer uma especialização. Quanto à renda familiar das pessoas entrevistadas variam de aproximadamente de 300,00 reais a mais de 4, 000 mil reais por mês e os tipos de profissões dos moradores dessa área do bairro vão desde agricultores, pequenos comerciantes, servidores públicos, contabilistas, oficiais de justiça, professores, crediariastas, comerciantes, enfermeiro a atividades com pouca remuneração como vigia,

pedreiro, motorista, sapateiro, eletricista, padeiro, trabalhador de salina, moto-taxista, zelador, vendedor, servente, dentre outras no caso dos homens. Já em relação às mulheres casadas boa parte delas nunca trabalharam a não ser em casa, e quando chegaram a trabalhar, algumas delas confessaram que tiveram de abandonar o emprego para se dedicar aos filhos, ao marido e as atividades domésticas a pedido do esposo. Em situações mais raras, encontramos ainda nessa parte do bairro, médicos, pequenos empresários e advogados, profissões tidas como mais valorizadas e mais bem remuneradas, permitindo um status privilegiado no local de moradia.

Vale lembrar que tomei conhecimento dessas categorias profissionais através das pessoas que entrevistei que iam mapeando seus próprios vizinhos, como podemos ver nos seguintes depoimentos: *“olha, ali mora um advogado”*³; *“Naquela casa ali mora um médico”*⁴; *“Ali mora o dono do restaurante Travessia”*⁵; *“Meu sogro morou nessa casa aí de frente, Seu Nascimento. Ele era o dono de uma sapataria, você deve ter ouvido falar dele, que ele era bem conhecido em Mossoró. Era o dono da Sapataria Nascimento. Até que ele se suicidou. Você deve ter ouvido falar nele.”*⁶

Tais declarações confirmam a necessidade dos moradores apontarem que moram numa área onde residem pessoas portadoras de *“símbolos de prestígio”*, para empregarmos aqui a expressão de Goffman (1988), que tem o intuito de promover a *“valorização do indivíduo”*. Nesse sentido, as referências dadas sobre a condição social de seus vizinhos *“ilustres”* são maneiras encontradas pelos moradores dessa parte do bairro em situarem-se dentro da hierarquia presente no bairro, anunciando que vivem num lugar com prestígio como menciona Dona Maria das Dores em sua fala: *“Aqui só tem pessoa de família de alto nível”*. (entrevista concedida em 30/03/04)

Da mesma opinião que Dona das Dores, Dona Maria também acredita que o lugar onde mora *“é de muito bom nível. É perto das coisas, fica perto do Centro, dá para gente ir para um médico, tem médico no bairro e tem a igreja que a gente frequenta e eu tenho muita amiga aqui.”* (Dona Maria - nome fictício – entrevista realizada em 05/07/04).

³ A entrevistada não teve preocupação em mencionar seu nome verdadeiro. Aliás, declarou que sua vida era *“um livro aberto”*. (Dona Socorro – Nome real – entrevista concedida em 01/07/04).

⁴ Essa segunda fala é de seu Antônio, o qual não demonstrou receio em revelar seu nome verdadeiro. A entrevista foi feita no dia 23/06/04.

⁵ Esse terceiro comentário foi feito por Dona Maria. A entrevistada achou melhor não divulgar o seu nome real pois segundo ela, seria uma pessoa conhecida no bairro e achou prudente escolher um nome bastante comum ao ser entrevistada, já que existem muitas Marias, o que a possibilitava manter-se no anonimato. Entrevista realizada em 05/07/04.

⁶ Essa última declaração foi de Dona Fátima. Assim como Dona Maria, essa entrevista também optou por um nome muito singular e evitou revelar sua identidade porque também se dizia ser uma pessoa conhecida onde morava. A entrevista foi concedida em 25/06/04.

Num outro depoimento também é enfatizada a valorização do lugar e da pessoa quando a entrevista diz o seguinte: *“Gosto de morar no bairro. É bom. Tem de tudo aqui. É central. Não tem pessoa não recomendada num sabe.”* (Dona Fátima – nome fictício – entrevista feita em 25/06/04).

Outra característica visível que marcam diferenças entre os moradores do Centro da Zona 1 com os da subárea da Zona1 é o forte sentimento de pertencimento ao bairro, e, principalmente, a dedicação à vida religiosa. Aliás, a igreja católica Nossa Senhora da Conceição além de possuir o poder de inserir os moradores nos ensinamentos sagrados, uma outra função desempenhada por ela no bairro é integrar seus moradores a outras partes do bairro, construindo um forte sentimento de amizade e pertencimento, estendendo as amizades para fora da igreja como podemos ilustrar na fala de Dona Lucinda a respeito das amizades do marido construídas por participar assiduamente das atividades da igreja:

“Aí vem tudo aqui atrás dele. Quando ele passa um dia sem ir para igreja. Elas dizem: Vixi! Será que Toinho tá doente? Corre e vem aqui para ver. Tem um neto meu que diz, pai já vive, que os netos são criados com a gente, chama eu de mãe e ele de pai. E realmente é que é a gente cria. Aí diz: Vixi Maria! Pai já vive com as cadeiras pastorando as velhas, que ele já deixa na calçada. Porque elas gostam dele num sabe. Aí de noite é cheinho aqui de gente para conversar. Graças a Deus a gente não tem intriga com ninguém.” (Dona Lucinda – nome real – entrevista concedida em 23/06/04)

Através dessa fala podemos identificar que o fato de possuir uma vida presente nas atividades da igreja, permite que se desenvolvam redes de amizade entre os fiéis, transformando a igreja numa das principais fontes de sociabilidade entre moradores, ficando claro que gostam de ir a igreja principalmente em virtude dos amigos e amigas que encontraram lá, passando a igreja a ser também um ponto de encontro entre eles como podemos ver nesse depoimento:

“Quando eu vou para legião de Maria é mesmo que ser irmãos meus num sabe. Aí quando mim vê, abraça. É uma alegria. As pessoas da legião de Maria são mesmo que irmãos meu. Aí eu conheço a legião todinha. Ainda têm as festas da legião, os passeios. Muita coisa. É muito boa a legião. Faz 30 anos. Eu saí agora porque não estou mais podendo sair. Mas passei 30 anos na legião. Conheço todo mundo por aqui. Todo mundo mim conhece.” (Seu Antônio – nome real – 23/06/04)

Enquanto o Centro do bairro situado na Zona 1 os moradores reforçam o não contato com seus vizinhos, na subárea da Zona 1 ocorre o inverso. Evitar se relacionar com

seus vizinhos passa a ser o alvo de ofensa e queixa, e, muitas vezes, quem se exclui das redes de amizade presente no local de moradia, optando pelo isolamento pode ser classificado no local onde mora por “*antipático*”, podendo ainda despertar relações de rivalidade e conflito entre vizinhos como podemos registrar nesse depoimento:

‘O pessoal às vezes diz: Ave Maria mulher, você conhece muita gente! Eu sou bem conhecida, sabe. Conheço muita gente. Só a vizinha aí do lado que é antipática. Dizem que a casa nem dela é. Somos mau. Ela é antipática. Não fala com ninguém. Parece que não precisa de ninguém. Se adoecer não tem com quem contar, nem mesmo para fazer um chá. Ela vive amigada.’ (Cláudia – nome fictício – entrevista feita em 29/06/04)

Ainda fazendo uma comparação entre essas duas áreas da Zona 1, podemos ver que na primeira área, denominada de Centro do bairro, os moradores admitem que gostam de morar no bairro em virtude de se morar num setor onde se encontra a disposição deles uma vasta área de serviços próximo do local onde residem. Porém, já na subárea da Zona 1, o fato de apreciar morar ali, não é somente justificado em função da presença de redes de serviços disponíveis próximo ao local onde moram, mas o fator fundamental é a constituição de cadeias de amizade fincadas no bairro, ou mais precisamente, a sociabilidade vivida no local de residência, ocasionando a formação de sentimentos afetivos e cordiais entre vizinhos, pois moram ali há muitos anos, inclusive houve relatos de moradores que se mudaram do Alto da Conceição, mas não conseguiram ficar longe por muito tempo dali. Tal afirmação pode ser confirmada através dos depoimentos abaixo:

‘Eu gosto de morar aqui. Gosto por causa dos meus vizinhos. Quando a gente chegou, a gente morou no bairro Aeroporto, aí com sete meses que a gente morava lá no bairro Aeroporto que era uma casa alugada, aí meu esposo comprou essa, aí a gente venho para cá. A gente tá com doze anos, vai fazer treze que a gente mora aqui. Aí eu gosto muito daqui. Gosto de todos vizinhos. É bom demais. Mas meu marido fala de sair. Eu não. Ele fala muito. Tem muita vontade de morar na Boa Vista, mas eu não. Pretendo esse. Ele tem amizade lá. Por sinal mora uma tia lá, mas é porque ele diz que gosta do clima de lá, do jeito de lá, sei lá, das ruas lá. Gosta mais do que essa daqui. Mas eu mesmo não pretendo sair daqui. Eu falo muito para ele: é, eu nunca vou sair daqui. Só vou sair daqui para o cemitério.’ (Dona Regina – Nome real – entrevista realizada em 01/05/04)

‘Eu já mim mudei deste bairro porque eu tenho uma casa lá no Inocop, no Alto de São Manoel. Uma casa muito boa. Boa mesmo. Muito ampla. Com uma extensão muito boa e tem uma área muito grande nas laterais, na frente e atrás. Tem uma área muito grande desocupada que dá muito ar para casa. Muito espaço arejado, mas aí eu fui e mim mudei para lá, passei quase cinco anos lá, mas quando se aproximou o tempo da minha aposentadoria aí eu disse: eu não

vou ficar aqui não porque era muito isolado. Lá ninguém tinha vizinhança de jeito nenhum. Eu morava numa casa de esquina, na rua Chico Pedro. Numa casa de esquina. Hoje ela faz esquina com a praça. A praça é aqui e ela fica aqui. Hoje é uma beleza, mas naquele tempo era tão isolado, tão solitário, tão deserto, aí resolvi voltar para aqui. Aí fiz uma reformazinha na casa, que era uma casa muito antiga, sem nenhuma reforma daquelas casas de só uma porta na frente e uma janela. Aí quando eu estava lá, reformei esta. Aí eu disse: eu não vou ficar aqui não. Ainda não tinha nem terminado a reforma. Aí eu disse: eu vou embora. Endoidei para vir e vim, mas ainda hoje possuo a casa. Eu passei minha vida toda quase aqui. Aqui no Alto da Conceição eu tenho muita amizade. É uma amizade só. A gente frequenta a mesma igreja. Nós sempre nos encontramos em festas da padroeira, procissões, missas da padroeira, natal, ano novo a gente sempre se encontra e lá eu não tive aquele tempo de fazer estas amizades todas como as que eu tenho agora aqui no Alto da Conceição, apesar de que lá eu ainda consegui fazer, formar um grupo de renovação carismática. Quando eu fui morar lá, foram várias pessoas, amigas minhas me visitar lá.” (Dona das Dores – Nome real – entrevista concedida em 30/03/04)

‘Gosto porque aqui estar as minhas raízes né. Nasci e mim criei aqui, tenho muitas amizades por aqui. É um bairro calmo, tranquilo. Eu trabalho aqui perto né, tem tudo aqui também. Não precisa a gente se deslocar para lá. Nunca morei noutro bairro, mas quando os meus filhos faziam o segundo grau, aí era muito longe. Tudo muito longe, aí eu tinha vontade de morar num lugar mais próximo porque não tinha nenhum colégio de segundo grau aqui próximo, aí eu tinha vontade, mas depois que eles terminaram, aí eu não tinha mais motivo para sair.’ (Dona Fernanda – Nome fictício – entrevista concedida em 01/07/04)

Uma outra dessemelhança que podemos apontar nessas duas áreas da Zona 1 é a valorização não exclusivamente das relações entre pais e filhos, mas também na forma como lidam com o grupo de parentes derivados de laços de sangue tanto do lado materno quanto paterno.

No Centro do bairro assim como na subárea da Zona1 se identificou o apego aos laços entre pais e filhos. Entretanto, no Centro da Zona 1, há um esfriamento de sentimento em relação a outros familiares que preferem mantê-los afastado de seu convívio diário, haja vista que, boa parte dos padrinhos escolhidos para os filhos como comumente acontece, é de se optar em escolher um parente, tendo em mente que os padrinhos são pessoas que são dotados de autoridade, podendo em algumas situações representar os pais.

Assim, a preferência está em escolher um amigo e amiga para cumprir essa função. Tal comportamento é mais raro de ocorrer quando se trata da subárea da Zona 1, pois dão preferência a um parente do que a um estranho porque o parente já envolve laços de sangue e por essa razão, o descuido e falta de zelo com o papel solicitado torna-se menos propenso a falhas. Geralmente os escolhidos para exercer esse dever de representar os pais são os tios e tias de ambos os lados. Porém, o critério da escolha irá depender do tipo de

relacionamento entre eles, ou seja, no ato da eleição dos padrinhos serão avaliados o grau de conflito e tensão, afinidade e amizade, responsabilidade e desleixo em relação aos parentes de ambos os lados. Somente depois desse julgamento é que o convite é feito.

Conforme pudemos ver, tanto no Centro do bairro como na subárea da Zona 1, o modo de ser relacionar no bairro não obedece a um padrão uniforme. Na verdade, os próprios moradores criaram códigos de conduta que permitem uma convivência apropriada sem que sejam incomodados uns com os outros. Assim, se no lugar onde o indivíduo está situado, o código de boa vizinhança é estabelecido através de uma postura que o leva ao distanciamento com o seu vizinho, tal prática transforma-se em normalidade. Do contrário, seria visto pelos demais vizinhos como alguém que não está completamente inserido nos valores adotados por aquele setor do bairro.

Tal entendimento também é compartilhado quando o habitual entre os seus moradores é a aproximação diária, se orgulhando inclusive de serem conhecidos e de pertencerem a uma vasta rede de amizade que se encontra no local de moradia. A ordem aqui é fortalecer os laços de amizade e ter muitos amigos. Já o inverso é tido como alguém que inspira desconfiança e cuidado, afinal de contas, não se sabe quem é, pois está de fora dos laços de amizade e confiança que se estabelece no dia-a-dia do bairro, ou como diria Magnani (2000), quando não se é do *‘pedaço’* requer cuidado e a pessoa está propensa à rivalidade, a deslealdade e a insegurança, sendo o embate sempre presente nas relações quando o *‘pedaço’* não é o seu. Por isso, quem não pertence a ele pode representar *‘perigo’* para o grupo.

A idéia de *pedaço* aqui pode ser identificada através da valorização das relações de amizade construídas no local de moradia, permitindo que os moradores se classifiquem como *‘irmãos’*, ou *‘quase parentes’* ou como fazendo parte de *‘uma grande família’* e ao mesmo tempo, capaz de excluir os moradores da Zona 2 por não pertencerem a essa rede de sentimentos, ou para usarmos aqui a conceituação de Magnani, não pertencerem ao *‘pedaço’*.

Se na Zona 1 a sociabilidade é regulada de maneira a atender aos códigos de conduta do local de residência dos moradores, vale salientar que esses códigos não criam marcas de exclusão como as que acontecem na Zona 2 do bairro. Nessa parte do Alto da Conceição, as marcas de exclusão emergem através da maneira como são vistos os moradores da Zona 2 pelos os que residem na Zona 1, que consideram *‘os ribeirinhas’*, pessoas *‘perigosas’*, *‘maconheiras’* ou *‘bagunceiras’*. Tal tipo de classificação nos faz pensar o que muito bem foi notado por Elias e Scotson em *Os estabelecidos e os outsiders*

(2000), ao perceber como numa pequena comunidade na Inglaterra construía suas relações de vizinhança, revelando que elas eram orientadas por relações de poder e prestígio, levando os que não estavam inseridos nessas redes, a estigmas sociais que os colocavam numa condição de inferioridade dentro do bairro.

É com base nessa argumentação que apontaremos como os estigmas sociais são sentidos pelos que moram na Zona 2, já que os que residem na Zona 1 preferem deslocar seus moradores indesejáveis para lugares considerados depreciativos como a *zona*, o *gueto*, a *periferia*, ou *os ribeirinhas*, como os que residem na Zona 1 e na *franja* gostam de chamar quem ali mora.

3.2. “OS DESLOCADOS DO LUGAR” – O modo de viver num mundo subterrâneo da Zona 2 – Zona Ribeirinha

Na Zona 2, como já foi apontada num outro momento é reconhecida como uma área muito pobre, carente e propensa à marginalidade, e, em função dessa leitura, seus moradores passam a ser alvo de estigma e sofrem com a exclusão social em relação ao restante do bairro. Na verdade, são discriminados porque alguns moradores dali aparecem nas páginas policiais por ter se envolvido em algum tipo de crime, delito ou trabalho sujo, passando os moradores a uma condição de suspeita perante aos que residem na Zona 1. Conseqüentemente, passam a ser evitados e excluídos dos laços de sociabilidade presente na Zona 1.

Se os moradores da Zona 2 são rejeitados pelos da Zona 1, resta entender porque isso ocorre. Primeiro, é importante nos deslocarmos para a origem do lugar para em seguida identificar a condição de inferioridade no momento atual. Na verdade, essa posição que ocupa no bairro é fruto de sua procedência, pois antes o lugar era conhecido como a favela do “Cururu”. Numa segunda fase, contam alguns moradores como seu Agostinho, seu Jaime e dona Vera, que ali já foi uma área onde existiam prostíbulos de baixa qualidade, inclusive, algumas mulheres viam de outras cidades vizinhas à Mossoró em virtude das poucas oportunidades em suas cidades de origem, se submetendo então, a atividades depreciativas ou para usarmos aqui a expressão de uma moradora: “vender as carnes” como meio de vida, garantido seu sustento. Todavia, a pedido de moradores da subárea da Zona 1 e da franja, os cabarés também foram removidos.

Em circunstâncias mais atuais, o fato de serem vítimas de inundações, faz reforçar a noção de que são pessoas que não pertencem à mesma condição social de seus vizinhos da Zona 1, já que moram em áreas precárias e de risco, passando a tornarem-se visíveis no bairro quando sofrem com as enchentes, alterando o cotidiano do bairro, uma vez que são colocados emergencialmente nas escola do bairro e de proximidades, trazendo desconforto tanto para as vítimas das inundações como também para os moradores da Zona 1.

O primeiro tipo de infortúnio é sentido quando as aulas têm que ser paralisadas porque as escolas estão sendo utilizadas como abrigos improvisados pela prefeitura. O segundo problema nasce em função dos pequenos assaltos e furtos praticados na Zona 1, e que são associados aos “desabrigados”. O terceiro desconforto é sentido pelas próprias vítimas das enchentes. Falam da humilhação que tiveram de se submeter, dos atritos de convivência com várias famílias que são obrigadas a dividir o mesmo espaço, sem falar nos objetos que alegam ter sido “roubados” quando estavam nos alojamentos, e por último, o fato de terem perdido o pouco que tinham na enchente.

Numa reportagem do Jornal O Mossoroense revela os problemas enfrentados pelas famílias que sofrem com a enchente do rio Mossoró. Vejamos:

População ribeirinha está desabrigada - A falta de planejamento da prefeitura para o período chuvoso está causando mais transtornos do que se imaginava. A população do Alto da Conceição, Zona Sul de Mossoró, que mora nas proximidades do rio Mossoró, teve na madrugada de ontem suas casas inundadas e está desabrigada. Eles só foram transferidos para duas escolas municipais, Francisco de Assis Batista e Albaniza da Costa, depois do meio-dia, e estavam até as 17h30 sem ter se alimentado e sem uma acomodação digna. O drama da população não pára por aí, pessoas como a doméstica Damiana da Silva estão sem nenhuma perspectiva de vida diante da enchente. “A minha situação é triste, perdi minha casa, por pouco não perdi os meus móveis que chegaram a ficar boiando, por sorte deu para salvar”, disse com semblante de desespero. A faxineira Tânia Monteiro perdeu tudo o que tinha. “Perdi tudo que eu tinha, só estou vindo para cá porque é o jeito. Estou preocupada porque minha casa é de taipa e desabou, não sei onde vou morar quando sair dessa escola”, explicou. Ela comentou que passou o dia inteiro aguardando as providências do poder público. “Até agora foram apenas reuniões e nada de colchões e comida, minhas crianças estão sem comer desde que o dia amanheceu”, afirmou. PROMESSAS - Nas duas escolas estão abrigadas 14 famílias, uma funcionária da escola informou que a prefeitura prometeu fornecer alimentação e colchões para os desabrigados. Ela disse que só será permitida uma família em cada sala e que a comida será feita pelas merendeiras das duas escolas. Até o final da tarde de ontem nenhuma dessas providências havia sido tomada. (O Mossoroense 04/04/04)

O problema causado com a enchente foi também destacado pela moradora Lucineide. Ela nos conta que:

“Ave Maria! Mulhé foi muita água. Água, era água demais que minha casa ficou meia d’água e eu não fiz serviço nela ainda depois da enchente, mas ainda bem que o pessoal né, chegou na hora. Tiraram tudo né. A gente não teve muita sorte. A gente perdeu umas coisas. Eu tive prejuízo de televisão, geladeira sabe, porque foi muita água né. A primeira enchente não deu para logo entrar dentro de casa não, mas na segunda entrou. Que tiveram três enchentes aqui sabe, na primeira tiraram logo as coisas da gente, a gente foi para o Anexo aí voltamos. Voltamos como hoje, como amanhã a gente saiu de novo porque a água invadiu logo tudo né, aí pronto. A gente só veio em maio para cá”. (Lucineide – nome real – entrevista feita em 06/08/04)

Esse modo de vida precário torna mais improvável a aproximação com os moradores da Zona 1. Estes, classificam os que residem na Zona 2 de “desabrigados,” “pobres”, “favelados”, enfatizando, ainda mais o estigma dos que ali moram. Já que em outros meses do ano, o local é estampado nas páginas policiais dos jornais locais porque moradores dali aparecem associados à venda de drogas, roubos, desmonte de carros e motos, formação de quadrilha e assassinatos.

Se por um lado os moradores da Zona 1 possuem uma leitura negativa dos da Zona 2, por outro lado, os da Zona 2 consideram os que residem na Zona 1 como “só querem ser importantes”, “gostam de humilhar”, “acham que todo mundo que mora aqui é ladrão e maconheiro.”.

A queixa dos moradores da Zona 2 com os da Zona 1, especialmente da subárea da Zona 1, surge em função destes, incluírem todos os que residem na Zona 2, para usarmos aqui a expressão de Goffman (1988) como “cidadãos de segunda classe.”. Não separam quem é honesto dos que são bandidos.

Tentando reduzir a falta de sociabilidade dos moradores do bairro como “os ribeirinhas,” o padre da paróquia, frei Hermano, resolveu promover encontros entre os residentes da Zona 1 com os da Zona 2, buscando integrá-los através dos preceitos religiosos. Mas os moradores da Zona 2 compareceram porque estavam interessados em ganhar “as coisas”.

Após o primeiro encontro ficou resolvido que quem tivesse melhores condições financeiras iriam fazer doações. Assim, muitos contribuíram com alimentos, roupas, material de construção, remédios. Porém essas doações eram insuficientes para atender o tamanho das necessidades dos moradores da Zona 2. Conseqüentemente, estes começaram

a anunciar que os moradores da Zona 1 eram “mesquinhos” e não estavam interessados em ajudá-los, mas sim, em “dar esmolas” para humilhá-los. Por sua vez, os moradores da Zona 1 se sentiram ofendidos com a opinião dos residentes da Zona 2 e resolveram cessar as colaborações que vinham fazendo.

Diante desse contexto, a intenção de promover a sociabilidade entre os moradores da Zona 1 com os da Zona 2, realçou as diferenças entre eles. Enfatizando quem tem condições e quem é pobre na cadeia de relações hierárquicas presentes no bairro, estando separados por “distâncias sociais.”

Através das entrevistas realizadas nessa parte do bairro se identificou que a escolaridade de seus moradores é muito baixa, pois o maior nível atingido não passa do ensino fundamental. Muitos dos pais dos entrevistados não sabem ler e nem escrever e se consideram analfabetos. Apenas com muita dificuldade alguns deles conseguem assinar o próprio nome. Quanto aos entrevistados, estes, abandonaram a escola muito cedo e o mesmo cenário é repetido com os seus filhos. Em virtude dessa carência, ocupam trabalhos em que não se exige muita instrução como servente, faxineiro, ajudante de pedreiro, gari, vigia, pastorador de carro (flanelinhas).

Quando indagadas sobre o tipo de trabalho do marido, muitas informaram não a profissão, mas sim, o lugar onde eles trabalhavam ou então, com o que trabalhavam como por exemplo, “trabalha em carroça”; “trabalha com mármore”; “trabalha na faculdade de enfermagem. É ASG”; “Ele trabalha na manutenção num hospital”; “trabalha na serraria”; “Ele faz entrega na rua”. Como po demos ver, nessa área do bairro, os moradores nem sequer possuem uma profissão definida, o que não acontece com os moradores da Zona 1.

Devido à dificuldade de estar trabalhando, alguns moradores se envolvem em atividades ilícitas, contribuindo ainda mais para uma imagem negativa do lugar, que passam ser vistos pelo restante dos moradores da Zona 1, como um lugar onde “só tem maconheiro”, “gente drogada”, “ladrão”, “arrombador”, “maloqueiro” ou que vem “agindo” no bairro, realçando o estigma do lugar e co nseqüentemente, os que residem ali passam a ser evitados, sendo condenados a permanecerem isolados do restante do bairro.

Os conflitos de convivência entre os moradores são acionados mais claramente quando os que moram na Zona 2 são acusados pelos da Zona 1 de praticarem roubos e atos de vandalismo na vizinhança como podemos identificar nas falas de dona Das Dores e de dona Regina:

“Aqui às vezes aparece roubo sim, mas não é nem pessoa do bairro, é de fora. Aqui só tem pessoa trabalhadora, pai de família que ganha seu pão sem fazer coisa errada, aí juntava aquela turma, gente maloqueira, maconheiro, drogado que vinha fazer bagunça aqui. Chegaram a ser presos. A gente já sofreu muitas coisas por conta da bagunça que vinham fazer aqui. É gente que vem lá do beijo do rio fazer essas coisas aqui.” (Dona Das Dores – nome real – entrevista concedida em 30/03/04)

“Pronto, depois dessa esquina aqui ali, ali numa casa foi arrombada no ano passado. Botaram a porta dentro e levaram uma televisão. Já têm aparecido vários casos assim, já. A vizinha já viu por duas vezes pessoa agindo aí na calçada, mas graças a Deus com a gente nunca mexeram não. No ano passado teve uma noite que teve dois caras aí na calçada, mas aí eu percebi e liguei para o meu marido e ele ligou para cá. Quando o telefone tocou, os dois caras correram e entraram aí no bequinho [esse bequinho dá acesso a zona 2] e foram embora. Lá rola muita droga. Segundo eles falam num sabe [a entrevistada está se referindo aos ribeirinhas]. Por sinal, antes de ontem eu ouvi falar que parece que um cara quase matava uma mulher, aí só por causa da droga, que ali rola droga e eles fumam na frente de todo mundo. Assim a gente queira olhar. Não ver quem não olha. O tal da cola, eles com um saco de cola, a gente vai fazer aquele sopão, ali naquela esquina, ave Maria, chega faz medo. E eu não fico ali só, de jeito nenhum que eu morro de medo. Uma noite se você passar ali e observar é só jovem e mais, é jovenzinho, bem novinho, menino de menor e tudo.” (Regina- nome real- entrevista concedida em 01/05/04)

Se por um lado à convivência entre os moradores da Zona 1 com os da Zona 2 é complexa por causa das “distâncias sociais”, especialmente pelo fato dos moradores da Zona 2 estarem envolvidos com atividades ilícitas, também é verdade que os próprios moradores da Zona 2 admitem que o lugar onde mora é “violento” e que “rola” muita droga como podemos ver nesses dois depoimentos:

“Aqui a boca de fumo é grande. Esse vizinho aqui foi preso por causa de boca de fumo, bem cedinho. Aí esse outro vende maconha de novo, aí já agora a polícia veio atrás dele. Ele é o perigoso daqui. A polícia botando o olho ela pega. Ela pega na tocaia. Se ela não pegar de dia, mas ela pega na meia noite. Como pegou o daí. Cinco horas da manhã. Pegou com cento e quatorze pedras de crack e um quilo e meio de maconha. Foi. Tá na cadeia. Quando ele pegar é assim, uma madrugada quando ele começar a cercar. É por isso que aqui não é bom de se morar não. É violento demais mulher. É cachorrada demais ave Maria. Tudo se matando por causa de pedra no meio da rua por causa dessa boca de fumo.” (Dona Maria Antônia – nome real – entrevista feita em 06/08/04)

“Tem dia que tá meio assim. Tem dia que tá mais movimentado né, já hoje foi movimentado, ao meio dia, a polícia ali para baixo estava atrás de um rapaz por causa de droga. A mulher dele chorando, que tá operada, Sandra ali tá operada de poucos dias. Com medo também né, de uma hora para outra levar o

marido dela e ela com duas criancinhas pequenas né, até a gente se a gente ver, Ave Maria!, eu mesmo se eu ver eu fico doente. Ela com duas criancinhas bem pequenininhas, as meninas mulher, ave Maria. Foi. Vieram olhar, mas ele disse para o policial que não vendia mais não essas coisas. Tinha parado. Não vendia mais não. E não achou nada, não tem que levar né? Só leva mesmo se encontrarem, que nem nessa casa aqui que encontrou, umas coisas aí, aí a polícia levou tudo. Levou ele, levou dinheiro, levou tudo. Achando eles levam, não tem isso não. Mas não encontrando eles não levam não. Leva não. Por aqui tem um bocado de viciado. Por aqui Ave Maria!, nem se conta filha, que é cheio. Ave Maria, viciado se fosse dizer o nome de tudinho ia passar muito tempo.” (Dona Vandercléia – nome real – entrevista feita em 12/08/04)

Já Dona Lucineide preferiu não mencionar a respeito da existência de viciados em drogas e da comercialização de maconha e crack pelos moradores dali, utilizando-se do seguinte argumento: ‘Isso aí eu não vou falar não que dá problema depois né mulher’.

Como podemos perceber, nem mesmo os moradores da Zona 2 conseguem deixar de associar o lugar onde moram a um lugar onde reina atividades subterrâneas apesar das constantes “batidas” da polícia em busca dos envolvidos. Através de conversas informais com moradores da Zona 2, descobri que a polícia quando chega na Zona 2, às vezes alguns informantes têm tempo de anunciar aos que comercializam drogas ali, da presença da polícia, permitindo que escapem da prisão pulando dentro do rio.

Essa cobertura dada aos envolvidos não ocorre exclusivamente por aqueles que vigiam a área, mas também, de outros moradores que não estão comprometidos com o comércio, entretanto, os protege em função de conhecê-los desde pequeninos e o fato de estarem inseridos com atividades ilícitas não é vista tão negativamente em virtude das precárias condições sociais em que são obrigados a viver. Aliás, essas atividades são tratadas de forma tão natural que assusta quem não está familiarizado com o submundo da Zona 2.

Contudo, mesmo estando condenados a um mundo subterrâneo, é expressiva a sociabilidade existente ali. Inclusive, o fato de terem retornado ao lugar mesmo admitindo que é uma área de risco após terem sido removidos pelos governos estadual e municipal para locais seguros, voltaram não exclusivamente em razão do novo endereço está situado longe das redes de serviços⁷, mas principalmente por não terem resistido ficar tão distante dos laços de amizade e de parentesco por muito tempo.

⁷ Em relação a esse aspecto consultar o trabalho de Scott, *Remoção populacional e projetos de desenvolvimento*, 1996, que discuti qual a lógica investida nas políticas de habitação popular realizada pelos planejadores urbanos e instituições como PNAD's, como são feitas as remoções, quais os interesses envolvidos nas remoções, e finalmente como são atribuídas as indenizações a população removida.

Essa atitude dos moradores nos faz lembrar dos apontamentos feitos por Moreira et alli (1997) quando analisam porque as pessoas preferem permanecer em zonas de risco mesmo conseguindo uma casa em outro lugar através da política de habitação popular. A justificativa mencionada é o “desenraizamento” causado pela perda dos laços de amizade construídos no lugar. Nesse sentido, acrescentam Moreira et alli (1997):

‘Esses processos de desenraizamentos constantes para os não lugares, que os assentamentos de passagem (as tendas) representam, assinalam outras desarrumações em respostas ao ‘novo’ que os sujeitos terão de enfrentar: proximidade ou não dos locais onde terão possibilidade de trabalho. Nesses deslocamentos laços afetivos se desconstroem, mobilidades, desenraizamentos e destruições materiais expressam a inexistência de uma política de moradia e de fixação das populações que leve em conta as questões subjetivas que essas perdas materiais, culturais e afetivas representam ou denunciam. (...). E nessa enxurrada de perdas são destruídos igualmente seus referenciais, porque são suprimidos seus laços identitários: os parentes que se dispersam juntamente com os amigos na atomização dos espaços distribuídos dentro de uma lógica de intervenção que leva em conta tudo menos o sujeito para quem deveria ser dirigida a ação.’(p. 113)

A existência de condutas desviantes somadas às condições sociais precárias em que vivem os moradores da Zona 2, e a identificação dos que residem na Zona 1 com “símbolos de prestígio”, conduz a criação de distinções entre as duas Zonas. O resultado dessas distinções é a formação de relações hierárquicas que exclui e inclui seus moradores dependendo do lugar onde se situa no bairro. Logo, o entrosamento entre os moradores das Zonas 1 com os da Zona 2, torna-se cada vez mais difícil de acontecer. Diante desse cenário de classificação de pessoas e lugares, resta-nos saber, qual é o “efeito de lugar” vivido na *franja*.

3.3. “A Franja” – A fronteira urbana de uma outra zona

Se por um lado a Zona 2 sofre com a exclusão social dentro do bairro por razões que já foram discutidas, a franja por sua vez, embora já não pertença mais ao Alto da Conceição ainda continua a manter fortes laços de amizade e de parentesco que permite que não se desprenda do lugar que lhe deu origem. Vale lembrar que a franja é considerada uma área de periferia e por conta disso, também se encontra submetida aos problemas próprios dessas áreas habitacionais no cenário urbano como redes de serviços ineficientes

ou inexistentes, falta de saneamento, baixa qualidade de vida e grande propensão de pessoas a se envolverem em atividades sujas e a atitudes criminais por causa da condição de pobreza e miséria que são obrigadas a conviver diariamente.

Apesar da Zona 2 e da franja ter em comum o envolvimento de alguns moradores com atividades ilícitas e assassinatos e de aparecerem nas manchetes policiais, a diferença é que na Zona 2, os moradores da Zona 2 não negam a participação de pessoas que residem ali com serviços sujos, como ainda admitem que lá é uma área perigosa e violenta. Contudo, os que residem na franja preferem omitir o problema, buscando construir uma imagem positiva do lugar e deslocando essa negatividade para fora do bairro como podemos ver nesse depoimento:

“Aqui graças a Deus, que, aqui por perto já, na Rafaela ali na frente, ali na rua da minha irmã já houve bem dois assaltos no supermercado, mas graças a deus isso aqui nunca houve isso. Não é calmo. A gente pode sair, assim, aqui e acolá aparece assim, já arrombaram aqui dentro do meu quintal né, Mas aqui já roubaram, mas é um rapaz de outro bairro mesmo que tem caso com a mulher aqui, aí vem para casa da avó dela, aí ele que eu tenho certeza que foi ele que entrou aqui dentro do meu quintal e tentou roubar. Ele já roubou uma bicicleta aqui na casa daqui da frente, de Netinha, mas é ele, mas ele é de outro bairro, mas graças a deus fora isso a gente viaja, deixa aqui, mas não houve essas coisas não. Graças a deus. É por isso que eu gosto de morar aqui que não existe isso não. Negócio de arrombar, ladrão vindo destelhar casa. Não existe isso não. Aqui não. Olhe, realmente esse que aparece aí na Rafaela, aí nesse Mini-Box Saraiva também já houve mesmo, levaram todo o dinheiro. Não era seis horas da noite. Ah mulher, aqueles cartão claro tudinho, esses cartãozinho de celular levaram tudo. Oh, o bolo! Fez ela e o rapaz tudinho deitar no chão, aí eu acho que é de outro bairro. Geralmente assim assaltante é mais do Bom Jardim, esse povo desconhecido né, Bom Jardim, As Barrocas. Vem gente de fora. Não é daqui do bairro. Deste bairro de jeito nenhum, que não tem cabimento. Não tem de jeito nenhum. Não tem perigo de ser desse bairro não.”
(Margarida – nome fictício – 22/05/04)

Já um outro morador deslocou o problema de roubos e outros tipos de conduta desviante para a Zona 2, e Carnaubal, isentando o lugar onde mora assegurando o seguinte:

“Teve já vários supermercadinho agora, esses supermercadinho novo que abriram agora quase todos já foram tudo assaltados já. Mas não é gente daqui não. São não. São de fora do bairro. O foco é lá no Carnaubal e ali da beira do rio, no beijo do rio. Ali a chamada zona ribeirinha, que ali tem muita gente ruim, ali é barra pesada e ali ainda é Alto da Conceição.” (Francisco Moraes – nome real – entrevista feita em 27/03/04)

Vale ressaltar que o primeiro bairro depois da reordenação urbana feita pela prefeitura passou a ser chamado de Belo Horizonte I e faz fronteira com a franja. Além disso, é um lugar onde também residem assaltantes, traficantes, integrantes de gangues e quadrilhas que aterrorizam outros bairros da cidade, sendo comum aparecer nas manchetes policiais. Uma outra negatividade associada ao Carnaubal resulta dele ter sido no passado, por volta da década de 80, o lugar escolhido para a edificação de casas populares para os moradores da favela do “Cururu” que ficava localizada na Zona 2 do Alto da Conceição. Esse contexto é suficiente para a construção de um estigma social uma vez que as pessoas responsáveis em povoar o lugar são pessoas como diria Goffman (1998), “cidadãos de segunda classe.” São pessoas classificadas como “faveladas” e ocupam uma posição inferior dentro da hierarquia do bairro de onde vieram.

O que podemos perceber nesse cenário é que, enquanto os moradores da Zona 1 assinalam que os roubos praticados no bairro são provenientes do Belo Horizonte, lembrando que antes toda essa parte era considerada Alto da Conceição, agora o lado “ruim” do bairro foi retirado e agora o que vem depois dos trilhos não diz respeito ao Alto da Conceição. Assim, os moradores do Alto da Conceição não separam quem é morador do Belo Horizonte I do Belo Horizonte II. Para eles é como se fosse um bairro só. Entretanto, os moradores da franja (Belo Horizonte II) sempre têm o zelo em dividir quem mora no bairro Belo Horizonte I de quem mora no Belo Horizonte II, em função do Belo Horizonte I ser muito mais pobre e carente do que o Belo Horizonte II.

O que podemos compreender com esse cuidado é o receio de serem estigmatizados pelo lugar onde moram, pois como vimos num outro momento do trabalho, o fato da franja ter sido desvinculado do bairro Alto da Conceição não foi bem aceito pelos moradores dali, uma vez que antes podiam afirmar que moravam no Alto da Conceição, e conseqüentemente, poderiam ser tratados com distinção ou ainda poderiam aparecer associados aos “símbolos de prestígio” provenientes do lugar onde moravam apesar de já está localizado na periferia e não próximos às áreas de serviços e do Centro da cidade, e muito menos ainda, ter como vizinhos médicos, advogados, dentistas, engenheiros como bem classificou os moradores da subárea da Zona 1 que se orgulham em ter vizinhos “ilustres” ou como bem definiu Dona Das Dores: “Aqui só tem pessoa de família de alto nível”

Em relação ao nível educacional se identificou que os pais dos entrevistados possuem pouca escolaridade não ultrapassando as séries iniciais do ensino fundamental ou então, são analfabetos. Sabem apenas assinar o próprio nome. Quanto aos entrevistados

houve uma melhora, porém o nível de escolaridade variou entre as primeiras séries iniciais do fundamental, chegando ao terceiro grau completo. Identificou ainda que uma das filhas de uma entrevistada estava cursando especialização. Já a renda familiar oscilou aproximadamente entre 300,00 reais a 1, 500 reais por mês.

Aqui como na subárea da Zona 1, muitos moradores moram há muitos anos e em alguns casos, houve aqueles que nunca saíram do bairro. Quanto a esse aspecto, é notável que boa parte dos moradores da franja derivam do Alto da Conceição. A explicação para esse fato pode ser dada em virtude dessa parte ter sido povoada pelos filhos dos moradores que residem na subárea da Zona 1 do Alto da Conceição, e na medida em que os filhos foram casando, foram habitando a franja.

Os interesses do jovem casal em ir morar nessa área ainda pouco povoada estão relacionados a duas vantagens. Primeiro, o preço do terreno vendido não era dispendioso em relação ao valor imobiliário das casas disponível no Alto da Conceição. A segunda vantagem era porque ficava próximo dos familiares, tornando-se oportuno morar ali. Assim, essa nova área que estava sendo povoada passou a ser aceita como uma continuidade do próprio Alto da Conceição.

O resultado dessa prática permitiu que os moradores da franja continuassem a manter forte vínculo com o Alto da Conceição uma vez que os laços que envolvem esses vínculos são de sangue, assim, o efeito periferia tem menos impacto na vida dos moradores da franja. Quando não se tem laço de sangue, há um outro ingrediente que interage entre os moradores da franja e do Alto da Conceição, capaz de atualizar cotidianamente os laços de afetividade e amizade entre eles: é a igreja católica Nossa Senhora da Conceição situada na subárea da Zona 1 através das atividades religiosas. A participação dos moradores na vida da igreja é tão freqüente, que boa parte das entrevistas foram marcada de acordo com os dias em que não tinham atividade na igreja.

A integração da franja com a subárea da Zona 1 através das redes de parentesco e de amizade se transformou numa justificativa para gostar de morar ali, como foi apontado numa matéria publicada recentemente pelo o Jornal de Fato. Vejamos:

Perto da família – Os empresários Manuel Bezerra e Jaqueline Maria também resolveram construir sua casa distante do Centro. Para o casal, a preferência pelo bairro Belo Horizonte foi movida pela questão familiar. "A família da gente sempre morou nos bairros Belo Horizonte e Alto da Conceição e a gente não quis se afastar deles", comentou Manuel, acrescentando ainda que além do apego efetivo, a proximidade com a família ajuda também na questão da segurança. Na rua em que mora, metade das casas são familiares. "Além dos

equipamentos de segurança, tem sempre gente olhando, tomando conta e cuidando", comentou Manuel. O casal passou dois anos construindo a casa planejada. O imóvel é um dos poucos em Mossoró que tem mezanino - um efeito na parte superior da casa muito usado nas novelas. Dentro de casa, o requinte e conforto prevalecem em todos os ambientes. O casal de classe média tem até uma área reservada para os churrascos do fim de semana. "A gente junta a família toda e faz aquela festa", conclui. Que deficiência? Para os casais de classe média, as deficiências estruturais da área não são problemas. A maioria das casas possui reservatórios de água e sistema de esgoto. Além disso, investem em segurança para evitar assaltos e arrombamentos. Setor imobiliário. Para os corretores, quem constrói uma grande casa na periferia não está pensando em valorização imobiliária. "Geralmente quem constrói casas nessas áreas querem ficar perto da família e morar mesmo, porque se for vender não vai pegar muito dinheiro", explica o corretor Éryson Saulo. (Jornal de Fato 27/03/04)

O que podemos compreender é se por um lado, a franja já não pode ser mais associada aos “símbolos de prestígio” em função da localização, sendo incontestável que está situada na periferia, por outro lado, o que evita o distanciamento social entre essas duas localidades é o cultivo permanente dos laços de parentesco que é valorizado e sempre renovado, somado ao papel desempenhado pela igreja na conservação das amizades, funcionando como elo de ligação entre os moradores da franja com os do Alto da Conceição, permitindo que não aconteça a exclusão que vive os moradores da Zona 2 em relação aos que residem na Zona 1 que preferem assumir uma “atitude de reserva” no sentido tratado por Simmel (1967) em relação aos seus vizinhos indesejáveis.

Se a franja aparece interligada com a subárea da Zona 1 do Alto da Conceição através das atividades da igreja e dos laços de parentesco deixando omissos que a franja também ocupa um lugar de destaque nas páginas de jornal devido seus moradores se encontrarem envolvidos com drogas, assassinatos e roubos, fazendo do lugar uma imagem estigmatizada para os que residem no Centro da Zona 1 do Alto da Conceição, é inegável a existência de sociabilidade na franja, sendo a sociabilidade formada pela presença de várias redes, sejam elas ligadas a laços de amizade ou de parentesco e em virtude desses laços pode se identificar um forte sentimento de apego ao local de moradia. O apego não provém exclusivamente de se ter tempo no bairro, mas decorre da presença de familiares, uma vez quase todos os parentes também moram perto como podemos assegurar nesse depoimento:

‘Eu gosto. Adoro morar nesse bairro e não quero sair de jeito nenhum. Por isso que eu agüento muita coisa aqui de Dona Ana⁸, já para não sair daqui, que

⁸ Aqui o nome citado foi alterado pela pesquisadora para evitar identificação, já que a entrevistada solicitou que sua identidade fosse revelada.

é pertinho da família, aí eu acho bom e a rua aqui também é boa. O bairro é bom demais por isso é que eu gosto. Logo já faz muitos anos que eu moro aqui né. Eu também penso assim, às vezes uma pessoa adocece, precisa de uma coisa e sendo junto da família é só telefonar e sempre eu gosto. Geralmente quando eu tô doente assim, se Lourdes⁹ minha irmã não ajuda, quando ela não pode, aí eu ligo para minha outra irmã ou filha dela que moram aqui perto também, aí ela vem e mim ajuda.” (Margarida – nome fictício – entrevista cedida em 22/05/04)

Se o motivo para apreciar morar no bairro é orientado pela ajuda que se tem dos parentes, podendo sempre acioná-los quando for preciso, os vizinhos também são pessoas com quem se pode contar numa necessidade como bem demonstrou seu Agostinho quando num momento de crise recebeu apoio e ajuda tanto da sogra como de amigos que conheceu no bairro. Vejamos:

“Quando eu mim casei eu trabalhava de operário, mas era operário braçal. Era a mão na chapa, de pedreiro, de servente, na enxada, numa fábrica. Tudo que pegasse. Eu só não queria era ver faltar as coisas dentro de casa e quando apareceu filho, aí foi que mudou né, mas aí a minha sogra, ela mim deu a mão porque eu já trabalhava em Alfredo Fernandes, descaroçamento de algodão. Largava de duas horas, aí ia fazer bolo, ganhava dinheiro para fazer bolo com um rapaz e depois eu ia vender. Eu ganhava quinze reais para fazer bolo e aí ganhava a porcentagem para vender. Aí eu ganhava em Alfredo Fernandes, então aí eu ia juntando né, dava com uma mão e ajudava com a outra, e aí a minha sogra, que eu digo que a minha sogra era uma mãe para mim, ela perguntou porque era que eu não fazia um forno para mim. Aí eu disse: não. Eu trabalho para Didi, a freguesia quase tudo é minha, se eu for fazer bolo eu vou tomar as freguesia dele. Não é coisa de amigo né, aí ela disse: agora se você resolver eu lhe arranjo o dinheiro e você faz o bolo. E aí eu disse: é, vamos ver o que é que vai acontecer. E um dia aí ele teve uma briga com a mulher dele, quebraram balança, balcão, que o balcão era de vidro na padaria, padaria Santa Maria, lá perto do mercado novo. Quebraram tudo e se separaram. Aí ele me vendeu as coisas que tinha para eu ficar pagando da maneira que eu pudesse. Ele disse que ia embora para São Paulo, no fim nem foi. Ficou só bebendo cachaça, aí ele cheguei para ela e disse: pronto dona Maria, se a senhora quiser me arrumar o dinheiro, eu agora quero, que Didi parou, aí ela disse: no momento eu não tenho dinheiro, mas eu vou falar a papai, aí ela arrumou trezentos cruzeiro com o pai dela. Aí eu fiz o forno por trás da minha casa. Fiz uma cobertinha. Fiz o forno de alvenaria e aí o forno de alvenaria que tem que enxugar para poder botar fogo enquanto ele tiver fresco. Tem que primeiro secar bem secadozinho para poder botar fogo. E aí eu arranjei com um amigo meu, Benedito, que é o sogro do meu filho, esse Gilberto que tem o salão, para eu vender bolo. Eu disse: compadre você me arruma bolo mais ou menos um mês enquanto meu forno fica pronto, aí ele disse: arranjo. Eu fui vender no nome dele que era para não perder as freguesias e aí quando eu terminei, quer dizer, passou um mês aí um dia ela perguntou para mim, a minha sogra, o que está faltando para você começar? Eu disse: vixi, tá faltando

⁹ Novamente a mesma situação. Assim, substituímos o nome mencionado por outro, preservando a vontade da entrevistada de permanecer no anonimato.

dinheiro! Ela perguntou: Você não tem dinheiro não? Aí eu disse: de onde eu tiro dinheiro? Aí ela disse: eu vou lá em papai. Aí arranhou quarenta cruzeiros, assim fez trezentos e quarenta né, aí ela disse: é só o que eu posso arranjar. Tá bom. Aí eu me lembro muito que fosse hoje, eu comprei um saco de farinha por sessenta cruzeiros. Eu dei quarenta e fiquei devendo vinte. Aí arranjei numa bodega de João Neto para comprar açúcar. Falei com ele. Também fiado, que eu não tinha condições, mas nesse tempo a venda de bolo era boa, que tinha muita bodega, de repente eu juntei dinheiro e não precisava mais de comprar fiado e aí eu fui e falei para ela: quando precisar do dinheiro pode pedir, aí ela disse: não eu não estou precisando na hora, mas cada vez que ela chegava lá em casa eu dizia: tá precisando? Aí eu fui pagando. De trinta, quarenta, cinquenta, de dez até pagar todinho. (Seu Agostinho)

A ajuda que recebeu Seu Agostinho através da rede de amizade nos permite identificar que ele pertence ao “pedaço”, demonstrando respeito ao código de lealdade e compromisso, e como tal, não poderia tomar a freguesia de seu amigo Didi porque isso “não é coisa de amigo.”

Por sua vez, foi através do efeito “pedaço” que Seu Agostinho conseguiu comprar os equipamentos da padaria de seu amigo que lhe assegurou que poderia pagar “da maneira que pudesse”. A mesma coisa se repetindo quando consegui comprar “fiado” o açúcar e a farinha a outros amigos, acionando o princípio da confiança, pois quando faz parte do “pedaço”, significa ser reconhecido a qualquer momento e em qualquer circunstância. (Magnani, 2000). Do contrário, o investimento teria sido inviável.

Aqui é notável também a força do desmembramento de várias redes atuantes, desde a que está diretamente ligada ao parentesco por afinidade, como também as redes de ajuda mútua entre amigos, vizinhos e conhecidos, que juntas é capaz de prover a troca que vai desde pequenos favores e se estende a grandes apoios, capaz de mobilizar parentes, amigos e vizinhos, formando uma extensa rede de solidariedade entre a comunidade.

O acionamento das redes funciona como mecanismo de vitalidade das relações vividas pelas pessoas que moram na franja e na subárea da Zona 1, podendo começar em casa e se propagar até aos laços de vizinhança e mais ainda, é capaz de proporcionar uma política de boa vizinhança na comunidade. Daí, a própria identificação das pessoas com o bairro onde moram, assinalando que não têm desejo de sair dali e acrescentam ainda que: “Só saiu daqui quando for para o cemitério.”, “Daqui só para minha outra morada”, “Eu só saiu daqui morto.”

O funcionamento das várias redes de apoio ganha força quando o sentimento de grande família orienta as relações entre vizinhos. A partir dessa lógica afetiva, os moradores da franja associam seus vizinhos como se fosse da família, como classifica seu

Francisco Morais, “Os meus vizinhos são como se fossem meus irmãos.” Ou então como declara Dona Amélia: “Aqui até parece que é tudo parente e até pode ser né, que todo mundo se conhece por aqui já de muitos anos.”

Se a vida na cidade favorece uma mentalidade individualista e relações sociais desenraizadas de sentimentos mais sólidos. É verdade também que ela produz segregação social, favorecendo então, o surgimento da periferia. No entanto, é na periferia onde se encontra o aparecimento de redes sociais mais resistentes e por isso podem ser comandadas por sentimentos de solidariedade e ajuda mútua entre vizinhos, amigos e parentes uma vez que, vivem em condições sociais semelhantes e cada um ajuda como pode. (Zaluar, 1994)

Nesse sentido, concordando com Elizabeth Both (1976), podemos dizer que esses laços de amizade presentes no local de moradia e que despertam o sentimento de pertencimento, e ao mesmo tempo, produzem o compromisso em ajudar quem está precisando só é possível em função de seus moradores pertencerem as “redes de malha estreita.”

Vejamos então como Both (1976) explica como se dá a formação de redes no tecido urbano:

“(...) as redes ... estão mais propensas a se desenvolverem em áreas onde os habitantes sentem que são socialmente semelhantes uns aos outros, sentem que pertencem à mesma classe social, qualquer que seja a sua definição de classe. Tais sentimentos de semelhança social mostram-se mais fortes em áreas da classe operária, estabelecidas de longa data, nas quais existe uma indústria local dominante ou mesmo um número relativamente pequeno de ocupações tradicionais.(...)”(p.114)

Esse sentimento de pertencimento tão presente na franja e na subárea da Zona 1 dificilmente poderia ocorrer quando pormos em evidencia o Centro do bairro localizado na Zona 1, porque seus moradores preferem manter-se afastados tanto de seus parentes de origem, e, principalmente, em relação aos seus vizinhos.

Ora, esse sentimento de distanciamento social dos moradores do Centro do bairro localizado na Zona 1 em relação ao restante dos residentes do bairro nos faz lembrar da discussão de Bourdieu (1999) ao afirmar que o espaço físico reflete as relações de hierarquias do espaço social, ocasionando o que ele denomina de “efeitos de lugar”.

A partir do que fora exposto até aqui, pode se assegurar que a existência de hierarquias tanto no Alto da Conceição quanto na franja são responsáveis em definir o grau de pertencimento e integração, distanciamento social e exclusão dos moradores das áreas

pesquisadas, permitindo a criação de uma escala de valores nas relações cotidianas no lugar onde se vive.

Queremos esclarecer que o sentido de hierarquia empregado aqui se baseia nos apontamentos de Elias e Scotson (2000) ao estudar a pequena comunidade de Winston Parva na Inglaterra. Segundo eles, as relações de hierarquia promovem sentimentos que inclui quem faz parte da cadeia de amizade, nutrida por relações de prestígio e poder ao passo que exclui quem não participa dessas relações e passam a ser vistos como intrusos e inferiores no local de moradia.

Diante desse panorama de distinções que classifica a pessoa e o lugar, instituindo “símbolos de prestígio” e estigmas sociais, resta -nos saber como são feitas as escolhas de eleição do cônjuge, ressaltando que esse tema aparece contemplado nos estudos de estratificação social e a peculiaridade do bairro Alto da Conceição e de sua franja torna-se um lugar apropriado para esse empreendimento.

CAPÍTULO 4 - Escolhendo com quem se casa: faces ambivalentes do casamento no bairro Alto da Conceição – Mossoró (RN)

Evento considerando como um dos principais ritos de passagem na vida humana, o casamento representa grosso modo, o reconhecimento social da união de um homem e uma mulher, implicando no compromisso de certas obrigações e direitos que variam de uma sociedade para outra. Nessa perspectiva, Scott (2001) citando Van Gennep declara que o casamento representa a passagem de um estágio da vida para um outro em que se deixa de assumir uma “*identidade social*” própria daquele ciclo da vida para se ingressar numa nova “*identidade social*” ou mais precisamente,

‘o casamento envolve ritos que simbolizam a saída do estado de ‘solteirice’, a outros cerimonizados, que simbolizam a transição; e ainda outros que mostram a chegada ao estado de casado com todas as responsabilidades de pertencimento ao grupo que a plenitude da passagem implica.’ (Scott: 2001, 69).

Nesse sentido, se o casamento impõe ao indivíduo a inserção de novos papéis sociais e de novas obrigações ao novo grupo, passando conseqüentemente a ter laços de afinidade com os parentes de ambos os cônjuges, é oportuno que o grupo ao qual o indivíduo está inserido ou a família a qual ele pertença se preocupe com a escolha do cônjuge, uma vez que tal eleição pode trazer tensões e conflitos, interesses ou prejuízos aos parentes do noivo ou da noiva. (Leach 1974; Lévi-Strauss 1982; Goode: 1969)

Logo, é pensando nessa proposição que tomamos o bairro Alto da Conceição e sua *franja* como um lugar adequado para identificar como são feitas as escolhas matrimônias, uma vez que no lugar existe uma hierarquia que classifica seus moradores de acordo com a posição que ocupam no espaço de moradia, buscando identificar ainda, se os casamentos realizados ali privilegiam a homogamia ou a heterogamia, enquanto mecanismo de identificação social.

4.1. Escolhas matrimoniais na Zona 1: uma nobre seletividade do casamento?

Em alguns grupos sociais a escolha do cônjuge exerce maior controle sobre os indivíduos, principalmente quando se trata de grupos mais fechados, ou de setores sociais mais elevados, ao passo que quando a escolha é feita através das semelhanças do grupo, quando se trata de camadas mais pobres da população, o indivíduo possui mais liberdade de escolher. (Goode, 1969).

Vale lembrar que a seletividade do cônjuge ainda pode ser orientada através de certos atributos econômicos, religiosos, étnicos, estéticos, culturais ou através de certas qualidades especiais. (Belhadj, 2000). Todavia, durante o processo de seleção do cônjuge alguns critérios podem ser mais privilegiados que outros como podemos ver a exemplo do bairro Alto da Conceição e da franja.

Tanto no Centro da Zona 1 quanto na subárea da Zona 1, embora se almeje um casamento hipergâmico, visando a inserção num estrato social mais elevado, já que nesse lugar de moradia há a valorização de pessoas por ser portadoras de “símbolos de prestígio,” o que se identificou foi à eleição do cônjuge ser baseada na idéia de amor, mesmo a contragosto dos pais do cônjuge.

A exemplo desse fato podemos mencionar o depoimento de Dona Josenira moradora da parte mais valorizada do bairro que fica no Centro da Zona 1. Segundo ela, seus pais pretendiam que ela se casasse quando estivesse apta para competir no mercado matrimonial, cuja finalidade era aumentar as chances da filha escolher um candidato que pertencesse a um outro estrato social. Porém, o sentimento afetivo da filha, deteve o investimento dos pais da noiva de casar a filha fora do seu grupo social. Como consequência, houve uma rejeição por parte dos pais da noiva em “abraçar”, para utilizarmos a expressão de Dona Josenira, a união.

Vejamos então o que ressalta Dona Josenira:

‘Minha família não queria o casamento porque eu era jovem né. Eu tinha 17 anos naquela época e minha família não queria. Meu pai não queria que eu casasse, porque ele dizia assim: eu quero dá o melhor para você. Não quero que você case agora. Aí você continuava a estudar e mais na frente você se aprontava para casar. Mas só que quando a gente é jovem né, não têm planos. Aí casei. Aí depois ele abraçou. Tinha que abraçar mesmo né. Meu pai não

queria porque eu não tinha casa né, na época meu marido trabalhava, mas não tinha um emprego fixo. Era um empregozinho besta, aí depois deu certo. Depois de 3 anos, aí a gente melhorou de vida. Ele arranhou um emprego na Petrobrás.” (Dona Josenira – nome real – entrevista realizada em 19/07/04)

O casamento aqui aparece associado mais do que a um laço que une um homem e uma mulher. Na verdade, o depoimento sugere o casamento como um *‘projeto’* e um *‘campo de possibilidades’* no sentido empregado por Gilberto Velho (1994), quando o pai da noiva declara na sua fala o seguinte *‘Eu quero dá o melhor para você. Não quero que você case agora. Aí, você continuava a estudar e mais na frente você se aprontava para casar.’*

Para Velho (1994) *‘projeto’* significa *‘a conduta organizada para atingir finalidades específicas’* e que pode mudar com o tempo, sendo que o indivíduo não tem apenas um *‘projeto’* em mente, mas vários. Além do mais, *‘o projeto é uma antecipação de no futuro dessas trajetória e biografia, na medida em que busca, através do estabelecimento de objetivos e fins, a organização dos meios através dos quais esses poderão ser atingidos’* (p.101).

Já o *‘campo de possibilidades’* representa a formulação de meios para alcançar a implementação dos projetos. Aqui essa conceituação aparece expressa quando o casamento aspirado pelo pai da noiva seria um meio de inserir a filha num novo universo social. Tal noção também é reconhecida na fala de Dona Josenira ao apontar que , *‘quando a gente é jovem né, não têm planos’*.

Quando indagada se casaria com uma pessoa de uma outra religião que não a sua, Dona Josenira anunciou com muita propriedade que não casaria alegando que era uma pessoa *“muito católica.”* Aqui, como podemos ver há um outro critério implícito na escolha que poderia ser posto em prova caso o pretendente fosse de uma religião incompatível com a sua. Entretanto, no caso dela, a religião não foi o item principal no processo de escolha, porém a escolha foi fundamentada na noção de sentimento afetivo como apontou Dona Josenira quando indagada sobre o assunto afirmando o seguinte: *‘Eu gostei dele. Gostei do jeito dele e pronto. Namoramos uns 4 anos para poder casar.’*

Embora Dona Josenira declare que elegeu seu consorte por causa de uma razão afetiva, a verdade é que seu consorte possui características semelhantes quanto à questão da procedência, pois ambos são filhos de ferroviário, cursaram até o ensino médio, possuem a mesma identidade religiosa, ambos não são de cor, e se enquadram no mesmo perfil socioeconômico. Atualmente, moram com seus três filhos. Todos solteiros. Um

terminando o ensino médio e os outros dois cursam o ensino superior e o marido presta serviço a Petrobrás no setor de engenharia. Diante desse cenário podemos afirmar que, o casamento de Dona Josenira é homogâmico porque se casou com um cônjuge semelhante às características de seu grupo social.

Logo, se Dona Josenira fez a seleção do cônjuge baseada por razões sentimentais segundo ela, o fato é que se casou com alguém com as semelhanças de seu grupo, contrariando a aspiração dos pais de vê-la casada com o pretendente que aos seus olhos seria inelegível porque ansiava um casamento hipergâmico para a filha.

Situação similar ocorreu com o casamento de Seu Donato com Dona Salete que evitou que se casassem fora do grupo social, pois ambos são primos e filhos de fazendeiros. Aliás, quando foi feita a pesquisa, Seu Donato frisou com muito orgulho e entusiasmo que era agropecuarista.

Seu Donato afirmou que no passado teve muitas namoradas, mas elas eram *“extras”* e não tinha o interesse em casar com nenhuma delas, pois segundo ele era *“só para se divertir, tirar um saro com elas”*. Somente depois resolveu levar a sério à idéia de buscar alguém para casar, ou como bem mencionou Seu Donato: *“Aí quando resolvi casar mesmo, aí eu disse: agora vou procurar uma namorada que seja oficial”*.

Esse depoimento de Seu Donato nos revela que quando se pensa em casar, não se casa com qualquer um. Daí o fato dele assinalar que tinha muitas namoradas, mas que nem uma delas seria elegível. Assim, a namorada *“oficial”* que Seu Donato buscou foi a sua prima que morava perto de sua residência, apesar de assegurar que ela era uma prima distante. Na avaliação dele, os critérios averiguados na escolha são de ordem estética e de temperamento como podemos identificar na sua fala: *“É porque eu vi a natureza dela, ao natural né. Ela era muito calma, e a formosura. Achava ela bonita e daí foi se generalizando e aí deu certo.”*

Todavia, ao aprofundarmos a entrevista identificamos que as famílias da noiva e do noivo se conheciam e ambas tinham gosto e estavam satisfeitos com a eleição do cônjuge porque na verdade não haveria a inserção de um novo membro no grupo que pudesse tornar difícil o relacionamento entre os parentes da noiva ou do noivo. Foi nesse instante que descobri que eles eram primos e pude constatar que além desses critérios mencionados por Seu Donato, o que está em jogo na verdade é o fato das famílias já se conhecerem e os noivos permanecerem ligados à mesma parentela através do casamento, assegurando principalmente a preservação da terra na mesma família, uma vez que o casamento com um estranho implica em repartir o patrimônio familiar e pode ser visto

como uma ameaça à integração do grupo e da reprodução econômica que se dá através da terra, sendo portanto preferível casar os filhos com primos. (Ellen Woortmann, 1995)

Logo, o casamento endogâmico, passa a ser uma medida de segurança na manutenção da terra e na reprodução econômica desse tipo de grupo social. Nesse sentido, é justificado porque as famílias de Seu Donato e Dona Salete tinham interesse nessa união, já que não estava sendo inserido um estranho ao grupo que pudesse representar riscos a preservação do patrimônio familiar que é a terra. Portanto, o casamento realizado foi endogâmico, e como tal, está menos suscetível a riscos.

Segundo Seu Donato a família dele aprovava o casamento porque, *‘às famílias achavam que faziam bem né. Atendia as características e opiniões das duas famílias. Elas faziam muito gosto porque já tinham amizade né, já que nós somos parentes né. É porque na verdade nós somos ainda primos.’* (Seu Donato – Nome real – entrevista feita em 25/06/04)

Já Dona Salete sempre muito contida em suas palavras, acrescentou que a família dela aprovava o seu casamento com Seu Donato porque *‘via que era uma pessoa responsável e que dava certo.’*

Quando o casamento é aceito tanto pela família da noiva como pela a família do noivo, é notável que se destine um tempo para o noivado com a finalidade de se *‘arrumar’* para casar, pois o casamento implica num alto investimento afetivo e principalmente, financeiro, uma vez que um novo lar será constituído. Tentando demonstrar esse momento que antecede o matrimônio, Seu Donato diz o seguinte:

‘Cinco anos dentre namoro e noivado. Era para ter sido casado antes, mas houve aí umas interferências com as secas, né, e eu toda vida fui um camarada equilibrado viu. Fui primeiro escapar, tratar dos gados que era uma segurança que a gente tinha, a fazenda. Fui primeiro tratar do gado para só depois salvar o gado, para depois casar, de fato aconteceu isso. Aí fui fazer a casa. Minha casa lá era boa num sabe, muito boa minha casa lá, graças a Deus. Aí fui primeiro fazer a casa, aí depois foi que a gente casou.’ (Seu Donato – Nome real – entrevista feita em 25/06/04)

No caso de uma outra entrevistada, a escolha de cônjuge não se deu de maneira habitual, pois ela conheceu o esposo através do disqui-amizade. Um tipo de serviço disponibilizado pelas operadoras de telefonia. Segundo Dona Maria José, o fato de ter recorrido a esse tipo serviço não tinha a finalidade de encontrar um marido, mas sim, fazer amizades e *‘bater -papo’*. Porém, um certo dia começou a conversar com um rapaz e se agradou da voz e do papo dele. Depois daí começaram a conversar mais freqüentemente e

então até ele sugeriu um encontro. Após alguns encontros iniciaram o namoro que resultou no casamento.

Comentou Dona Maria José que o esposo dela na época estava noivo já de 4 anos anos, estando tudo comprado para o casamento, entretanto desistiu para se casar com ela. Conta ainda Dona Maria José que a família dele não teve receio do filho casar com ela apesar do namoro entre os dois ter sido muito breve, apenas um mês, porque ela era uma moça do “sítio” . Não era como as moças da cidade que não *‘tem juízo’*. Vejamos,

“A família dele aprovava porqu e viu que eu era a moça ideal para casar com o filho deles né. Eles apoiavam demais. Quando ele disse que ia casar, está bom demais, em vez de procurar uma moça da cidade, foi procurar uma do sítio num sei que, essa daí é que tem juízo. Sei que graças a Deus, até agora tem dado muito certo com a família dele.” (Maria José – nome real – entrevista concedida em 16/06/04)

Por sua vez, a família da noiva viu nesse relacionamento uma oportunidade da filha sair da casa de parentes, uma vez que eles residiam na zona rural de Mossoró. Mas para uma total aceitação, seria oportuno saber informações sobre o pretendente da filha e da família dele. Após obter *‘boas informações’* , a família dela aprovou a união. Foi o que nos disse Dona Maria José como podemos ver logo abaixo:

“Quando eu comecei a namorar ele, a minha família foi das pessoas que mais deram apoiou porque na época eu morava com os parentes aqui, minha família morava no sítio né, aí já botava a gente nas casas dos parentes para estudar, aí de repente se aparecesse uma pessoa assim, boa né, até que aí apareceu ele. Aí a minha família procurou saber quem era ele, aí a gente teve boas informações dele, da família dele, aí pronto, apoiaram muito.” (Maria José – nome real - entrevista feita em 16/06/04)

Através desse último depoimento, podemos perceber que apesar da liberdade de escolha da noiva, é visível a tentativa da família da noiva interferir no processo de eleição do cônjuge, quando buscou informações a respeito da procedência do candidato e de seus familiares. Essa possibilidade de interferência dos parentes da noiva também pode ser identificada na recusa da filha se interessar por alguém de uma outra religião, pois seus familiares não aceitavam que Dona Maira José desposasse um cônjuge, cuja religião fosse diferente da adotada por eles, porque segunda a entrevistada, sua família era muito devota da *‘da religião católica’* . Nesse sentido, a religião poderia ser um empecilho para a não concretização do matrimônio.

Embora não tenha sido o critério de escolha de Dona Maria José a religião do cônjuge, aqui o primeiro atributo que despertou para uma possível aproximação foi sem sombra de dúvida, a voz e o bom papo que prendia um ao outro através das conversas telefônicas, sendo suficiente para brotar o interesse afetivo, mas que se tornou secundário após se conhecerem pessoalmente, haja vista que, novos itens de eleição foram acrescentados como ser uma pessoa “*sincera*”, “*alegre*” e “*carinhosa*” e especialmente, o que a fez decidir pelo casamento foi o amor, que segundo ela, *‘falou mais alto.’*”

De modo semelhante, os critérios de eleição do cônjuge também mencionados por uma outra entrevistada incidem em valores subjetivos, apesar de que quando estavam pretendendo se casar à diferença de idade entre um dos cônjuges desapontou os familiares do noivo, que discordavam do namoro porque achavam o filho jovem para ter um relacionamento mais sério.

Não só os parentes do noivo tinham receio em relação à diferença de idade, mas a própria entrevistada em sua fala deu bastante ênfase nesse aspecto através de seu tom de voz. Apesar do temor, a diferença de idade entre os cônjuges é quase insignificante quando vemos no dia-a-dia outros casais onde a diferença pode se estender até mais de 10 anos de idade. Aqui, essa distância foi apenas de dois anos, mas que causou impacto na vida desse casal como podemos perceber através do depoimento de Lúcia:

‘Eu sou mais velha que ele. Apenas dois anos, mas foi bom porque foi diferente dos outros namoros que eu tinha tido, porque normalmente a gente namora um rapaz um pouco mais velho né? Ele era muito jovem. [destaque quanto a esse aspecto] Quando a gente começou a namorar ele tinha dezessete anos e quando a gente casou ele tinha vinte. A família dele achava que ele era muito jovem e já tava num namoro muito sério. Engraçado que os pais dele não deixava muito ele sair. Ele foi criado de uma forma muito diferente da maioria desses jovens que tem. Nunca foi de festa, de farrear. Ele não bebe, ele não é de festa esse tipo de coisa. Eu nunca fui muito, mas também não era da forma com ele era. Então, foi diferente, mas essa coisa de diferente foi que foi que a gente foi se pegando um ao outro. Foi uma adaptação com ele.’ (Lúcia – nome fictício – entrevista concedida em 01/07/04)

A entrevistada além de declarar que o seu futuro cônjuge “*era muito jovem*”, salienta as disparidades de conduta dele em relação a outros rapazes na mesma idade que ele, pois seu noivo demonstrava muita seriedade. Não era uma pessoa de festa, não gostava de beber ou de “*farrear*”, inclusive deixando transparecer nas entrelinhas que esse comportamento “*diferente*” do marido tornava conflituosa a relação conjugal, haja vista

que, o casamento para ela *‘foi uma adaptação*, mas como o tempo foi *‘se pegando um ao outro’*.

Essa dificuldade que aponta a entrevistada de se adaptar ao jeito *“diferente”* do marido, nada mais é do que o choque com o *‘habitus’* do marido que ela não estava habituada, uma vez que o *‘habitus’* na conceituação de Bourdieu (1983) é responsável em introduzir no indivíduo, modos de vida e gostos distintos conforme a reprodução do espaço social a qual o agente social foi socializado. Daí o estranhamento de Lúcia com o modo de ser do marido.

Quando indagada a respeito do motivo que a fez decidir se casar com o seu marido mesmo identificando hábitos divergentes que poderiam torná-lo inelegível quando ainda namoravam, os argumentos empregados pela entrevistada aparecem vinculados a adjetivos que classificam a conduta de uma pessoa, mas não expressa que a escolha foi orientada pela noção de amor, nem expressa ao longo da entrevista que ela tenha sido guiada por motivações religiosas, étnicas ou econômicas. Na sua explicação declarou que casou com seu marido porque ele *“é uma pessoa muito boa. É um ser humano muito bom. Não só como homem que ele é diferente. Ele é diferente como pessoa. Ele é muito bom. Tem bom coração.”*

Apesar da entrevistada não deixar muito claro os motivos pelos quais elegeu seu marido, quando passamos a cruzar com outras perguntas, passamos a ver que nas entrelinhas de sua fala, o real motivo para a realização do casamento parece ter sido a gravidez, pois com pouco tempo, cinco meses de casada, nasceu o primeiro filho e ao casar teve que ir morar na casa da família da noiva, permanecendo lá um ano. Além disso, Lúcia em muitos trechos de sua entrevista considera o casamento como uma prisão e falta de liberdade, preferindo a vida de solteira. Daí ser possível se compreender mais facilmente o sentido do *“a gente foi se pegando um ao outro”* e do *“foi uma adaptação com ele”*, uma vez que, o amor não foi o ingrediente que possibilitou a união.

Ao sairmos do Centro do bairro na Zona 1 e deslocamos para a subárea da Zona 1, veremos que as escolhas matrimoniais se chocam com os interesses dos pais do cônjuge, mas acaba prevalecendo novamente à liberdade de escolher dos noivos, sendo que os casamentos realizados não chegam a ser hipergâmicos embora seja forte o desejo dos pais casar os filhos para cima, visando a inserção num estrato social onde existam como diria Goffman (1988), *“símbolos de prestígio.”*

Além do interesse econômico envolvido na escolha por parte dos pais, nessa parte do bairro outros critérios de seleção são fonte de discórdia entre pais e filhos que

desejam impedir o casamento do filho (a) com uma pessoa de cor ou de uma outra religião que a não adotada pelos pais do cônjuge em questão. Em algumas situações não só os pais que rejeitam o matrimônio com alguém de outra religião, mas o próprio cônjuge.

Nessas circunstâncias podemos aludir ao exemplo de Dona Fernanda que foi categórica ao afirmar que se fosse escolher alguém para casar teria que evitar se interessar por um rapaz que fosse de religião oposta a de sua família porque segundo ela iria *“criar muita polêmica porque geralmente as pessoas que não são católica não aceitam os católicos. Eles querem mudar e eu jamais mudaria. Com certeza não ia dá certo.”* (nome fictício – entrevista feita em 01/07/04)

Adepta dessa mesma opinião, Dona Lucinda frisou que seria incompatível se conviver com duas religiões ao mesmo tempo porque cada um iria querer impor a sua religião ao consorte, podendo até mesmo caçar da religião do outro. Assim para evitar desfeita é melhor não desposar alguém com uma religião divergente de um dos cônjuges.

Ela nos conta então que:

“Não dava certo duas religiões. É porque um fica atingindo o outro. Que eu sempre escuto assim, quando a pessoa fala que fulano só fica brigando porque eu vou para igreja católica e ele é evangélico e eu sou católica, aí é uma confusão grande. Quer que a pessoa siga a lei dele, e a gente tem vontade que ele vá para nossa igreja também. Aí é difícil dá certo. A não ser que um se converta para lei do outro, que é muito difícil. Quando a pessoa é católica de verdade mesmo, é o católico verdadeiro e tem fé em Jesus, muda tudo. Eu vou morrer na minha religião. Tem um casal ali que o homem é crente e a mulher é católica, quando ele sai para religião dele, aí ela diz: o crente sem vergonha já vai. É por isso que eu acho que nunca dá certo. Ou seja um, ou seja outro. Tem uma pessoa ali, uma mulher que mora ali, perto da igreja. Alice era católica, era da legião parece, não é. Aí passou para lei dos crentes, passou uns tempo e voltou para religião católica. Hoje ela já está esclerosada, mas é na igreja católica. Não saiu. Ela se preocupou muito quando saiu. Ela disse que, Ave Maria, quase enlouqueci. Aí voltou. Resolveu voltar. Eu toda vida fui assim, fui uma pessoa assumida, se eu dizer que eu vou seguir aquilo ali, pode vir que você encontra. Eu graças a Deus, eu sou uma pessoa assumida.” (Dona Lucinda – nome verdadeiro – entrevista concedida em 23/06/04)

Se por um lado Dona Fernanda e Dona Lucinda cuidaram em não eleger um cônjuge que pertenciam a uma outra religião, o sentimento afetivo foi o motivo julgado na escolha. Todavia, a interferência dos pais do cônjuge exerceu seu poder de pressão, sendo que novamente a liberdade de selecionar alguém prevaleceu.

Assim, no caso do casamento de Dona Lucinda com Seu Antônio, a família da noiva inicialmente discordava dessa união porque Seu Antônio era um homem de poucas posses e seu pai era fazendeiro, mas com o tempo haja vista que o namoro já se estendia

por alguns meses, o pai resolveu casá-los. É como podemos apreender na fala de Seu Antônio logo em seguida:

‘Eles achavam assim, porque o pai dela tinha nome de rico sabe, era fazendeiro. Tinha nome de rico e eu muito pobrezinho né, morava numa casa de taipa né, aí eu achava assim que, lugar que povo tinha as coisas e eu tão flagelado né. Aí num dia ele perguntou, quando é que você quer casar? Eu disse: lá para o fim do ano. Ele disse: Por que? Porque eu não tenho nada. Aí ele disse: você tem um prato e uma colher? Eu disse: tenho. Pois nós vamos fazer o casamento. Vamos casar vocês. Mas eu tinha, era porque eu disse que não tinha. Mas eu já tinha de tudo. Já tinha tudo quanto era de louça de casa eu tinha. E ela também tinha umas coisas. Eu sei que nossa casa era mais ou menos né.’ (Seu Antônio – nome verdadeiro – entrevista concedida em 23/06/04)

Explica Dona Lucinda que seu pai resolveu casá-la logo porque segunda ela, *‘lá o velho era brabo,’* e em razão desse temperamento, seu pai falou o seguinte para ela: *‘Namorou casou. Aqui rapaz não alisa banco não. É por isso que ele casou.’*

Já Dona Maria nos confessa que os pais de seu noivo aprovaram o casamento dela com o filho deles porque ela vinha de *‘uma família com boas referências’* e demonstrava ser *‘uma moça boa’*, justificando que antes era comum os pais levarem em consideração a procedência do cônjuge como medida de precaução para se evitar desgostos futuros com o futuro genro ou nora que for eleita ou eleito.

Aqui o critério adotado por Dona Maria para escolher o cônjuge se baseou no sentimento afetivo, embora tenha deixado escapar que casou também com ele porque seu noivo *‘demonstrou’* gostar dela e também de sua família, mas mesmo assim tinha *‘medo de se perder’*. Vejamos então o que ela nos revelou em seu depoimento:

‘Eu fiquei com ele porque ele era uma boa pessoa. Sempre demonstrou gostar de mim, da minha família e tudo. Nessa época, e as coisas era muito difícil. Há vinte seis anos atrás não é o que é hoje né. Hoje as menininhas já conhecem um rapazinho e já vai se entregando e é com essa estória desde fica e num sei que; na nossa época não era assim não minha filha. Era sério. Namoro, noivado foram tudo 10 meses e 26 dias, e a gente casou. E ainda tinha medo de se perder’. (Dona Maria – nome fictício – entrevista realizada em 05/07/04)

No caso de Dona Francisca a eleição do cônjuge foi fonte de desavença com sua mãe em virtude do rapaz a quem estava interessada em desposar ser *‘alvo’* e *‘baixo’* e ela ser de cor. Nos conta Dona Francisca que por causa da cor da pele de seu pretendente e de sua estatura, o namoro foi proibido e teve que namorar escondida porque senão era castigada caso sua mãe soubesse que estavam de namoro.

Acompanhemos então como foi o desenrolar desse conflito entre mãe e filha por causa da escolha do cônjuge:

‘Meu namoro começou complicado porque minha mãe não queria. Não queria ele porque era alvo e era baixo. Aí ela não queria. Namoremos dois anos escondidos. Foi dois anos de sofrimento para mim e ele para nos encontrarmos. Cada uma vez que eu o via era uma surra que eu levava quando chegava em casa. Ela sempre descobria e dava uma surra, e dizia que acabava, né. Aí ela se agüentava uns dias. Aí você sabe que o povo é fofoqueiro né? viam eu com ele e diziam a mamãe e eu levava outra surra, e assim, nós nunca terminemos o namoro. Depois de dois anos de namoro, aí eu completei dezoito ano, aí foi eu disse que ia trazer ele para casa. Se ela quisesse eu trazia, se ela não quisesse eu também trazia porque eu tinha o apoio de meu pai. Meu pai não se importava. Só minha mãe. Passemos mais dois anos namorando e quando ele mim pediu, foi pedir para papai porque mamãe não deixava. E quando passou um ano, nós passemos um ano noivo e aí no dia que eu estava fazendo vinte anos eu casei. A minha mãe não foi para o meu casamento. Ela queria sair de casa no dia que casei. Agora meus irmãos foram. A mãe dele disse que simpatizava muito comigo. Gostava de mim. Lá sabia que minha mãe não queria, mas eles nunca se importavam.’ (Dona Francisca – nome verdadeiro – entrevista cedida em 01/07/04)

Outra escolha que desafiava a vontade dos pais foi à estória de Dona Socorro. Aqui, o conflito aparece relacionado com “*símbolos de prestígio*” pois os pais da entrevistada esperavam casar a filha com alguém melhor de vida, mas a filha resolveu eleger um rapaz “*pobre*” para se casar, desagradando o desejo de seus pais em arranjar um bom casamento para ela.

Apesar dos pais da noiva discriminar o pretendente da filha porque era de família pobre, o fato é que eles também eram de origem pobre. O pai da noiva era agricultor em Cumurupim, zona rural de Mossoró, RN, mas teve que vir para a cidade buscar melhoras, arranjando um emprego na prefeitura para fazer calçamento. Já sua mãe trabalhava lavando roupa para ganhar dinheiro. Mesmo assim, alegavam que tinha receio do casamento da filha não ser bem sucedido em virtude da condição social do noivo que era insatisfatória. É o que esclarece a entrevistada:

‘A família dele nunca disse nada não. Meus pais que não queriam porque ele era pobre. Meus pais também eram pobres, mas só que tinham medo de não dá certo e ele não tinha com que casar e tal né, mas Jesus mostrou o jeito né, dele ter com que. Graças a Deus a gente tem. Todo dia quanto mais dias se passam mais bem a gente tem, graças a Deus, mais a gente vivi bem, graças a Deus.’ (Dona Socorro – nome verdadeiro – entrevista feita em 01/07/04)

Em relação a esse aspecto Nader (s/d), esclarece que mesmo nas camadas mais pobres da população, há um interesse dos pais casar os filhos com alguém de uma classe social privilegiada ou com melhores posses que a sua. Assim, é muito corriqueiro as famílias tentarem escolher um *‘bom partido’* para os filhos, visando uma mobilidade social.

Se os pais de Dona Socorro não se agradavam da escolha do noivo da filha, visando interesses utilitários, por sua vez, a eleição do cônjuge foi feita através de outros interesses como o fato do escolhido ser um rapaz que não tinha uma família porque seus pais haviam falecido e era *‘humilhado’* na casa da tia que o criou, mas o principal motivo para selecioná-lo foi o amor. Vejamos:

‘É que ele era uma pessoa que precisava muito de um casa mento que morava nas casas dos outros. E quando a gente começou a namorar ele falava muito de casar logo porque ele não tinha condição de viver morando com os outros. Vivia nas casas do outros sendo humilhado. Morava na casa da tia, tinha os filhos das tias dele que humilhava ele tal, aí portanto a gente casou logo. Namoro e noivado foram um ano e uns meses entre namoro e tudo. Ainda durou muito porque a gente não tinha condição. Nosso namoro foi muito legal, muito bom nível. Ele nunca ... toda vida ... quanto mais dias se passava mais a gente criava amor um pelo outro. E a prova foi tão grande que a gente namorou muito pouco. Aí a gente falou logo em casamento. A gente não casou logo porque não tinha condição e a nossa família não tinha condições de fazer o nosso casamento, aí começou a trabalhar e o pouco que ganhava começou a levantar nosso ranchinho, um ranchinho mesmo de taipa, era até aqui nessa rua mesmo e a gente casou’. (Dona Socorro – nome verdadeiro – entrevista feita em 01/07/04)

Em outros depoimentos pode ser visto que a escolha do cônjuge segue orientada através de critérios subjetivos ou ainda através da conduta do cônjuge como ser *‘uma moça reservada’*, *‘um rapaz trabalhador,’* *‘a família dele era muito educada’*, *‘ele não bebia’*, *‘hão gostava de festa’*, *‘era um rapaz calmo’*, *‘hão tinha vício’*, *‘era uma pessoa muito íntegra e de muito caráter’*.

Através dessas definições, o que podemos destacar é que os critérios de eleição nem sempre é levado em conta interesses utilitários. Na verdade, as pessoas também levam em consideração itens que mais tarde podem dificultar a convivência do casal, pois se os temperamentos são muito contrários, pode produzir efeitos negativos na conjugalidade, inclusive podendo desencadear conflitos que tem como resultado o divórcio.

A respeito desse aspecto Linton (1981) nos esclarece que mesmo se a escolha do consorte resulte de um casamento arranjado entre famílias e que a união tenha em vista

a necessidade de atingir interesses econômicos, é importante que os cônjuges tenham pelos menos “*correspondência emocional*” para que o casal possa “*viver juntos.*” Assim, os pais dos cônjuges buscam casar seus filhos com pessoas que tenham “*afinidade*” para que o casamento não tenha como resultado o divórcio. Nesse sentido, ao explicar a questão da “*afinidade*” Linton (1981) acrescenta o seguinte:

‘Mesmo quando os casamentos são arranjados pelos pais e os jovens não têm oportunidade de se conhecerem antecipadamente, existe usualmente um esforço sincero para reunir indivíduos que tenham possibilidades de viver felizes juntos. Assim, diz um provérbio chinês que se deve casar os filhos e as filhas com membros das famílias quem moram em frente, isto é, que têm o mesmo background e a mesma posição social. Pessoas provenientes dessas famílias têm mais probabilidades de acomodação recíproca que as provenientes de background acentuadamente diferente.’ (Linton, 1981: 174)

Quando a afinidade entre o casal é insatisfatória, tornando difícil levar adiante o matrimônio, a alternativa para o problema está no divórcio. Segundo Linton (1981), o divórcio é uma “*instituição*” que reconhece a incompatibilidade de “*afinidade*” e de “*felicidade*” entre o casal, haja vista, que seus “*padrões culturais*” não se acomodaram o suficiente na vida conjugal, deixando o casal de desenvolver uma “*afeição recíproca*”, sendo esta, fundamental para a estabilidade conjugal.

A partir do instante em que Linton (1981) nos chama a atenção para a necessidade da “*afinidade*” entre os futuros cônjuges como requisito relevante à continuidade do matrimônio, sendo a “*afinidade*” encontrada quando os cônjuges compartilham de “*padrões culturais*” semelhantes, passamos então a compreender porque as escolhas do cônjuge na Zona 1 do bairro Alto da Conceição aparecem associadas a fatores subjetivos como sentimento afetivo, ou a conduta do cônjuge como “*ser alegre*”, “*ser carinhoso*”, “*hãõ ter vício*”, dentre outros critérios.

Nas duas partes que compõem a Zona 1 do bairro Alto da Conceição identificamos que embora mais da metade dos casamentos realizados ali desperte o interesse pela mobilidade social, buscando os pais dos cônjuges celebrar um casamento hipergâmico, o que os depoimentos revelaram foi que eles são quase todos homogâmicos, apenas teve um caso que a questão da cor foi realmente alvo de conflito entre a mãe da noiva e os noivos e que apesar da discórdia, o casamento foi efetivado. Nessa circunstância poderíamos acrescentar que o casamento realizado foi heterogâmico.

Outro elemento interessante que foi revelado é que quase todos os casamentos realizados na parte que está mais próxima do Centro da cidade e que se estende até perto

da igreja católica, os moradores se casaram com pessoas que residiam fora do bairro, inclusive o mesmo aconteceu com os filhos dos entrevistados quando estes tinham filhos em idade de contrair matrimônio. Talvez isso aconteceu porque os moradores da Zona 1 estivessem realmente buscando encontrar alguém que fosse de um nível social mais elevado, mas foram surpreendidos pela afinidade e acabaram casando com pessoas de padrões culturais semelhantes.

Nesse sentido, quando passamos a avaliar o nível de escolaridade, profissão, renda e a procedência dos cônjuges tanto no Centro do bairro como na subárea da Zona 1, identificamos que pertencem a estratos sociais aproximados, de modo que não há diferenças tão explícitas no *habitus* dos pretendentes, sendo os casamentos na sua maioria homogâmicos.

Diante desse contexto, podemos afirmar que os casamentos ocorridos na Zona 1, contribuem na continuidade das singularidades do espaço de moradia, já que as uniões não ocorrem com pessoas que pertencem a outros *habitus*. Logo, seus moradores continuam a reproduzir a identificação com símbolos de prestígio e as relações de hierarquia através da posição que seus moradores ocupam no bairro, já que os casamentos realizados não sugerem uma mudança nas relações de vizinhança presentes ali.

4.2. Entendendo o significado da seletividade do cônjuge na Zona 2

Diferentemente da Zona 1 onde o processo de escolha do cônjuge sofre maior interferência dos pais que desejam casar seus filhos com pessoas de outro grupo social, mas que acaba sendo os filhos que elege o cônjuge através de critérios mais subjetivos, mas que tem haver com valores do grupo a que pertence, produzindo casamentos homogâmicos e não heterogâmicos como pretendem os pais do cônjuge. Aqui, a cobrança dos pais sobre os filhos diante da escolha do cônjuge exerce menos controle.

Entretanto, essa fragilidade do controle dos pais sobre os filhos em relação aos critérios de eleição do cônjuge pode ser explicada quando levamos em conta as condições precárias em que vivem essas pessoas, reduzindo significativamente as chances de casar com alguém portadora de “*símbolos de prestígio*”, uma vez que, o contato com alguém com essas características é mais raro de suceder porque elas estão separadas por

“*distanciais sociais*” através do que Bourdieu (1999) qualifica de “*efeitos de lugar*”, permitindo que as pessoas continuem presas ao lugar.

Nesse sentido esclarece Bourdieu:

“O capital permite manter à distância as pessoas e as coisas indesejáveis ao mesmo tempo que aproximar-se de pessoas e coisas desejáveis (...). a proximidade no espaço físico permite que a proximidade no espaço social produza todos os seus efeitos facilitando ou favorecendo a acumulação de capital social e, mais precisamente, permitindo aproveitar continuamente encontros ao mesmo tempo causais e previsíveis que garante a frequência a lugares freqüentados. (...). Inversamente, os que não possuem capital são mantidos à distância, seja física, seja simbolicamente, dos bens socialmente mais raros e condenados a estar ao lado das pessoas ou dos bens mais indesejáveis e menos raros. A falta de capital intensifica a experiência da finitude: ela prende a um lugar.” (Bourdieu, 1999: 164)

Ora, se os “*efeitos de lugar*” são responsáveis em produzir “*distâncias sociais*” ou aproximações entre as pessoas, é compreensível porque os casamentos nessa parte do bairro ocorrem entre iguais, ou seja, os casamentos se dão com pessoas que tem as mesmas condições sociais.

Se por um lado tomamos ciência que os “*efeitos de lugar*” atuam no sentido de colocar cada um no seu devido lugar como nos fala Da Matta, (1990), por outro lado, como podemos entender porque os pais exercem pouco controle sobre os filhos no processo de escolha do cônjuge na Zona 2, uma vez que se trata de um evento importante e pode ocasionar efeitos negativos para o grupo se a escolha não for equilibrada?

A resposta para tal situação está na explicação de Goode (1970). Segundo ele, isso acontece porque nas camadas mais pobres da população, os cônjuges possuem maior liberdade de escolha pelo fato de se ter pouca coisa a perder. Ao passo que, quanto mais alto for o estrato social a que pertence o indivíduo, maior será a pressão dos pais em relação à seletividade do consorte dos filhos.

Nesse sentido, o dar as coisas, o dar de comer, a conduta do pretendente, a noção de afeto, e secundariamente a beleza, passaram a ser os requisitos avaliados para tornar alguém elegível uma vez que nem a religião nem a questão da cor e muito menos ainda, o interesse de casar com alguém rico ou com melhores condições econômicas não foram empregados no processo de escolha do cônjuge na Zona 2.

Além da escolha do cônjuge na Zona 2 ser baseada nesses itens ilustrados logo acima, é importante esclarecer que na Zona 2 há uma predominância dos casamentos não serem uniões legais, mas sim, vive-se “*junto*”. No caso das pessoas que entrevistei todas

elas estavam nessas condições, com exceção de uma que no momento da pesquisa não desposava ninguém. Embora vivam *‘juntas’*, algumas das entrevistadas já tinham casado no civil, mas o casamento não foi bem sucedido.

O viver *‘junto’* é visto por Rosa Ribeiro (1994) como uma *‘ausência de cerimônia de casamento’*, sendo designado como uma *‘união consensual’*. Em oposição a esse tipo de união, Rosa Ribeiro (1994) dá o nome de união *‘legal’* que seria uniões em que os cônjuges passam a viver em companhia um do outro através de uma celebração só no civil, só no religioso ou em ambos. Entretanto, do ponto de vista jurídico, o casamento no religioso não é reconhecido como legal.

Enquanto Rosa Ribeiro (1994) classifica o viver *‘junto’* de união consensual, René Ribeiro (1982), em trabalho escrito originalmente nos anos 40, denomina de *‘amaziamiento’*. Para ele, o que caracteriza esse tipo de união é a estabilidade mais ou menos duradoura, onde não é exigido que a mulher seja virgem nem é ignorado o fato dela já ter vivido em companhia de um outro homem, inclusive tendo filhos dele. Da mesma forma também é aplicado aos homens. Contudo, no caso da mulher é cobrado segundo René Ribeiro, que ela seja fiel ao seu companheiro, se encarregando dos afazeres do lar e do cuidado com os filhos. Ao passo que ao homem é exigido dele que cumpra com as despesas da casa.

Assim, no caso de Dona Clecivânia a escolha do cônjuge aparece misturada com a noção de gostar e de *‘pena’* porque ele era uma pessoa sem ninguém para cuidar dele, haja vista que sua mãe havia falecido de forma desastrosa. Por causa desse incidente, acabou se envolvendo com companhias negativas que o fez tatuar o corpo, culminado com o seu envolvimento com drogas e bebidas. A princípio essas tatuagens na pele, somadas a sua conduta desviante poderiam ter se transformado em obstáculos para não elegê-lo. Não obstante, eles acabaram sendo ignorados pela entrevistada, passando ela, a associar o fato de ter aceito conviver com ele maritalmente a uma questão principalmente de *‘pena’*. Inclusive, relata ainda que ficou surpresa consigo mesma por ter se interessado *‘por esse tipo de pessoa.’* Vejamos,

‘Quando eu o vi até estranhei porque eu nunca tinha se interessado por esse tipo de pessoa. Ele tinha umas tatuagens e eu vi que ele não era uma pessoa assim, um cidadão. Ele era um rapaz meio perdido na vida, aí eu vi que ele tinha alguma coisa no olhar assim que expressava tristeza né, aí eu me aproximei dele. Aí, a gente conversando eu perguntei se ele tinha tido algum problema na vida dele para ele fazer aquilo no corpo dele, aquelas tatuagens. É pouca tatuagem, mas são umas quatro só. Aí ele disse que tinha perdido a mãe

dele. A mãe dele tinha falecido e ele mesmo que tinha visto ela. Encontrou ela dentro do quarto enforcada. Pendurada. Ele tinha 11 anos, aí depois da morte da mãe dele, ele começou a ficar solto na vida porque o pai dele bebia e ele era praticamente uma criança, 11 anos. Com desgosto que a mãe tinha morrido aí ficou assim, bebia, se acompanhava com mau companhia né, aí fez aquelas tatuagem porque os outros faziam. Até chegou a usar droga ele. Mas depois que o conheci, comecei a botar as coisas na cabeça dele. Coisas boas e de sair. Aí eu disse para ele que eu só ia ficar com ele se ele deixasse aquilo, aí ele deixou. Deixou mesmo. Parece que ele mesmo, ele chegou para mim e disse: Vânia eu sou uma pessoa muito ignorante. Eu sou um homem carrancudo. Um rapaz carrancudo, mas eu, a pessoa sabendo me levar eu sei também, agora eu só preciso de uma companheira para mim e mãe ao mesmo tempo porque, por sinal, que eu não tive porque minha mãe faleceu e eu fiquei assim muito cedo sozinho mais meu pai. Um amor de um pai não é igual a de uma mãe né, é diferente. Então foi isso aí que me aproximou mais dele. foi também por isso. Acho que por pena assim, que ele era sozinho.” (Dona Clecivânia – nome real – entrevista concedida em 11/08/04)

Clecivânia nos confessou ainda que teve de afrontar sua família no caso aqui representada pelo seu avô por causa da conduta desviante da pessoa com quem ela escolheu para conviver. Nas entrelinhas da entrevista é notável que Clecivânia lamentava que seu avô reprovasse a convivência dela com o seu cônjuge e ficou satisfeita em saber que seu avô ainda aceitou a sua união antes de falecer. É o que podemos perceber no depoimento abaixo:

“Meu avô não gostava dele porque ele já tinha visto o jeito dele se vestir. Um bonéu, camisa preta. Ele não gostava. Ele diz que esse tipo de rapaz não era homem. Não dava para ser homem de mulher nenhuma. Mas ele era solteiro. Era livre, aí pronto eu enfrentei minha família. Enfrentei meu avô por ele. Fiquei com ele. Até que ele, justamente já está falecido meu avô, mas ele acabou aceitando num sabe. Ele acabou aceitando meu namoro com ele. Fiquei com ele, aí resolvi chamar ele lá em casa, aí ele foi mais eu, já depois da gente junto. Depois da gente junto ele foi lá em casa, aí conversou mais meu avô, aí meu avô viu, ele falou que tava trabalhando. Meu avô viu que ele era uma pessoa assim que podia mudar e justamente ele morreu sabendo disso, meu avô morreu sabendo disso que ele já tinha mudado.” (Clecivânia – nome real – entrevista concedida em 11/08/04)

Já Dona Vandercléia atualmente não mora mais com o seu primeiro marido. Mas a todo instante da entrevista se considera bastante apaixonada, confessando que convive com o outro mas só pensa no primeiro marido. Segundo ela, o casamento com seu primeiro marido foi no civil e só o deixou porque o viu nos braços da outra e por isso nunca o perdoou. Conta ela que ele propôs ficar com as duas ao mesmo tempo, entretanto Dona Vandercléia não aceitou.

Nos adiantou ainda que casou com ele porque gostava muito dele e o achava muito bonito, mas a traição a fez separar-se. Quanto ao cônjuge atual, declara que não gosta dele. Ficou com ele porque *“ele apareceu na linha”* e *“a carne era fraca”*. Porém, fica com ele porque seu primeiro marido *“não dá nada aos filhos dela e esse de cá dá”*. Por essa razão é que ainda vive *“junta”* com ele apesar de saber que ele, às vezes, vai para a casa da outra que convivia antes de se *“juntar”* com ela. Inclusive, houve um tempo que chegaram a se separar, mas as investidas insistentes dele, a fez aceitá-lo novamente. É o que nos declara Dona Vandercléia. Vejamos,

“Passei quatro anos separada dele, aí eu vi que não dava certo, apareceu esse na linha e a carne é fraca e eu até hoje estou com ele. É. Não sei da manhã em diante. Na hora h eu só me lembro do outro. Faço até sem vontade. É sim. Não é mentira não. Faço mesmo só para fazer a vontade dele porque a minha mesmo não é não. Eu faço com o daqui, mas eu não faço com vontade não porque olhe, meu pensamento é no outro lá. É. Perante a Deus do céu. É. Não estou dizendo como é. Não é mentira não. Só que a pessoa quando gosta de outro, aí fica sempre no pensamento nele tá entendendo? Vivo com ele por viver. Mas eu gosto dele lá. Vivo com esse outro por viver porque o outro lá não dá nada aos meus meninos e esse de cá dá. É aquele ai, ai, ai. O sentido é esse aí. Não deixo ele e faço as vontade dele tá entendendo?” (Vandercléia – nome real – entrevista realizada em 12/08/04)

A justificativa para conviver com uma pessoa que não gosta em troca do sustento dos filhos nos faz lembrar das discussões feitas por Woortman (1987), em *A família das mulheres* ao estudar as famílias pobres de Salvador na Bahia. Segundo ele, entre os pobres, a mulheres dão continuidade ao casamento consensual com o intuito do companheiro assumir o provento do lar e o sustento dos filhos mesmo sendo filhos que a companheira trouxe de outro relacionamento. Em troca, o companheiro recebe dela serviços sexuais e domésticos como podemos ilustrar nessa passagem do texto de Woortman (1987),

“(...) Entre os pobres, as relações contraídas através de uma união conjugal podem envolver o uso estratégico. (...). Para a mulher, tal união é uma fonte de sustento, para si e para seus filhos; para o homem, é uma fonte de serviços domésticos e sexuais. Em caso de dissolução, uma nova relação pode ser construída de forma relativamente fácil, o que foi claramente atestado por minhas observações. (...) Ademais, o rompimento de uma união conjugal é geralmente iniciativa da mulher e se dá, não porque o marido ou companheiro é infiel, mas porque deixou de contribuir para o sustento da família. (...)” (p.114)

Se por um lado, Dona Vandercléia menciona que o motivo da separação com seu primeiro marido foi a infidelidade conjugal, por outro lado, numa outra passagem de sua fala, acrescenta que na época em que seu esposo conheceu a outra, deixou de contribuir com as despesas domésticas e sua sorte era que na época trabalhava numa escola prestando serviços de limpeza, ficando todo o encargo da casa e dos filhos por sua conta, sendo que recebia ajuda de seus pais. Em função dessa negligência do marido, deixou de investir tanto na reconciliação como o ex-marido apesar de sentir afeto por ele. Assim, prefere conviver com o seu novo companheiro porque ele ajuda a criar os filhos nascidos do casamento anterior, já que no momento atual em virtude de problemas de saúde não consegue mais trabalhar. Vejamos:

‘Quando eu casei com Aldeci ele era muito bom para mim, mas aí foi no tempo que ele arranhou essa rapariga, que ele ainda vive com ela, aí deixou de trazer as coisas para dentro de casa. Tudo que ele pegava era para essa safada. Até pros meninos dele ele ficou ruim. Ainda bem que naquele tempo eu trabalhava. Tinha saúde. Trabalhava no Caic fazendo limpeza e nos finais de semana lavava roupa de ganho e também minha família ajudava. Nem o leite dos meninos ele dava mais. O homem endoidou por causa dessa mulher, aí foi o jeito eu deixar pra lá. Aí foi no tempo que apareceu esse aí e ele dá as coisas, cria os meus meninos. Tenho que ficar com ele né porque hoje já não tenho saúde de antes. Não dá pra trabalhar mais nas casas e nem lavar roupa, aí é o jeito. Mas gostar mesmo eu gosto é do outro lá.’ (Vandercléia – nome real – entrevista realizada em 12/08/04)

Dona Vandercléia reconhece no seu depoimento o empenho de seu novo companheiro em assumir os seus filhos provenientes de outra experiência conjugal e como tal, reforça no filho a necessidade lembrar desse compromisso que deveria ser do pai de sangue. Em troca, o filho deve colaborar no trabalho extra de seu companheiro, que a venda de milho, caso contrário, surge a discórdia entre eles como podemos acompanhar nesse relato:

‘porque esse aí não quer ajudar a ele porque quando é nos sábados e nos domingos Aldeci inventa de botar o milho, aí quando chega aqui, aí esse aí não está dentro de casa. Vai jogar bola, quando vem chegar ele já tem terminado o milho de cozinhar. Às vezes eu digo: vá Rafael ajudar ele. Ele já passa o dia já trabalhando. Está cansado e ainda vai lutar nesse milho. Passa o dia trabalhando. Já sai lá do velho mais de uma hora. Vai para Cobal atrás de milho. Quando chega tem de descascar, tem que cortar palha, tem que tirar aqueles cabelos do milho. Dá trabalho que só né, aí só para uma pessoa só né também é muito ruim também, aí eu digo é muito: ajude meu filho. Reconheça o que ele está fazendo. O que ele tá fazendo é por você e é por nós. Já que seu pai não faz. Ele está fazendo. Eu digo é muito. Eu reclamo é muito isso a ele. Se têm as coisa para fazer, Rafael vá fazer aquilo ali que tem que fazer. Porque se não fizer já dá complicação dentro de casa. Aí Aldeci chega e vai perguntar as coisas. Aí

fica dizendo as coisas. Se ele fizesse sempre do jeito que era para fazer nunca tinha teima de nós dois. Tinha não.” (Vandercléia– nome real – entrevista realizada em 12/08/04)

Já Dona Maria Antônia no passado quando adolescente namorou um rapaz e engravidou dele, mas o flagrou com uma outra namorada e não quis mais saber dele. Porém, ele não assumiu a paternidade. Por causa da omissão do rapaz em não reconhecer a criança, Dona Maria Antônia tentou aos seis meses de gravidez o suicídio. Porém, a ação foi interrompida por uma tia que chegou quando já estava consumando o ato. Aqui, a entrevistada classificou o filho nascido desse relacionamento de “*erro*”.

O “*erro*” na verdade, representa uma prova incontestável que a jovem não é mais casta, sendo considerado pela sociedade como uma ofensa moral e nesse tipo de situação, a única maneira de reparar o “*erro*” é casar a filha com o pai da criança. Quando este se recusa, cabe a família da jovem ajudar a criar a criança como bem explica Sarti (1995), sobre o que significa ser mãe solteira nas camadas pobres do tecido urbano. Em outras situações, a alternativa utilizada por muitas jovens pode está no aborto como bem percebeu Scott et alli (2000), ao pesquisar o comportamento dos jovens no bairro do Ibura no Recife, PE.

Já Firth (1998) ao estudar a sociedade Tikopia identificou assim como Sarti (1998), o peso que tem uma jovem ter um filho antes do casamento, que em Tikopia, recebe o nome de “*filho do caminho*” ou “*barriga feita no caminho*”. A expressão deriva de uma trilha que serve de passagem aos campos de cultivo e dá acesso a aldeia. Segundo ele, a jovem que se encontra nessa situação é estigmatizada pela comunidade caso ela continue mãe solteira, pois uma das formas de perder o estigma é casar com o pai da criança ou alguém que esteja disposto a assumir o rebento. Se o candidato não deseje assumir a paternidade social, ele ordena que a criança seja morta com o receio de ser ridicularizado porque sua mulher está grávida de outro homem.

Depois que aconteceu o “*erro*” Dona Maria Antônia sofreu pressão por parte da família que ficava sempre a espreita quando ela conhecia um rapaz. Porém, num certo dia conheceu um outro rapaz que ficou interessado em namorar-lhe e ela aceitou a proposta e iniciaram o namoro às escondidas porque sua família a proibia com receio de um novo “*erro*” acontecer. Porém, foram descobertos e sua família relatou o “*erro*” de Dona Maria Antônia e acrescentou ao rapaz que só aceitaria o namoro se fosse para casar. Após um tempo, noivaram, terminaram e depois reataram o namoro que culminou no “*juntar*”. Depois de dois anos juntos foi que casaram no civil.

Conta Dona Maria Antônia que casou com ele porque gostava muito dele e ainda hoje, mas o deixou porque ele *“só queria saber do comer”* . Não se preocupava em *“comprar roupa”* nem para ela nem para os filhos como podemos mostrar nesse depoimento:

“Porque assim, ele era muito comprador sabe, ele tirava o dinheiro e queria ver tudo cheio de comida os armário. A geladeira cheia de carne, tudo de comida. Agora o negócio era que ele não comprava roupinha para menina nem para o menino nem para mim. Não ligava de comprar roupa para ele. Uma rede do menino que se rasgava ele não ligava de comprar. Tudo era a minha mãe. Agora de comprar bolo, barriga cheia ele era bom. Ele queria ver tudo arrochado de comida. Botava carne em geladeira de vizinho, de irmã minha. Em todo canto, mas não queria comprar roupa para os meninos. Se falasse numa roupa e ele não comprava. Só queria saber do comer. Aí eu dizia a ele que eu não sou Adão e Eva para andar nu. Eu nasci nua, mas também quando nasci vesti logo o coero. Não fiquei nua. Aí eu ia fica depois de grande nua mais eu, ele e os meninos? Era o negócio dele era assim, só comida e roupa já era. Não queria comprar roupa não. Assim não dava certo não. Aí fui obrigada a deixar ele né. Mas ele era muito comprador ele, o homem.” (Dona Maria Antônia – entrevista feita em 06/08/04)

Revelou Dona Maria Antônia depois de deixar seu marido *“se juntou”* com outro homem, mas foi por pouco tempo. Na época em que fazia a pesquisa estava *“junta”* com um *“velho”* há mais de 20 anos, porém declarou que já não sente afeto por ele. Mencionou que deixou de gostar dele porque o *“velho”* é muito *“ciumento,” “hojento”* e *“muito amarrado”* . *“Não quer mim dá as coisas”* .

Mesmo morando maritalmente com um outro homem, Dona Maria Antônia confessa ser apaixonada pelo homem com quem casou no civil. Assegurou ainda que ele apesar de já coabitar com outra mulher, ainda quer voltar para ela, porém tem *“muito medo”* dela porque segunda a própria entrevistada, já andou *“batendo nel e”* por causa da outra que ele convivi. O medo que seu ex-marido tem é justificado também por Dona Maria Antônia em virtude dela já ter dado entrada numa clínica psiquiátrica conforme esclarece nessa passagem:

“Ele gosta de mim ainda que ele joga carta na casa das amigas minha, bota som lá e ele acha as músicas parecidas comigo. Manda recado para mim, mas eu não vou. Num vou não porque é longe, lá na Boa Vista, aí minhas pernas ficam doendo. Minhas pernas doem, fica dormente sabe. Num posso andar para longe não. Assim pelo jeito dele né, inclusive minha colega disse que ele fala. Eu acho que ele tem vontade de voltar para mim ainda que ele tem medo de mim. Tem porque depois que eu mim internei no São Camilo né, aí ele ficou assim com medo de mim porque eu andei batendo nele, enforcando ele. Eu queria dá na rapariga dele e ele não deixou, aí ele ficou com medo de mim. Ele

quer conversar comigo tudo comigo numa boa direitinho, mas quando eu me lembro da rapariga, que eu falo o nome dela aí pronto, eu começo a esculhambar e ele é logo saindo. Ele fica logo com medo e vai logo saindo logo. Ele fala para minha amiga, se desse certo se eu quisesse ele ainda, ele voltava ainda. Se eu mudasse, não ficasse esculhambando ele muito, aí ele voltava ainda, mas ele tem medo. Tem com medo porque eu dei entrada no São Camilo e ele ficou com medo de eu fazer alguma besteira com ele, mas eu num faço não. Eu gosto dele ainda. Eu tava dizendo a minha amiga hoje. Se ele voltasse para mim ainda eu queria.” (Maria Antônia – nome real – entrevista feita em 06/08/04)

Ao entrevistar outras mulheres na Zona 2, também foi identificado que os casamentos são consensuais e que elas já tiveram outros relacionamentos, trazendo dessas experiências interrompidas filhos que são assumidos pelos seus atuais companheiros, podendo eles deixar de assumi-los se a relação for interrompida.

Nesses casamentos a razão para escolher o companheiro deu-se em virtude do gostar, mas esse sentimento pode se desgastar se o cônjuge deixa de contribuir financeiramente com as despesas da casa, já que a estabilidade das relações conjugais é mantida até o instante em que o cônjuge esteja disposto a continuar ajudando no provento do lar e do sustento dos filhos. Se tal compromisso for insatisfatório não há porque a mulher continuar dividindo seu leito com esse homem que *“não dá as coisas.”* Aqui, a definição de *“bom homem”* é aquele que supre as necessidades da unidade doméstica deixando *“tudo no quilo”* como declarou Dona Vandercléia.

Assim, se por um lado, a união consensual é motivada inicialmente por razões afetivas, por outro lado ela pode ser passageira se o compromisso com as despesas do lar não forem satisfatória como podemos identificar na fala de Dona Lucineide. Segundo ela, já teve outras duas experiências conjugais, mas separou porque seus cônjuges não exerciam suas obrigações de provedor da casa. Atualmente Dona Lucineide vive maritalmente com outro, mas justifica sua união a responsabilidade do cônjuge em abastecer o lar e sustentar ela e seus cinco filhos, inclusive já deixou esse atual, mas retornou por causa dos filhos como podemos ver nesse depoimento:

“É porque esse aí mulher, ele é muito bom para mim né. Muito bom. Tudo que ele pega é para dentro de casa. Não deixa faltar nada nem para mim nem para os meus filhos né, aí é diferente do outro né, que o outro não dava nada. Aí eu vi que esse dava certo. Agora o problema desse aí é que ele é muito ciumento. Ele não pode ver eu conversando com uma pessoa que ele diz que já é macho meu. Eu já até fui embora, mas voltei por causa dos meninos, que eu tenho cinco filhos né, aí eu tive que voltar porque ele dava de comer pros meninos e eu não tinha condições.” (Lucineide – nome real - entrevista feita em 06/08/04)

Ainda nesse mesmo espaço de moradia tive a oportunidade de entrevistar Fabiano, um rapaz que vive maritalmente com outro homem, assumindo a papel de mulher na relação conjugal. Esse tipo de casamento é fruto das transformações que ocorreram nas sociedades ao longo do século XX e ainda continuam a ocorrer, afetando não somente o campo da economia, da política, mas também afeta no campo da cultura. Assim, seus efeitos produziram novas tendências no comportamento das famílias, abrindo espaço para novos tipos de arranjos familiares, redefinindo valores e sentimentos nas relações humanas. (Giddens: 1993); (Peixoto: 2000).

A princípio, as transformações tecnológicas vivenciadas nas sociedades, reduziram a força de trabalho masculina empurrando as mulheres para o mercado de trabalho, deixando o homem de assumir o papel de provedor exclusivo do lar para dividir essa tarefa com as mulheres. Logo, a participação das mulheres no mercado de trabalho contribuiu para uma nova mentalidade feminina que ganhou fôlego em virtude dos movimentos feministas e dos avanços na área da biologia e da farmacologia, permitindo que as mulheres escolhessem o momento adequado para a procriação. (Castells, 1999)

O resultado dessas mudanças podem ser identificadas na redução no número de filhos, no adiamento de casamentos, no aumento das separações, na formação de lares com solteiros ou apenas como um dos cônjuges, na diminuição do convívio com parentes mais distantes, sendo a família composta por apenas a mãe, o pai e os filhos, dentre outras, produzindo novos valores e novos tipos de relações familiares.

No caso de Fabiano representa uma mudança no que Giddens (1993) classifica de *“transformação da intimidade”* no que se refere ao campo da sexualidade. Nos aponta ainda, que a homossexualidade até mais da metade do século XX era vista pela literatura clínica como um distúrbio psicosssexual que merecia tratamento, mas na verdade se tratava da emergência de uma nova construção da identidade sexual masculina, denominada por Giddens (1993) de *“sexualidade plástica”*, que significa a desvinculação da sexualidade para fins de reprodução e do sexo como símbolo de virilidade. Assim, os homossexuais buscam uma nova identidade sexual, centrada na satisfação e no prazer através de relacionamentos menos focalizados em normas sociais e que atendam as necessidades do corpo.

Assim, a tendência de Fabiano para a homossexualidade foi descoberta por ele ainda aos 8 anos de idade e aos 11, após uma discussão com os seus pais, que se recusavam a admitir o interesse do filho por homens, alegando seu pai que não iria *“adotar marica”*

dentro de casa, resolveu após esse desentendimento sair de casa, assumindo de vez sua preferência sexual.

Logo depois de deixar a casa de seus pais se envolveu com drogas e começou a praticar pequenos delitos como roubar para poder se manter. Com o tempo passou a fazer programas para sustentar o vício, saindo com muitos homens de diferentes níveis sociais, inclusive com homens casados. Porém, confessa que fazia programas também porque *“tinha prazer de sair com quinze, vinte homens por noite”*, mas tinha que aceitar o dinheiro para poder prover suas necessidades diárias.

Na entrevista Fabiano nos falou que vive maritalmente com um homem há 4 anos. Na época, quando o conheceu morava no Bom Jesus numa casa que havia ganhado da prefeitura. Contudo, no lugar havia muitos roubos e seu cônjuge, na época vizinho, se ofereceu para vigiar sua casa e depois de uns meses lançou uma proposta para Fabiano, se ele deixasse de fazer programas e de usar drogas abandonaria seu casamento e seu filho para coabitar com ele. Porém, Fabiano acrescenta que pensava que era *“brincadeira”*. Posteriormente, resolveu aceitar sua proposta e até hoje moram juntos.

Quando indagado sobre a escolha do cônjuge, Fabiano apontou que foi a *“bondade dele”*, mas a bondade aqui aparece associada às características do lugar de moradia, ou seja, como se trata de um espaço de moradia onde se convive com a pobreza e a miséria, uma vida conjugal oferece vantagens econômicas para as mulheres, pois geralmente são mulheres com filhos provenientes de outros relacionamentos e que não conseguem manter suas casas sozinhas, precisando de companheiros dispostos a assumi-las com seus filhos. Logo, a afetividade aparece subordinada às condições econômicas deficientes e o casamento consensual se apresenta como uma saída para o problema.

Nesse sentido, o cônjuge de Fabiano é qualificado de *“bom”* porque assim como as outras mulheres da Zona 2, que levam adiante a relação conjugal porque os cônjuges garantem o sustento delas, dos filhos e da casa, no caso de Fabiano a situação se repete, pois a justificativa aparece associada ao fato do cônjuge ter dado uma casa e suprir as necessidades do lar e as dele, inclusive sendo grato pelo fato do cônjuge tê-lo tirado do mundo da prostituição.

No passado, antes de conhecê-lo, Fabiano confessou que tinha uma vida muito desviante. Era garoto de programa, usava drogas, roubava e vivia sendo preso pela polícia. Segundo ele, *“a cadeia era um hotel”*. Entretanto, atribui o abandono dessa vida desviante ao seu companheiro.

Quando indagado a respeito do que sua família achava dele viver “junto” com outro homem, declarou que sua mãe achava “bom” porque graças a ele, seu filho deixou a vida que tinha e hoje ela pode viver em “paz” conforme podemos ver nessa passagem de sua entrevista.

“Agora mamãe sempre aceitou. Ave Maria, minha mãe acha ele maravilhoso. Ela mora bem aqui. É tanto que eu me juntei e até hoje ela aceita. Ela acha é bom. Ela diz que se sente em paz assim, porque eu era muito perdido antes deu me juntar. Já usei muitas drogas. Já roubei muito que meu passado não interessa. O que interessa é o meu presente e o futuro, mas meu passado foi um pouco sombrio. Muito assustado. Sofri muito quando sai de dentro de casa. Depois que sai de casa, a cadeia para mim era um hotel. Vivia 24 horas, entrava hoje por exemplo e voltava amanhã. Aí conheci esse rapaz, hoje eu sou dono de minha casa. Vivo para ele e para mim. Então, hoje ela vive em paz como ela mesma já disse para mim. Porque ele me tirou daquele mundo que eu vivia.” (Fabiano – entrevista realizada em 11/08/04)

Ao contrário de algumas entrevistadas que associa o casamento a perda da liberdade, preferindo a vida de solteira porque o casamento implica mudanças de papéis sociais e como tal, requer o cumprimento de certas obrigações como cuidar da casa, cuidar dos filhos e do marido, no caso de Fabiano, o casamento consensual com outro homem representa para ele, muito mais do que a aquisição de uma estabilidade relacional. Na verdade, significa sua saída do mundo da prostituição, das drogas e dos pequenos roubos que praticava, dando-lhe a chance de reconstruir sua vida, sem pô-la em risco como vinha fazendo, pois como ele mesmo frisou, se continuasse a viver do modo como vivia, já teria morrido.

Embora o casamento de Fabiano represente novas formas de conjugalidade derivadas das transformações vividas no mundo atual, quando se trata de avaliar os tipos de papéis experimentados, o que se ver é que, a vida conjugal de Fabiano reproduz antigos papéis sociais determinados a homens e mulheres, ou seja, enquanto o cônjuge de Fabiano representa o papel de provedor da unidade doméstica, cabe a Fabiano gerenciar a casa, realizar os afazeres domésticos e cuidar do marido, reproduzindo assim, antigos valores e comportamentos da sociedade patriarcal.

No entanto, vale lembrar que o cumprimento desses papéis no contexto de Fabiano reflete as condições de vida da camada social a qual está inserido, pois quando se trata de casais gays que pertencem a camadas sociais melhores situadas, ambos os cônjuges trabalham e são geralmente, pessoas que ocupam profissões liberais como bem demonstrou

Castells (1999) no seu livro, *O poder da identidade*, ao discutir os movimentos de liberação lesbiana e gay na contemporaneidade.

Por fim, queremos dizer que as escolhas do cônjuge nesse local de moradia ocorrem com pessoas do mesmo estrato social, cujo nível de escolaridade é muito baixo, ocupam profissões pouco remuneradas, como vigia, servente, zelador, ou sequer as possuem, pois muitos vivem de trabalhos temporários ou então de *‘bicos.’* Quanto às mulheres, quando trabalham, ocupam funções ligadas a serviços domésticos, sendo também trabalhos temporários.

Em função das condições precárias em que vivem, como nos diz Bourdieu (1999), estão *‘presas ao lugar’* e por isso, as chances de encontrar casamentos vantajosos é algo muito raro de acontecer porque as *‘distâncias sociais’* colocam os moradores da Zona 2 em desvantagem no mercado matrimonial, uma vez que, o *‘efeito de lugar’* é denunciado através do vestuário, da aparência física, do modo de andar e dos vícios de linguagem, afastando quem pertence a grupos sociais que se identificam com *‘símbolos de prestígio’* como é o caso dos moradores da Zona 1 do bairro, restando então, aos moradores da Zona 2 casarem com pessoas que pertencem ao mesmo nível social.

Com efeito, os casamentos realizados na Zona 2, continuam a reproduzir as características do espaço de moradia, uma vez que, nas escolhas do cônjuge embora inicialmente seja motivado por um interesse afetivo, este é se torna secundário no cotidiano da vida conjugal, pois sua estabilidade depende do compromisso do companheiro assumir as despesas da casa, da mulher e dos filhos dessa mulher. Nessas circunstâncias, podemos afirmar que as relações entre homens e mulheres são organizadas e estabelecidas através da capacidade do homem contribuir financeiramente com o sustento do lar, da mulher e dos filhos dessa mulher. Quando essa responsabilidade é cessada, a união é desfeita. Daí, o fato dos casamentos na Zona 2 serem efêmeros, sendo o oposto nas outras partes do bairro.

4.3. Adotando critérios na seletividade do cônjuge na *franja* do bairro

Enquanto na Zona 1, os pais controlam mais fortemente a escolha do cônjuge dos filhos, aspirando um casamento vantajoso fora de seu grupo com o intuito de atingir uma mobilidade social, na Zona 2, os critérios de escolha não são regulados pela vontade dos pais, sendo a escolha do cônjuge orientada com por finalidade de garantir o sustento da mulher e de seus filhos, podendo ser feita uma nova escolha, caso o cônjuge anterior

negligencie. Já na *franja*, os critérios que serviram de orientação ao se eleger um cônjuge aparecem mais nítidos, sendo a religião, a idade, a residência, questão da cor e a questão financeira os itens avaliados.

Foi identificado também que assim como na Zona 1, na *franja* os pais dos cônjuges tiveram maior controle sobre a escolha dos filhos, mas foram os filhos que exerceram seu poder de seletividade, produzindo casamentos ora homogâmicos, ora heterogâmicos. É o que iremos ver a partir de agora.

Nos conta Seu Agostinho que antes de desposar sua esposa tinha tido uma namorada que quase casou com ela, mas a deixou por causa da mãe da pretendente. Pois, a mãe de sua namorada afirmava que gostava muito dele, o chamava *“até de meu genro”*. Porém, num certo dia tomou conhecimento que a mãe dela estava *“botando”* a filha para namorar um outro rapaz. Então, depois desse fato não quis mais saber de enamorar a filha dessa senhora, alegando que ficou muito *“desgostoso.”*

Essa atitude da mãe de sua namorada, Seu Agostinho classificou de *“traição”* porque a mãe de sua namorada parecia aprovar o namoro, mas na realidade não o era. Disse o entrevistado que ao tentar compreender o que havia acontecido para a mãe de sua namorada buscar um outro pretendente para a sua filha, tomou conhecimento através de outras pessoas que não era elegível porque *“não era bonito”* e *“não tinha dinheiro”*, daí o desinteresse em aceitá-lo como genro. Assim, a mãe de sua namorada tinha a intenção de arranjar um bom partido para a sua filha. Seu Agostinho conta com certo orgulho que a ex-namorada acabou desposando *“um marchante”*. Um rapaz tão pobre quanto ele ao invés de casar-se com um homem de preferência de sua mãe.

Apesar desse namoro mau sucedido Seu Agostinho nos adiantou que gostava muito dela, dizendo que *“a primeira namorada é difícil de esquecer.”* Aliás, segundo ele, ambos se gostavam. Então, como entender porque seu Agostinho deixou de investir no relacionamento se era a mãe da jovem que desaprovava o namoro e não a jovem? Ao longo da entrevista a resposta para essa indagação foi revelada através da seguinte passagem:

“Eu não tinha coragem de casar com uma negra e viver com uma negra. Eu não tinha. Eu sou sincero né. Agora morena da minha cor era a minha primeira namorada. Ela tinha a minha cor. Mas aí eu disse: eu nunca vou casar com uma negra. Não. De maneira nenhuma. Agora de uma filha minha ou um filho meu quiser casar com um negro ou uma negra, o problema é deles. São eles que vão viver. Também eu não boto obstáculo, de maneira nenhuma. Não sou eu que vou viver com ele ou com ela.” (Seu Agostinho – nome verdadeiro – entrevista feita em 26/03/04)

Disse Seu Agostinho que conheceu sua esposa no bairro onde reside. Num dia estava sentado no banco de uma praça de onde mora e ela trazia um recado de uma amiga dela propondo namoro, mas Seu Agostinho respondeu que tinha interesse em ficar com ela e não com sua amiga, porém ela não adiantou nada. Depois de uns dias voltou a encontrá-la na festa da padroeira da cidade por acaso, e aí, iniciaram o namoro que resultou no matrimônio. Segundo ele, levou o namoro adiante porque viu que ela era uma moça “educada” e que “respeitava” seus pais, mas acabou nos confessando que a escolheu para casar porque ela era bonita e branca.

Após nos revelar que casou com uma mulher branca, Seu Agostinho acrescentou ainda que, quando alguém deseja se casar tem que “fazer os cálculos” para não se arrepender depois porque o matrimônio é algo “sagrado”. Representa para o entrevistado um “compromisso com Deus perante o altar”, só podendo ser desfeito com a morte ou se houver infidelidade, por isso tem que escolher bem. Assim, foi o que fez. Elegeu uma mulher branca porque pensava muito nos filhos quando nascessem, evitando “nascer um macaco” se por ventura desposasse uma mulher negra. Nesse sentido, afirma o seguinte:

‘É, porque a gente deve fazer os cálculos né. Eu sou uma pessoa que eu leio muito a bíblia e eu não tenho preconceito assim, eu não tenho preconceito de não querer negócio com as pessoas pretas sabe. Mas assim, do mesmo jeito que você vai a uma loja e você tem a preferência pela cor de uma roupa para comprar para você, assim também é uma pessoa para você viver. Aí eu disse: eu só caso com uma moça branca para não nascer macaco. Que dois negros casados né, vai nascer um macaco. Então, eu dizia, eu vou casar com uma moça branca. Os meus filhos são bonitos. São bonitos os meus filhos. Agora, a minha mulher é bonitinha também né. Bem alvinha, bonitinha. Hoje eu olho para ela e vejo que ela é linda né. Então, aí eu tinha que casar com uma moça bonita que era para os filhos não nascer feios. E eles não nasceram não. Nasceram bonito. São bonitos os meus filhos’. (Seu Agostinho – nome verdadeiro – entrevista feita em 26/03/04)

O desejo de Seu Agostinho em se misturar, ressalta o que o antropólogo brasileiro Roberto Da Matta (1997) discute no seu texto: *Digressão: a fábula das três raças, ou o problema do racismo a brasileira*, ao distinguir o tipo de preconceito racial da sociedade americana e da sociedade brasileira. Na primeira, encontramos o que ele denomina de “racismo de origem”, que significa a negação da etnia negra, considerada inferior e a supremacia da raça ariana, caracterizada esta, como sendo superior por natureza.

No caso brasileiro, o preconceito é de ‘*marca*’, ou seja, não é preciso ter sangue de negro para ser identificado como tal. Na realidade, a miscigenação ocorrida aqui, funciona como válvula de escape, quer dizer, quanto mais ocorre o cruzamento entre negro e branco, mais a cor negra vai perdendo sua tonalidade, permitindo o distanciamento e o esquecimento da mistura entre as duas raças, diluindo o preconceito com a cor negra.

É importante salientar que nos Estados Unidos essa mistura é bastante rejeitada, pois, os americanos consideram tal mistura a ‘*impureza*’ das raças, portanto o cruzamento é evitado. Além disso, quanto maior for a contaminação entre negros e brancos, mais o racismo é exaltado. No Brasil se dá o inverso, quanto maior for o cruzamento entre as raças, menor será o preconceito.

Assim sendo, o racismo no Brasil, assegura Da Matta (1997), é de cor e não étnico. A partir de então, passamos a entender o interesse de Seu Agostinho em eleger para esposa uma moça branca, e não procurando casar com uma moça de cor. Nesse sentido, a seletividade realizada por Seu Agostinho em buscar casar fora do seu grupo racial, reforça o que Da Matta classifica de ‘*cultura do branqueamento à brasileira*’.

Depois de Seu Agostinho ter se empenhado na seletividade da esposa, o que passou a preocupá-lo foi como manter o mesmo padrão de vida que ela tinha porque sua noiva era filha de ferroviário, que segundo ele, ‘*era o homem do dinheiro*’. Entretanto, sabia que seus pais concordavam com o casamento deles porque era um rapaz ‘*tra balhador*’, ‘*hãõ bebia*’ e ‘*hãõ tinha vício*’. Do contrário, eles não aprovariam a união. Embora esses itens tenham sido averiguados pelos pais da noiva, outro critério também levado em conta foi o fato das famílias das duas terem amizade. Conheciam-se de muito tempo, pois moravam no bairro já há alguns anos.

O interessante no depoimento de Seu Agostinho é que apesar de seu casamento ser heterogâmico no que se refere à questão da cor, que em outro contexto seria fonte de discórdia, aqui ela é anulada porque tanto a família de Seu Agostinho como a de sua esposa já tinham laços de amizade e com a consolidação do matrimônio dos filhos, uma nova aliança passaria a ser consolidada, afunilando cada vez mais antigos laços e incorporando novos, pois o casamento representa muito mais do que a união de um homem e uma mulher, implica a formação de novas alianças entre dois grupos, ligando-os através do parentesco por afinidade como bem demonstrou Lévi-Strauss (1982), em *As estruturas elementares do parentesco*.

Outro exemplo de casamento heterogâmico que encontramos na *franja* foi o de Dona Bernadete. Enquanto o casamento de Seu Agostinho não houve rejeição nem por

parte de seus pais nem por parte dos pais da noiva, já que se tratava de um casamento que envolvia a questão da cor, o importante foi à amizade cultivada entre as duas famílias, pois ambas já moravam há muitos anos no mesmo bairro e tinham em comum a mesma procedência, contribuindo assim, que o casamento de Seu Agostinho fosse bem aceito pelas duas famílias. Não obstante, no caso de Dona Bernadete, a escolha do cônjuge resultou numa desavença com os pais do consorte que se recusavam acolher o casamento do filho com uma mulher de cor.

De acordo com Dona Bernadete, os pais do noivo não queriam seu casamento porque além dela ser *“hegra”*, era também *“pobre”*. Pois na época em que começou a namorar seu cônjuge, ele namorava uma moça que tinha uma *“posição social”* semelhante à deles. Daí, a rejeição dos pais do cônjuge em permitir a consolidação do casamento com ela. Vejamos como Bernadete esclarece o contexto:

“Os pais dele não queriam porque eu era negra e pobre e ele é branco. Eles achavam que não dava certo. A família dele, principalmente a avó não aprovava porque foi criado por ela. A família dele também não queria porque antes de mim, ele tinha uma antiga namorada que tinha posição social, aí a família dele queria que ele ficasse com ela porque a outra tinha uma vida melhor e quase igual à deles e eu não. Eu era pobre. Mas aí, a gente se queria e ficamos. Para se casar tem que procurar um pau que tenha sombra, senão, como é que vai ser, né? Mas aí, a gente casou sem a família dele querer né, Hoje eles já andam aqui. Não se importam mais porque ele casou comigo. Agora logo quando a gente casou, a família dele não passava nem nessa rua para não ver a gente.” (Dona Bernadete – nome fictício – entrevista realizada em 01/04/04)

Num momento de sua fala, Dona Bernadete dá a entender que casou com o seu esposo porque ele era de outra *“posição social”* e ela não atendia às exigências dos pais do pretendente, pois além de ser *“hegra”*, também era *“pobre”*. Daí, a justificativa de não ser elegível segundo o ponto de vista dos pais do cônjuge. Tal suposição ganha força quando ela diz o seguinte: *“Para se casar tem que procurar um pau que tenha sombra, senão, como é que vai ser, né?”*

Ao tentar realçar o interesse de casar com alguém de outro estrato social, Dona Bernadete se utiliza de uma metáfora para não deixar tão evidente o motivo de sua escolha. Assim sendo, uma árvore sem sombras não traz benefício a quem dela se utilize e por essa razão não há porque buscar abrigo debaixo dela. De modo semelhante é com a escolha do cônjuge, pois se futuro noivo não lhe trará benefícios, não há porque levar o relacionamento adiante.

Quando comparamos esse argumento de Dona Bernadete com o nível de escolaridade dela e do cônjuge, identificamos que ela cursou o segundo grau completo e ele fez curso superior em administração. Na época que namoravam, seu cônjuge trabalhava com o pai, mas deixou para ir trabalhar numa empresa que exporta frutas tropicais no setor de gerência. Quanto ao nível de escolaridade dos pais do cônjuge chega ao segundo grau completo enquanto os pais de Dona Bernadete não chegaram a concluir o primeiro grau menor, que hoje se chama fundamental. Em relação a profissão dos pais do cônjuge, a mãe é professora e o pai tem um depósito de material de construção. Já os pais de Dona Bernadete, a mãe é dona de casa e o pai é motorista.

Diante desse contexto podemos afirmar que o casamento de Dona Bernadete é heterogâmico e envolve a questão de hipergamia, já que a escolha do cônjuge foi feita fora do grupo social da entrevistada. Aqui, a escolha além de ter ressaltado a questão cor, envolveu também as condições econômicas do cônjuge.

Um outro exemplo de matrimônio realizado na *franja* que produziu transtornos para os noivos, foi à união de Dona Margarida que casou escondida de seus pais porque o cônjuge já tinha sido casado, bebia e também tinha menos condições do que Dona Margarida. Para a família de Dona Margarida, o rapaz só estava era interessado no dinheiro dela. Segundo nos disse a entrevistada, o seu namorado era realmente *‘pobre’*, mas *“não era marginal”* como falava sua família.

Diante desse cenário, segundo nos fala Dona Margarida, houve muita *‘confusão’*. Então como percebeu que seus pais não iriam aprovar a união com o cônjuge sobrou como alternativa casar escondida. Vejamos:

‘Namorei com ele um ano e oito meses. Mas foi um ano e oito meses só de confusão sabe. Até os três meses ia muito bem. Mamãe e papai gostavam muito dele. Mas aí, minha irmã conheceu a ex-sogra dele, aí começou a encher a cabeça de mamãe e de papai de estória. Disse que essa sogra dele tinha dito para ela, que ele não prestava. Só queria era saber de viver bebendo. Não ligava de trabalhar. Vivia era às custas da mulher porque ele só vivia nas festas. Aí pronto, meus pais caíram em cima. Começaram brigar por causa dele. Aí pegaram a dizer as coisas. Até dizia que ele não gostava de mim. Que ele estava era interessado mesmo era no meu dinheiro. Falava tudo no mundo dele bichinha. Até que ele fumava droga eles disseram. Ele só era pobre né, mas também não era marginal como estavam dizendo não. Mamãe era quem falava mais. Já papai era mais calado. Mas aí do jeito que estava foi o jeito casar sem eles saber. Quando descobriram já estava sem jeito.’ (Dona Margarida – nome fictício – entrevista realizada em 22/05/04)

Acrescenta Dona Margarida que ainda hoje, já com sete anos de casada, sua família ainda não aceita seu casamento com dele, inclusive relata a entrevistada, que sua família diz que é ela quem “*sustenta a família dele.*” Mas, segundo nos revela Dona Margarida, a queixa de sua família provém do fato dela ter deixado de contribuir financeiramente nas despesas da casa de seus pais da forma como fazia antes, alegando que deixou de ajudar a sua família para sustenta a família do seu cônjuge. É o que nos revela a entrevista nessa passagem:

“Antes de casar eu sempre ajudei muito em casa né. Não deixava faltar às coisas dentro de casa. Aí, depois que eu casei diminuí muito. Mas que eu sempre ajudava muito. Agora eu não faço mais isso porque tenho minha casa, minhas coisas, que eu gosto de tudo ajeitadinho né. Mas pelo gosto da minha família eu tinha que dá mais porque eu não tenho filho, num sei que, aí ficam com raiva. Ficam dizendo que eu não dou porque sustento a casa dos pais dele, mas não é verdade não. É porque eles só querem para eles porque antes eu era besta demais, mas agora não sou não. Ficam implicando com meu marido. Ficam dizendo que ele viva às minhas custas como fazia igual com a outra. É isso aí.” (Margarida – nome fictício – entrevista realizada em 22/05/04)

No caso do casamento de Margarida, o conflito vivido entre o genro e a família de origem dela parece ter sido desde o início motivado por uma questão econômica, pois ao casar, sua família perdeu um membro importante dentro do grupo. Já que ela subsidiava nas despesas domésticas. Hoje, a desavença é alimentada pelo fato do casal não ter filhos, o que implica dizer que ela não tem tantos gastos e poderia continuar auxiliando financeiramente como fazia antes.

Quando comparamos as diferenças entre os cônjuges no que diz respeito à escolaridade e ocupação, identificamos que o cônjuge de Dona Margarida estudou apenas até o primeiro grau menor, que se denomina hoje de fundamental e trabalha num armazém de sal como operário braçal, enquanto Dona Margarida fez faculdade e exerce a função de professora.

A partir desses dados podemos compreender porque a família de Dona Margarida tinha receio da união da filha, uma vez que o casamento iria ser com alguém pertencente a um estrato social mais baixo, sendo a união hipogâmica. Nesse sentido, o casamento seria desvantajoso porque além da família perder um membro importante na família, o cônjuge de Dona Margarida passaria a depender muito mais financeiramente dela, precisando Dona Margarida arcar com o peso maior das despesas do lar, reduzindo as possibilidades dela continuar ajudando a família de origem.

Quando indagada sobre a escolha do cônjuge, Dona Margarida afirmou que casou por “*opinião*” já que sua família sempre “*botava defeito nos namorados*” que arranjava. Uma outra razão para a realização do casamento segundo ela, se deu porque já estava “*madurinha*” e não queria ficar solteira, pois desejava ter sua própria casa e suas próprias coisas.

Diante desse quadro, podemos assegurar que o matrimônio de Dona Margarida não se consolidou uma nova aliança entre as duas famílias. Na verdade, resultou na perda de um membro importante na cadeia de obrigações e direitos advindos do parentesco consanguíneo. Logo, o matrimônio produziu desvantagem ao grupo de origem de Dona Margarida.

A exemplo de casamento homogâmico na *franja* pode se mencionar, o matrimônio de Seu Francisco Morais. No seu caso, a escolha do cônjuge foi proporcionada pela residência, pois ambos moravam no mesmo bairro. Admite o entrevistado que antes de casar sua família era contra o casamento dele com a pessoa que escolheu porque a considerada “*rebelde*”, “*brava*” e “*danada*”. Porém, deixaram de implicar porque sabiam que ela era uma “*excelente dona de casa*”. Quando indagado se a família dela aprovava o namoro declarou que tinham “*gosto*” porque já a conheciam desde criança e as duas famílias tinham laços de amizade, permitindo que a união fosse possível entre eles.

Em relação aos critérios de escolha adotados por Seu Francisco Morais para eleger sua esposa, ele se refere às responsabilidades com as prendas domésticas e o fato de ser uma moça recatada, reforçando antigos papéis entre homens e mulheres provenientes do modelo de família patriarcal em que o homem provém a casa, enquanto a mulher zela pelo o lar, o bem-estar dos filhos e do marido. É o que podemos identificar na fala de Seu Francisco ao escolher a noiva:

“Porque ela era uma pessoa de dentro de casa. Não gostava se sair e era uma boa dona de casa. Cuidava bem dos filhos. A maneira como eu a conheci, né aí eu via que ela cuidava bem da casa da mãe dela e dos irmãos dela, aí achei que ela fosse ideal.” (Seu Francisco Morais – nome real – entrevista concedida em 27/03/04)

O depoimento de Seu Francisco Morais ao se referir sobre quais critérios adequados para eleger sua esposa, nos faz lembrar dos apontamentos feitos por Biserra (2000) ao afirma que:

‘O casam ento é o grande demarcador de uma nova vida, de um novo papel social, no qual se deixa o papel de filha para o de ‘mãe-de-família’. A vida de casada é lembrada como uma ‘vida prática’ de tudo o que foi aprendido anteriormente ao casamento: o cuidado dos irmãos, da casa e da horta são construções idealizadas do futuro papel feminino, o que gera expectativas e projeções’. (p. 148)

Embora Seu Francisco Morais associe a escolha da noiva em função das habilidades domésticas, ela era uma “*boa dona de casa*”, o fato é que, as diferenças entre eles eram irrelevantes, pois compartilhavam desde criança do mesmo espaço de moradia e por essa razão, tiveram acesso aos mesmos bens econômicos e culturais. Daí, aumentando as chances de haver um casamento entre eles. Diante disso, podemos dizer que os cônjuges pertenciam ao mesmo “*habitus*” que tanto fala Bourdieu, (1983). Conseqüentemente conduzindo-os a um casamento do tipo homogâmico, já que estavam ligados ao mesmo grupo social, formado através da proximidade de residência.

Em relação a esse aspecto Goode (1970) revela que:

‘Estudos feitos nos Estados Unidos, na geração passada mostram, também, que as pessoas que se casam provavelmente residem próximas umas das outras. (...). A proximidade da residência, quase sempre, indica semelhança de classe, pois aqueles que vivem próximos, muito provavelmente, pertence à mesma classe’. (p. 62).

Quanto a outros entrevistados, as motivações empregadas no processo de seletividade dos cônjuges assim como no caso de Seu Francisco Morais, também aparecem associadas ao desempenho de papéis ligados ao universo doméstico e a conduta do cônjuge. Nesse sentido, os itens avaliados foram: ser “*uma moça séria*”, “*uma moça organizada*”, “*um rapaz trabalhador*”, “*hãõ era ruaçeiro*”, “*hãõ bebia*”, “*era l impa*”, “*boa dona de casa*”, “*hãõ tinha vício*”, dentre outros.

Embora os entrevistados tenham declarado que elegeram seus cônjuges através desses requisitos destacados logo acima, a verdade é que através da pesquisa foi identificado que os cônjuges desposaram pessoas que residem no mesmo bairro e alguns casos até na mesma rua. Nesse sentido, se moram no mesmo espaço de moradia, também tem acesso aos mesmos bens culturais e econômicos, permitindo semelhanças entre eles, logo são do mesmo grupo social. As semelhanças que podemos destacar aqui, diz respeito ao nível de escolaridade, a renda, a ocupação e derivam da mesma condição social e econômica. Portanto, nestes critérios são fundamentalmente iguais. E os casamentos ocorridos entre eles podem ser classificados de homogâmicos.

Através de pesquisa foi revelado ainda que na *franja* muitos moradores se casam com seus vizinhos. De modo que, os vizinhos são parentes através de laços de sangue ou são parentes por afinidade, conduzindo a formação de redes e de laços de solidariedade que são evidentes no bairro, daí podemos entender a afirmação de um morador ao ressaltar o sentimento de “*grande família*” ao falar do bairro onde reside.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escolha com quem se casa é sempre cercada de muita expectativa. Em muitas sociedades, essa escolha é feita através de acordos firmados entre duas famílias quando os filhos ainda são crianças como bem demonstrou Benedict (1997) no seu livro, *O crisântemo e a espada*, ao estudar a cultura japonesa. Já Linda Lewin (1993) aponta que a oligarquia paraibana é fortalecida através da realização de casamentos consolidados com finalidade de formar alianças políticas entre famílias poderosas da Paraíba. Segunda ela, é através desses casamentos políticos que a oligarquia paraibana detém seu poder e prestígio durante séculos.

Nesse sentido, muitos casamentos envolvem interesses que a princípio podem ser associados à noção de amor. Mas sabemos que não existe apenas um “interesse” em nossas escolhas (Bourdieu: 1996), pois muitas vezes as pessoas se casam avaliando a procedência, a religião, a raça, o comportamento, a classe, a estética, mas também outros requisitos morais ou sentimentais como não beber, não ter vício, ser carinhoso, ser, uma boa dona de casa, ser alegre, ser calmo, ser trabalhador ou ser íntegro.

Acrescente-se também que a escolha do cônjuge depende, em parte, do grupo social ao qual o indivíduo está inserido; e aí, quanto maior for o status, maior será a cobrança na seletividade do cônjuge como bem frisou Goode (1970). Nessa mesma linha de pensamento, Merton (1976), ao analisar sobre o processo de escolha do consorte e da realização de casamentos hipogâmico e hipergâmico nos Estados Unidos, assegurou que, quanto mais fechado for o grupo, também maior será o controle na eleição, principalmente quando se trata de grupos religiosos ou étnicos.

No nosso estudo, a escolha do cônjuge é motivada por critérios que derivam da própria lógica de viver no bairro, ou seja, em virtude da presença de sentimentos distintos entre os moradores, que dependendo do lugar onde se situa, reflete uma conduta distanciada de seus vizinhos, evitando o contato mais próximo com o outro, ao passo que, em outra parte do bairro, a conduta exigida de cada um, induz a relações de amizade e de boa vizinhança. Já num outro ponto do bairro a conduta assumida é de exclusão e isolamento em relação ao restante dos moradores, uma vez que, vivem em condição de pobreza e marginalidade.

O resultado dessa cadeia de sentimentos distintos é a formação de *“efeitos de lugar”* no sentido assinalado por Bourdieu (1999), produzindo grupos com valores e condutas que classifica a pessoa de acordo com o lugar onde reside. Com efeito, a escolha do cônjuge também sofre os *“efeitos de lugar”*, sendo portanto, adotados critérios que anuncia a própria lógica do bairro.

No Centro do bairro, se identificou que os casamentos são homogâmicos, pois as escolhas do cônjuge ocorrem dentro do mesmo grupo social, ou seja, tanto o noivo quanto a noiva pertencem a estratos sociais semelhantes. As diferenças sociais são muito pequenas, quando comparamos a renda, o nível de escolaridade, à profissão dos pais e até a preferência religiosa é a mesma. Tanto o noivo quanto a noiva também são brancos.

Embora os pais dos cônjuges tivessem almejado um casar os filhos com pessoas que pertencem a um estrato superior, o que se verificou foi que os cônjuges possuem quase o mesmo nível de escolaridade, provém de famílias em que o grau de escolaridade dos pais não é tão baixo quando comparamos com os de outras partes do bairro. Os eleitos ocupam profissões em que a renda é mais bem remunerada. Da mesma forma o nível de escolaridade em alguns dos eleitos chega ao terceiro grau. A partir de então, podemos afirmar que os casamentos ocorridos reforçam a própria hierarquia do bairro porque as pessoas elegem o cônjuge obedecendo às características de seu grupo.

Mesmo assim, ao escolher o cônjuge selecionaram pessoas fora do bairro e não o inverso como registramos em outras partes do bairro. Ao contrário de outras partes do bairro, os cônjuges desse setor preferiram casar em igrejas fora do bairro, evitando o contato mais próximo com o restante dos moradores do bairro.

Na subárea da Zona 1. Aqui, o que podemos identificar é que os casamentos realizados também são quase todos de natureza homogâmica, uma vez que os cônjuges se assemelham em relação ao grau de escolaridade e a ocupação profissional. Possuem características culturais semelhantes, embora nessa parte do bairro existam casais com melhores condições sociais do que outras, mas ao eleger os cônjuges buscaram casar com pessoas semelhantes.

Já na Zona 2, a escolha do cônjuge está orientada na capacidade do cônjuge prover o lar, a mulher e os filhos dessa mulher, sendo o casamento desfeito quando essa obrigação deixa de ser cumprida, uma vez que, nessa parte do bairro se caracteriza por ser muito pobre, sendo seus moradores obrigados a conviverem com o drama da pobreza. Vivem diariamente com a dificuldade de atender satisfatoriamente suas necessidades mais essenciais.

Seus cônjuges possuem baixo nível de escolaridade. Não tem profissão definida e muitos deles vivem de ‘bicos’. Assim, a noção de afetividade em algumas situações é posta em segundo plano e a questão de sobrevivência torna-se prioridade na escolha do cônjuge. Aqui, o que se identificou é que os casamentos realizados ocorrem entre iguais, pois um casamento hipergâmico ou hipogâmico é muito mais raro de ocorrer, uma vez que, as pessoas da Zona 2 como o diz Bourdieu (1999), “*estão presas no lugar*” .

Em relação à última área do bairro, denominada aqui de *franja*, os casamentos efetivados são tanto homogâmicos, quanto são heterogâmicos.

Quanto aos primeiros, o que se identificou foi que a residência proporcionou muitos casamentos, logo como habitam no mesmo ambiente, possuem o mesmo *habitus*. São pessoas de baixa renda, mas com nível de escolaridade regular, pois alguns deles chegaram a concluir o ensino médio, alguns chegaram a concluir o curso superior e outros prestaram exame em vestibulares, no entanto não obtiveram êxito.

O que se identificou na pesquisa é que esses casamentos com vizinhos reforçaram o sentimento de pertencimento ao bairro, permitindo constantemente o avivamento de redes de parentesco e de amizade. Pois, os moradores dessa parte estão unidos tanto por laços de sangue quanto por laços de parentesco por afinidade, fazendo do lugar um espaço rico de solidariedade e de sociabilidade, proporcionando o que Magnani (2000) classifica de “*pedaço*” .

Nesse tipo de contexto podemos afirmar que os laços fincados na *franja* entre os moradores são realimentados através do que Lévi-Strauss (1982), classifica de “*princípio de reciprocidade*” .

Na *franja* se observou ainda que existe maior facilidade de haver casamentos heterogâmicos e nesse caso, tanto aparecem relacionados à questão da cor como também em relação às diferenças socioeconômica, pois se identificou a ocorrência de casamentos de natureza hipergâmica quanto de natureza hipogâmica.

Com base na apresentação dessas três áreas podemos afirmar que a maioria dos casamentos consolidados no bairro Alto da Conceição ocorrem com pessoas da mesma procedência social, ou seja os cônjuges possuem semelhanças de padrões culturais, de identificação religiosa, possuem grau de escolaridade aproximadas e as profissões ocupadas pelos cônjuges também são específicas da classe social em que estão inseridos. Apenas na *franja* foi que se registrou a presença de alguns casamentos com cônjuges que se diferenciam em relação a cor e em relação as condições sócio-econômicas.

O que identificamos ainda no trabalho é que quando se casa entre iguais, os critérios de seletividade do cônjuge aparecem associados à conduta do sujeito, a questão da afinidade e a noção de sentimento. A partir de então, podemos compreender porque nas falas dos entrevistados as intenções econômicas no processo de eleição do cônjuge foram mais bem dissimuladas, sendo essas intenções mais evidentes em relação aos pais do cônjuge na hora de motivar ou de proibir um casamento para os filhos, pois os pais almejam os filhos um casamento vantajoso, obtendo a oportunidade de mobilidade social.

Nesse sentido, o *habitus* de cada grupo mostra uma ambivalente escolha dirigida, quer por motivos empáticos: amizade, carinho, simpatia, pena, gostar, quer por interesses voltados para a mobilidade social, ou utilitários, quer por questões morais e de conduta, o fato é que essas escolhas no dia-a-dia do bairro, contribuem para fazer do Alto da conceição e de sua *franja*, um lugar de classificação de pessoas através de sentimentos de pertencimento, de distanciamento ou de estigma social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Jane Soares de. Dos arquivos silenciosos à recuperação do vivido: as fontes escritas e as fontes orais. IN: **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998. P.105-202.

BAECHLER, Jean. Grupos e sociabilidade. IN: **Tratado de sociologia**. Raymond Bourdon et alli. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995. p. 65-106.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

_____. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

BELHADJ, Marnia. Mulheres francesas de origem argelina. IN: **Família e individualização**. Clarice Ehlers Peixoto; François Singly e Vincenzo Cicchelli. (Orgs.) Rio de Janeiro: FGV, 2000. p. 63-78.

BENEDICT, Ruth. **O crisântemo e a espada**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997.

BERGER, Peter. El matrimonio y la construcción de la realidad. IN: Revista Estudios públicos. <http://www.cepchile.cl/dms/archivo1893631/rev43berger.pdf>.

BRITO, Raimundo Soares de. **Ruas e patronos de Mossoró** – dicionário. Mossoró: Coleção Mossoroense; Série J; vol. 01 e 02; set./2003.

BISERRA, Rosangela de Souza. Criando asas: a mulher enquanto subjetividade no mundo camponês. IN: **Em busca da experiência mundana e seus significados: Georg Simmel, Alfred Schutz e a antropologia**. Carla Costa Teixeira (Org^a). Rio de Janeiro: Relume Dumaré, 2000. p. 133-165.

BOTH, Elizabeth. **Família e rede social: papéis, normas e relacionamentos externos em famílias urbanas comuns**. Rio de Janeiro: Francisco Alves editora, 1976.

BOURDIEU, Pierre. Gosto de classe e estilos de vida. IN: **Sociologia - Pierre Bourdieu**. Renato Ortiz (Org.) São Paulo: Ática, 1983. p. 82-121. Col. Grandes Cientistas Sociais.

_____. Espaço social e espaço simbólico. IN: **Razões práticas sobre uma teoria da ação**. São Paulo: Papirus, 1996. p. 13-33.

_____. Efeitos de lugar. IN: **A miséria do mundo**. BOURDIEU, Pierre Et alli. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 159-166.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **A política dos outros: cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Ed. 34/ Edusp, 2000.

CASTELLS, Manuel. O fim do patriarcalismo: movimentos sociais, família e sexualidade na era da informação. IN: **O poder da identidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999, pág. 169-285.

COULANGES, Fustel de. A família. IN: **A sociedade antiga**. São Paulo: Martin Claret, 2003. p. 44-126.

Da Matta, Roberto. Digressão: a fábula das três raças, ou o problema do racismo a brasileira IN: **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. 5 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 58-85.

_____. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

_____. Cap. IV (Você sabe com quem está falando? Um ensaio sobre a distinção entre indivíduo e pessoa no Brasil) e Cap. VI (Nome, ‘persona’ e trajetória social). IN: **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 5 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1990. P.146-204; 257-267.

Dicionário de Ciências Sociais. FGV, Instituto de documentação. Antônio Garcia de Miranda Netto et alli. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1986.

DUBY, Georges. **Idade Média, idade dos homens: do amor e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 11 ed. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1987.

FELIPE, José. Lacerda Alves. **A (re) invenção do lugar: os Rosados e o país de Mossoró**. João Pessoa: Grafset, 2001.

FIRTH, Raymond. **Nós, os Tikopias: um estudo sociológico do parentesco na Polinésia primitiva**. São Paulo: Edusp, 1998.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 32 ed. Rio de Janeiro: Record, 1997.

FRANÇA, Regina Veiga. Comunicação, sociabilidade e cotidiano: o fio de Ariadne, a palavra da rua. IN: **O indivíduo e as mídias: ensaios sobre comunicação, política, arte e sociedade no mundo contemporâneo**. Antônio Fausto Neto e Milton José Pinto. (Orgs.) Rio de Janeiro: Diadorim Ltda, 1996. p.103-111.

GEERTZ, Clifford. Pessoa, tempo e conduta em Bali. IN: **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989. p. 225-277.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

_____. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Unesp, 1993.

_____. Família. IN: **Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós**. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 61-75.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4 ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1988.

GOODE, William. **Revolução mundial e padrões de família**. São Paulo: Companhia Editora Nacional e Editora da USP, 1969.

_____. **A família**. São Paulo: Pioneira, 1970.

GUIA PRÁTICO DE ANTROPOLOGIA. São Paulo: Cultrix, 1971.

LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia**. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

LEACH, E. R. **Repensando a antropologia**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **As estruturas elementares do parentesco**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar**. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LEWKOWICZ, Ida. As mulheres mineiras e o casamento: estratégias individuais e familiares nos séculos XVIII e XIX. IN: **Revista de história**. São Paulo: Universidade Paulista/UNESP, 1993. Vol. 12. p. 13-28.

LINTON, Ralph. O casamento. IN: **O homem: uma introdução à antropologia**. 11 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1981. p.173-187.

KUZNESOF, Elizabeth Anne. A família na sociedade brasileira: parentesco, clientelismo e estrutura social – São Paulo, 1700-1980. IN: **Revista de História. Família e grupos de convívio**. Trad. Lina Gorenstein Ferreira da Silva. Org. Eni de Mesquita Samara. São Paulo: Marco Zero; Vol. 9; N° 17; set. 88/89, p. 37-63.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Ideologia, lazer e cultura popular: um estudo do circo-teatro nos bairros da periferia de São Paulo. **Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, 23 (2): 171-184, 1980.

_____. Os pedaços do centro. **Revista Espaço e Debate**. São Paulo: Ano VI, N° 17: 127-129. 1986.

_____. **Da periferia ao centro: pedaços e trajetos**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1992.

_____. A rua e a evolução da sociabilidade. **Cadernos de história de São Paulo: a cidade e a rua**. Museu Paulista da Universidade de São Paulo. N° 2 jan./ dez. p.45-54, 1993.

_____. Transformações na cultura urbana das grandes metrópoles. IN: **Sociedade global: cultura e religião**. Alberto da Silva Moreira (Org.)2 ed. São Paulo: Vozes, 1998. P.56-78.

_____. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. IN: **Na metrópole: textos de antropologia urbana**. José Guilherme C. Magnani e Lílían de Lucca Torres (Orgs.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, 2000. p. 12. 53.

MALINOWSKI, Bronislaw. **A vida sexual dos selvagens do noroeste da Melanésia: descrição etnográfica do namoro, do casamento e da vida de família entre os nativos das Ilhas Trobiand**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

MEAD, Margaret. **Sexo e temperamento**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999.

MERTON, Robert K. casamento intergrupar e estrutura social. IN: **A ambivalência sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. P. 285-328.

MOREIRA, Eliana Monteiro; ARAÚJO, Maria de Fátima Santos de & VIEIRA, Maria do Socorro de S. Perdas e desenraizamentos num universo de exclusão social: o cotidiano dos sujeitos em situações de risco. IN: **Revista política e trabalho**. Universidade Federal da Paraíba. Nº 13; set. de 1997. PPGS/UFPB.

MORGAN, Lewis H. **A sociedade primitiva**. 2 ed. Portugal: editorial Presença. Brasil: Martins Fontes, s/d. vol. II.

NADER, Maria Beatriz. Casamento no Brasil: do século XVI ao XIX, o olhar da historiografia. <http://www.anpuhes.hpg.ig.com.br/beatriz4.htm>

PERROT, Michelle. O nó e o ninho. IN: **Revista Veja – Reflexões para o futuro**. Rio de Janeiro: Editora Abril, 1993. p. 54-81.

PETRUCCELLI, José Luis. Grupos sociais dominantes e estratégias familiares, Vassouras, 1889-1929. <http://www.redcapa.org/downloads/esa12-petrucelli.pdf>.

RIBEIRO, René. O amaziamento e outros aspectos da família no Recife. IN: **Antropologia da religião e outros estudos**. Recife: Editora Massangana – Fundação Joaquim Nabuco, 1982. p. 59-70.

RIBEIRO, Rosa Maria et alli. Estrutura familiar, trabalho e renda. IN: **Família brasileira: a base de tudo**. São Paulo: UNICEF-Cortez, 1994. p. 135-183.

SAMARA, Eni de Mesquita. Casamento e papéis familiares em São Paulo no século XIX. IN: **Revista Cadernos de Pesquisa. Família em questão**. Nº 37; mai.; 1981.p.17-25.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos, et alli. (coord.) **Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro**. 3 ed. São Paulo: Projeto Ed. Associados Ltda, 1985.

SARTI, Cynthia. A família como universo moral. IN: **A família como espelho**. Campinas: Autores Associados, 1996. p. 35-63.

SCOTT, Russel Parry. Remoção populacional e projetos de desenvolvimento urbano. IN: **Anais. X Encontro nacional de estudos populacionais**. Belo Horizonte: ABEP, 1996. Vol. 2. p. 813-834.

_____. (Org.). **Saúde e pobreza no Recife: poder, gênero e representações de doenças no bairro do Ibura**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1996.

_____. Quase adulta, quase velha: por que antecipar as faces do ciclo vital? IN: **Revista Interface – comunicação, saúde, Educação**. Vol.4; nº 8, p.61-72; 2001.

SCOTT, Russel Parry; QUADROS, Marion e LONGHI, Márcia. Jovens populares urbanos e gênero na identificação de demandas de saúde reprodutiva. IN: **Revista Brasileira de Estudos de População**. Vol 19; nº2; jul./dez.; 2002. p. 109-228. Artigos de Pesquisa. Abep. Associação Brasileira de Estudos Populacionais.

SILVA, Beatriz Nizza da. **História da família no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1998.

SILVA, Kelly Cristiane da. Da síntese ideal à busca possível: violência e conflitos em relações conjugais. IN: **Em busca da experiência mundana e seus significados: Georg Simmel, Alfred Schutz e a antropologia**. Carla Costa Teixeira (Org^a.). Rio de Janeiro: Relume Dumaré, 2000. p. 96-131.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. IN: **O fenômeno urbano**. Otávio Velho (Org.). Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p. 13-28.

_____. Sobre a sociologia da família. IN: **Filosofia do amor**. São Paulo: Martins Fontes, 1993. p. 19-40.

SINGLY, François. Prefácio. O nascimento do indivíduo e seus efeitos na vida conjugal e familiar. IN: **Família e individualização**. Clarice Ehlers Peixoto; François Singly e Vincenzo Cicchelli. (Orgs.) Rio de Janeiro: FGV, 2000. p. 7-15.

TORRES, Anália. A individualização no feminino, o casamento e o amor. IN: **Família e individualização**. Clarice Ehlers Peixoto; François Singly e Vincenzo Cicchelli. (Orgs.) Rio de Janeiro: FGV, 2000. p. 135-156.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. IN: **A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. p. 36-46.

_____. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste**. São Paulo: Hucitec, 1995.

WOORTMANN, Klaas. Reconsiderando o parentesco. IN: **Anuário antropológico 76**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1977.

_____. **A família das mulheres**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

Anexo

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Qual a sua idade?
2. Qual cidade você nasceu?
3. Os seus pais nasceram onde?
4. Sua esposa nasceu onde?
5. E os pais de sua esposa nasceram onde?
6. Você estudou até que série?
7. Seus pais estudaram até que série?
8. Sua esposa estudou até que série?
9. Os pais dela sabe dizer até que série estudaram?
10. Quantas pessoas trabalham na sua casa?
11. Qual o tipo de trabalho?
12. De quanto é aproximadamente a renda da família?
13. Qual a sua profissão?
14. Os pais do senhor trabalhavam em que?
15. Qual a profissão de sua esposa?
16. Os pais dela trabalhavam em que?
17. Qual a sua religião?
18. Qual a religião de seus pais?
19. Qual a religião de sua esposa?
20. Qual a religião dos pais de sua esposa?
21. O senhor se casaria com uma pessoa de outra religião?
22. Se casou com uma pessoa que morava no bairro?
23. Casado há quanto tempo?
24. Teve outras pretendentes, outras namoradas antes de casar?
25. O que se agradou de sua esposa a ponto de querer casar com ela?
26. Você a conheceu aonde?
27. Quanto tempo durou o namoro?
28. Poderia falar um pouco como foi o namoro?
29. A sua família aprovava o namoro?
30. E a família dela aprovava o namoro?
31. Você casou no civil e religioso?
32. Você lembra quem estava na cerimônia? Se tinha parentes próximos, distantes ou amigos, vizinhos?
33. Qual foi a igreja que casaram?
34. Lembra quem foram os padrinhos? Foram parentes, amigos ou vizinhos?
35. O que você acha da mulher mudar de sobrenome?
36. Se quisesse permanecer com o sobrenome de solteira e não adotasse o seu, teria algum problema/
37. Quando vocês casaram foram moram aonde?
38. Logo que casaram os dois trabalhavam?
39. A casa que vocês moram é própria, alugada ou de parentes?
40. Com o casamento o que mudou em sua vida?
41. As suas amizades são as mesmas que as de sua esposa?
42. As amizades aumentaram ou diminuíram com o casamento?
43. Com quanto tempo tiveram o primeiro filho?
44. Quantos filhos tiveram?
45. São batizados?
46. Quem foram os padrinhos? Foram parentes, amigos ou vizinhos?

47. Quem escolheu os padrinhos de seus filhos?
48. Qual o nível de escolaridade de seus filhos?
49. Eles trabalham?
50. Seus filhos são casados ou solteiros
51. Seus filhos se casaram com pessoas do bairro?
52. Qual a profissão dos seus genros ou noras?
53. Você gosta de morar no bairro? Por que?
54. Já teve vontade de mudar de bairro?
55. Participa de alguma atividade no bairro? Conselho, centro social, igreja?
56. Você é uma pessoa conhecida no bairro? Por que?
57. Você tem muitas amizades no bairro?
58. Como é a sua convivência com seus vizinhos?
59. Já teve algum desentendimento, ressentimento com algum vizinho?
60. Para você o bairro é calmo ou é violento?
61. Já ouviu falar de algum assalto que ocorreu no bairro?
62. De onde você acha que são as pessoas assaltam o bairro?
63. Seus parentes costumam visitar sua casa?
64. Como você imagina um bom casamento?
65. Quem mais gosta de implicar com alguma coisa, você ou ela?
66. Quem normalmente faz as pazes?
67. Quem escolheu os nomes dos filhos?
68. Costumam conversar um com o outro?
69. Quais foram as maiores dificuldades que tiveram nos primeiros anos de convivência juntos?
70. Vocês têm alguma música especial que lembra a época do namoro de vocês?
71. Como você avalia o seu relacionamento com os parentes dela?
72. A família dela costuma visitar a casa de vocês?
73. A sua família e a dela ajudaram a vocês em algum momento do casamento?
74. Já teve algum desentendimento com parentes?
75. O mais você se incomoda com ela?
76. E ela, o que mais se incomoda como você?
77. Já teve vontade de ir embora de casa alguma vez?
78. O que mais você gosta nela?
79. E ela o que mais gosta em você?